

### 3

## A PESQUISA DE CAMPO SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Várias proposições foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa de campo, que abrange o período de uma década de violência intrafamiliar contra criança e adolescente no município de Niterói, tendo como campo de estudo o I Conselho Tutelar (CT) desta cidade. Este foi escolhido como cenário principal para o trabalho de campo por ser o órgão centralizador das denúncias e notificações<sup>142</sup> de violações de direitos, inclusive a violência intrafamiliar<sup>143</sup> e além de ser o único na cidade no período de 1993 a 2003<sup>144</sup>, também foi um dos primeiros Conselhos a se consolidar em todo o Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa de campo será apresentada neste capítulo, o qual, dialeticamente, pode ser considerado ponto de partida e de chegada do movimento que foi sendo construído em todo este trabalho. Iniciamos, no capítulo 1, as discussões teórico-conceituais da violência intrafamiliar; no capítulo 2, discutimos as questões relativas à proteção social, em termos históricos processuais; neste capítulo, neste movimento de circularidade, entraremos em debates contextuais e subjetivos que já foram fundamentados e percebidos em seu processo constitutivo.

Nesta perspectiva, este capítulo está dividido em percepção do contexto e territorialidade e nas considerações teórico-metodológicas relativas à pesquisa de campo; subdivido em categorias de análise que são detalhadamente debatidas; em dados contextuais e dados subjetivos.

---

<sup>142</sup> Ver: Fluxo de Atendimento da Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Niterói e Dados Contextuais – Demandas de Outras Instituições.

<sup>143</sup> Pode ser visto no Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente de Niterói.

<sup>144</sup> O II Conselho de Niterói - Região Oceânica só foi empossado em julho de 2003 e o III Conselho - Região Norte foi eleito em fevereiro de 2005.

### 3.1 O CONTEXTO – TERRITORIALIDADE

Ao se pensar o contexto no qual se concretizam as subjetividades inerentes à produção da violência intrafamiliar contra criança e adolescente, não se pode deixar de fazer considerações em torno da territorialidade deste contexto. “A dimensão territorial é parte constituidora tanto da organização de resistências quanto do fortalecimento das identidades regionais” (Haesbaert, 2002: 82).

Este estudo delimita-se territorialmente ao município de Niterói, mais especificamente ao I Conselho Tutelar deste município. Conseqüentemente, a questão da cidade passa a ser uma questão central na produção da subjetividade, depreendida das diferentes formas de pensar, perceber, sentir e atuar no mundo, produzidas por práticas datadas historicamente, nestes contextos. “Para Guattari, o território envolve uma ‘ordem de subjetividade individual e coletiva’, a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’ homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante” (Haesbaert, 2002: 13).

Na contemporaneidade, de forma mais aguçada, as cidades sintetizam o embate contido no entrelaçamento entre o processo global e o local, que é cada vez mais atravessado pela absorção das ações mais amplas e mundializadas da economia e das atividades informacionais. A ordenação globalizada de nossa sociedade impõe exigências de interações mais dinâmicas, mas também, mais fragmentadas e homogeneizantes. As influências externas tornam-se mais permeáveis e são incorporadas das mais diversas formas.

“O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas ‘natural’ e ‘social’, pode ser interpretado tanto como ‘rugosidades’ ou ‘constrangimentos’, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas.” (HAESBAERT, 2002: 82)

Desta forma, o espaço urbano, a cidade, não se constitui em um cenário passivo de conflitos sociais e locais imotos para a materialização da violência intrafamiliar, mas é também um agente ativo de conformação das relações sociais, de estratégias de enfrentamento às violências e de exercício do poder político. Neste processo implicam-se os campos materiais, relacionais e simbólicos

constitutivos de nossa realidade cotidiana. A inter-relação entre as diversas produções, que constrói a história e a cultura que a contorna, que a altera e que a conforma, se constitui na própria estruturação societária. A cidade, neste sentido, não é vista somente como local geográfico estabelecido, apesar de sua configuração material e jurídica, mas também como *locus* de movimentação que inclui o delineamento das produções e reproduções das relações sociais. Estas relações abrangem o instituído – incluso em mecanismos que atuam na produção de consensos e estruturações; o instituinte – conjugação de forças que pressionam para alterar as instituições; e instituições –decorrentes de estruturas sociais básicas, com caráter de relativa permanência, entrelaçadas, contraditoriamente, aos processos instituintes e instituídos<sup>145</sup>.

“As cidades não são apenas reflexos do que se passa na sociedade. São bem mais que um mero cenário passivo, onde os conflitos, a cultura, se expressam. Os espaços urbanos não se limitam também a ser locais ou palcos da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugares onde os trabalhadores vivem. Eles são tudo isso e muito mais, são produtos: edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim, paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais. A cidade é objeto e também agente ativo das relações sociais. A dominação social se dá também através do espaço urbano, em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar do dominado. O poder político é exercido, em parte, por intermédio do espaço urbano, assim como a exploração econômica. Os espaços urbanos ou o ambiente construído, de um modo geral, não se constituem meros cenários para a sociedade, mas são parte dela.” (MARICATO, 1997: 42)

Niterói, não diferentemente de outras cidades com igual estruturação metropolitana, mantém uma circularidade de relações desiguais entre a população dominada e a classe dominante que, segundo Bourdieu (1998: 24), pode ser expressa pela diferenciação na aquisição dos bens materiais (mercadorias e serviços) e bens simbólicos (conhecimentos, artes, linguagem etc). A contraditoriedade desse processo revela que este *espaço social* se constitui baseado em princípios construídos e reconstruídos permanentemente, em conjunto com os diversos atores inseridos neste contexto social – dominantes e dominados, que atuam na mesma cena, com diferentes representações e papéis. Neste processo, este *espaço social* é ordenado por bases diferenciadas que se entrelaçam – o capital econômico e o capital cultural –, e o processo de construção da subjetividade é determinado pela sociedade como um todo – mas é onde também os agentes sociais exercem ações que interferem em todo esse processo,

<sup>145</sup> Ver: BENEVIDES, Regina (1994).

modificando continuamente esta mesma sociedade que os constrói. Tal processo de transformação, construção, reorganização, arranjos e rearranjos passa por macro e micro-relações e, nestas últimas configura-se em um *habitus*.

### 3.1.1 Categorização do Município de Niterói

A cidade de Niterói pode ser considerada pequena, pela extensão territorial<sup>146</sup>. Seus 134.50 quilômetros quadrados equivalem a 0,30% da área total do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo assim, tem características de metrópole. Segundo o Censo de 2000, contava 459.451 habitantes – 213.984 homens e 245.467 mulheres; 61.687 de 0 a 9 anos, 32.911 de 10 a 14 anos, 22.164 de 15 a 17 anos, 57.997 de 18 a 24 anos. Em 2004, ocupava a quinta posição em população e densidade demográfica no Estado, com 3.486 habitantes por Km<sup>2</sup> e uma população estimada de 471.403. No ranking<sup>147</sup> que avalia as cidades com melhores condições de vida para a população, Niterói figura em 5º lugar, atrás somente de São Caetano do Sul, Águas de São Pedro, Florianópolis e Santos, respectivamente no 1º, 2º, 3º e 4º lugares.

O Ministério das Cidades, criado pelo Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva em 1º de janeiro de 2003 com a função de definir a política nacional de desenvolvimento urbano, e setoriais de habitação, de meio ambiente, de transporte e de mobilidade social, propôs que fossem feitas conferências nos diversas cidades brasileiras como forma de debater as questões regionais e estaduais. Na I Conferência<sup>148</sup>, Niterói compôs o Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro<sup>149</sup> em conjunto com os municípios de Rio Bonito, Itaboraí, Maricá, São Gonçalo e Tanguá (VER TABELA 19).

Niterói sempre desenvolveu, para as outras cidades fluminenses, uma importante função, seja por seu papel de capital do Estado do Rio de Janeiro até

<sup>146</sup> Em comparação com municípios circunvizinhos, como os do Eixo Leste Metropolitano: Rio Bonito, 463.00 Km<sup>2</sup>; Itaboraí, 429.30 Km<sup>2</sup>; Maricá, 363.90 Km<sup>2</sup>; São Gonçalo, 248.70 Km<sup>2</sup>; e Tanguá, 143.70 Km<sup>2</sup> (Anais, 2003: 109).

<sup>147</sup> A posição neste ranking avalia os índices de pobreza, juventude, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência, desigualdade e exclusão social. Ver: Pochmann & Amorin, 2003.

<sup>148</sup> A I Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro foi realizada de 8 a 10 de agosto de 2003.

<sup>149</sup> “Os municípios escolheram a denominação de Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro como marca de identificação” (Anais, 2003).

1975, quando fazia a conexão do interior e das cidades circunvizinhas<sup>150</sup> com a metrópole do Rio de Janeiro, seja pela efetividade de serviços que a torna pólo de referência até hoje para toda a região fluminense do Estado do Rio. O fluxo da população de Niterói para a cidade do Rio, das mais diversas formas – comércio, trabalho, entre outros –, se estabeleceu mais sistematicamente em 1835, com a inauguração da navegação a vapor, e se intensificou a partir de 1974, com a inauguração da Ponte Rio-Niterói<sup>151</sup>.

**TABELA 19.**  
**INDICADORES SOCIAIS - EIXO LESTE METROPOLITANO**

INDICADORES	ITABORAÍ	MARICÁ	NITERÓI	RIO BONITO	SÃO GONÇALO	TANGUÁ
POPULAÇÃO	187.479	76.737	459.451	49.691	891.119	26.057
IDH <sup>152</sup>	0.737	0.786	0.886	0.772	0.782	0.722
IQM <sup>153</sup>	0.171	0.198	0.694	0.254	0.238	0.073
IQM-CARÊNCIAS % <sup>154</sup>	53.78	52.90	34.10	54.10	49.30	62.00
Nº DE HOSPITAIS	5	2	27	3	22	1
Nº DE UNIDADES AMBULATORIAIS	50	27	89	40	123	6
Nº DE LEITOS	1.129	86	2.387	712	1.646	180
ANOS DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO ADULTA	10.8	8.7	3.6	12.8	5.8	14.1
Nº DE UNIDADES DE ENSINO	111	70	257	58	448	25
Nº DE SALAS DE AULA EM USO	862	454	2.986	408	4.412	137
Nº DE MATRÍCULAS EM ESCOLAS	47.143	22.585	113.062	16.218	196.174	6.383
REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA %	24.0	22.0	98.0		80.0	25.0
REDE GERAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO %	28.0	10.0	73.0		40.0	91.0
COLETA DOMICILIAR DE LIXO %	40.0	72.0	97.0		91.0	78.0

FONTE: ANAIS DA 1ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO EIXO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

<sup>150</sup> Niterói tem as seguintes distâncias em relação às sedes municipais: Rio de Janeiro - 18 Km; São Gonçalo - 14 Km; Itaboraí - 34 Km; Maricá - 42 Km.

<sup>151</sup> Como é conhecida popularmente a Ponte Presidente Costa e Silva.

<sup>152</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.

<sup>153</sup> Índice de Qualidade do Município.

<sup>154</sup> Índice de Qualidade do Município-Carências mede o menor grau de carência. Quanto menor é o valor, menor é o nível de carências dos indicadores dos municípios.

Em 1975, com a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara, Niterói perdeu o status de capital. Contudo, o desenvolvimento urbano da metrópole faz com que a maior parte da população ativa desloque-se diariamente para trabalhar no Rio, ao mesmo tempo que se inscreve na cidade<sup>155</sup> um novo modelo de expansão populacional. Segundo Martins & Knauss (1997), a historiografia de Niterói necessita ser melhor desenvolvida; porém, “não se trata da história de um lugar e sim de um espaço social permanentemente reconstruído. Nele atuam, na mesma cena, lideranças políticas, nobres do Império e os comuns” (Martins & Knauss, 1997: 244).

Niterói é hoje essencialmente urbana, caracterizada por uma taxa de urbanização de 100%<sup>156</sup>, contexto resultante das relações sociais estabelecidas social e economicamente. Os anos 1990 foram muitos significativos para sua atual estruturação, em que a ilegalidade e a violência social, como nas demais cidades brasileiras, crescem nos bairros mais pobres, enquanto a população mais rica fecha-se “em guetos, multiplicados por serviços de seguranças, muros e grades que garantem a homogeneidade e a segregação dos iguais” (Maricato, 1997: 42)

“Nas últimas décadas, a ocupação se consolidou nas áreas de expansão natural. O processo de ocupação provocou uma elevação no custo das propriedades locais e dos terrenos ainda não edificados. Conseqüentemente houve o remanejamento da população de menor renda anteriormente estabelecida, configurando uma nova estratificação sócio-espacial a partir da implantação e proliferação de dezenas de condomínios privativos, ocupados por famílias de mais alta renda. Os loteamentos implantados a partir da década de 50 são progressivamente ocupados e, paralelamente, inicia-se o processo de favelização, particularmente nas encostas, reservas florestais e em áreas invadidas de propriedades públicas e privadas, ou nas áreas remanescentes dos diversos loteamentos” (PMN, 1999:26).

A Lei de Abairramento<sup>157</sup> regulamentou a divisão do município em bairros. Hoje o município tem 48 bairros e o Plano Diretor de Niterói criou cinco Regiões de Planejamento, entre outras diretrizes<sup>158</sup>. Esta compartimentação territorial teve como base os “critérios de homogeneidade em relação à paisagem, à tipologia, ao uso das edificações e ao parcelamento do solo. Também foram considerados, para esta categorização os aspectos sócio-econômicos e físicos, em especial as bacias

<sup>155</sup> Martins & Knauss (1997:10) lembram que “a história das cidades evidencia um movimento incessante de significação variada dos espaços”. Por isso, Niterói é vista aqui, como um espaço “múltiplo”. Diversos projetos (sociais, políticos, econômicos, individuais, classistas ou culturais) surgem e são estudados demonstrando a multiplicidade de sujeitos e processos sociais”.

<sup>156</sup> Segundo Anais da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, 2003.

<sup>157</sup> Decreto 4.895, publicado em 8 de novembro de 1986.

<sup>158</sup> Artigo 108 da Lei 1.157, de 30 de dezembro de 1992.

hidrográficas” (PMN, 1999: 37) ficando estabelecida cinco regiões: Região das Praias da Baía; Região Norte; Região de Pendotiba; Região Oceânica e Região Leste.

A Região das Praias da Baía é composta por 17 bairros<sup>159</sup>. É a região mais populosa e densa do município. Seu maior crescimento ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970 e hoje apresenta uma das menores taxas de crescimento demográfico anual (0,36%), por que teve seu espaço territorial predominantemente ocupado em épocas anteriores.

A Região Norte é uma das áreas de maior complexidade social do município. Está situada entre a Baía da Guanabara e o município de São Gonçalo, e é composta por 12 bairros<sup>160</sup>. Nesta região estão concentrados os maiores bolsões de pobreza, de favelas e de criminalidade do município. É a de menor crescimento populacional, com uma taxa anual de 0,17%, mas foi inflada em períodos de alocação de segmentos populacionais vindo de várias regiões, principalmente de áreas erradicadas no Rio de Janeiro. Nos últimos 20 anos, alguns bairros perderam sua população mais antiga. Este fato pode estar associado à estagnação econômica e à conseqüente degradação urbana de algumas áreas, além do deslocamento dos investimentos do mercado imobiliário em direção aos bairros centrais mais valorizados, bem como em direção às áreas de expansão natural do município. Houve, nesta década, um grande crescimento da população favelada na região.

A Região de Pendotiba é composta por 10 bairros<sup>161</sup>. Na década de 1980 apresentou uma taxa de crescimento demográfico anual de 2,68%, uma das mais altas no município. É uma das regiões de maior crescimento e valorização imobiliária de Niterói nas últimas décadas.

A Região Oceânica é a maior das cinco, e está situada no entorno das praias oceânicas, sendo composta por sete bairros<sup>162</sup>. Apresentou o maior crescimento no município durante as décadas de 1980 e 1990, com uma taxa de aumento demográfico anual que variou de 5,11% (1970/1980) a 9,60% (1980/1991) (IBGE, 1991). Representa, desde a década de 1970, o vetor de crescimento do município.

---

<sup>159</sup> Bairro de Fátima, Boa Viagem, Cachoeiras, Charitas, Centro, Gragoatá, Icaraí, Ingá, Jurujuba, Morro do Estado, Pé Pequeno, Ponta D'Areia, Santa Rosa, São Domingos, São Francisco, Viradouro e Vital Brazil.

<sup>160</sup> Tenente Jardim, Barreto, Santana, Caramujo, Baldeador, Santa Bárbara, Fonseca, Engenhoca, Ilha da Conceição, São Lourenço, Cubango e Viçoso Jardim.

<sup>161</sup> Sapê, Ititioca, Maria Paula, Vila Progresso, Matapaca, Muriqui, Maceió, Largo da Batalha, Badu e Cantagalo.

<sup>162</sup> Cafubá, Cambinhas, Engenho do Mato, Itacoatiara, Itaipu, Jacaré e Piratininga.

A Região Leste possui a menor população e a menor área dentre as regiões do município, e é composta por dois bairros<sup>163</sup>. É a região menos marcada pelo processo de urbanização. É uma área de expansão urbana, apesar da legislação restritiva quanto à sua ocupação. O Plano Diretor (1992) contempla a preservação da sua ambiência, através da delimitação das áreas de Especial Interesse Ambiental e Agrícola.

Até junho de 2003 só havia um Conselho Tutelar no município para o atendimento a todas essas regiões. O segundo Conselho, para atendimento das regiões Oceânica, de Pendotiba e Leste tomou posse em julho de 2003. Um terceiro, para a Região Norte, deve funcionar a partir de março de 2005.

### **3.1.2 O 1º Conselho Tutelar de Niterói**

A implantação de Conselhos Tutelares, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorre no município de Niterói através da pressão dos movimentos sociais. O Fórum DCA promoveu, em 1992, numerosas discussões em torno necessidade de implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelar em Niterói. A partir desse debate foi elaborada a proposta de uma lei que criaria o I Conselho Tutelar de Niterói, que foi substituído pelo projeto do Juiz da Infância e Juventude, sendo finalmente aprovada pela Câmara Municipal a lei n.º 1.163, de 1993, que criou o Conselho Tutelar de Niterói.

O I Conselho Tutelar de Niterói está em sua quarta gestão. Nestas gestões os Conselheiros eleitos representaram e representam diferentes instituições e movimentos sociais que trabalham com crianças e adolescente no município. Em termos gerais pode-se ter como média dos atendimentos nestas gestões os seguintes dados contextuais (TABELA 20 e GRÁFICO 5):

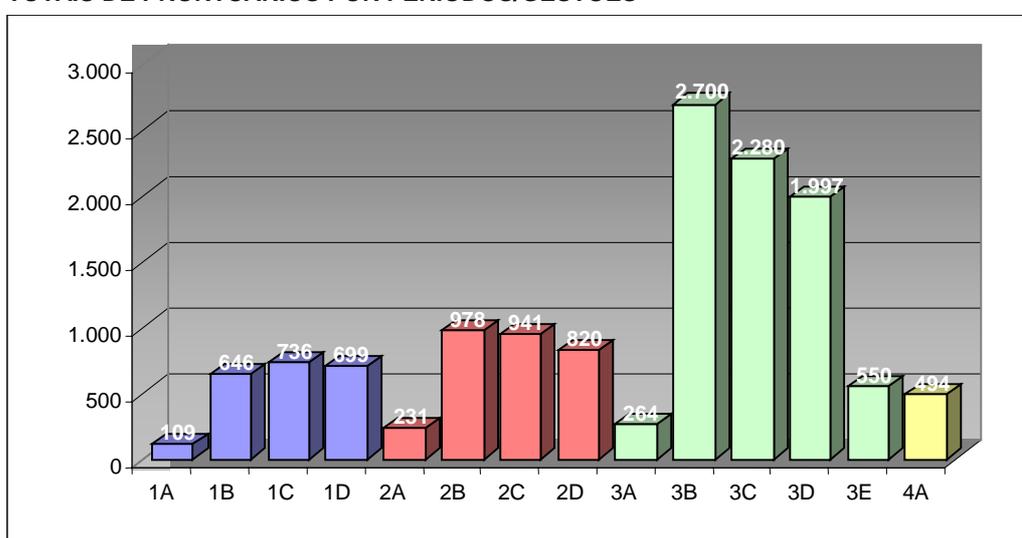
---

<sup>163</sup> Várzea das Moças e Rio do Ouro.

**TABELA 20.**  
**TOTAIS DE PRONTUÁRIOS POR PERÍODOS E GESTÕES**

1ª GESTÃO			2ª GESTÃO			3ª GESTÃO			4ª GESTÃO		
1A	SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1993	109	2A	SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1996	231	3A	SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1999	264	4A	JULHO A SETEMBRO DE 2003	494
1B	1994	646	2B	1997	978	3B	2000	2700			
1C	1995	736	2C	1998	941	3C	2001	2280			
1D	JANEIRO A SETEMBRO DE 1996	699	2D	JANEIRO A SETEMBRO DE 1999	820	3D	2002	1997			
						3E	JANEIRO A JULHO DE 2003	550			
37 MESES		2.190	37 MESES		2.970	47 MESES		8.791	3 MESES		494

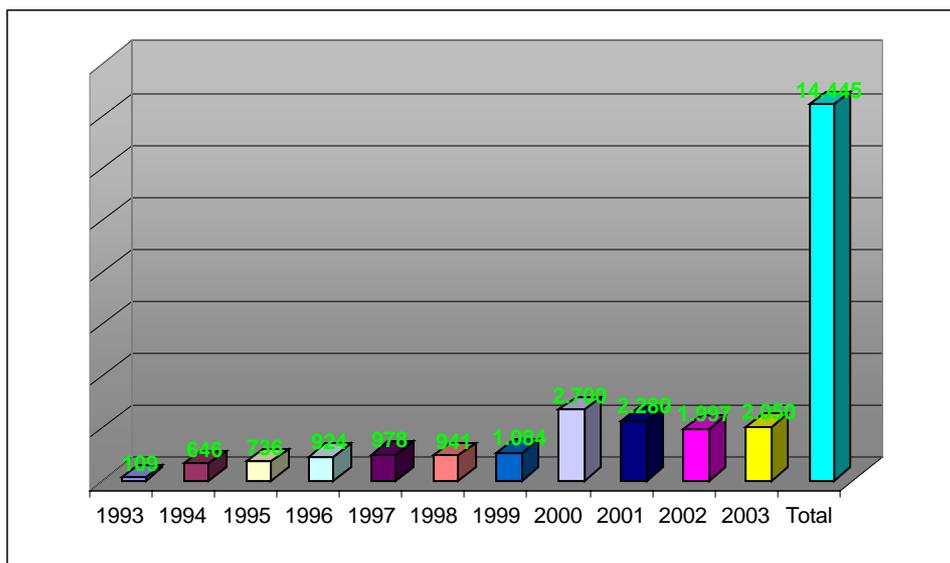
**GRÁFICO 5.**  
**TOTAIS DE PRONTUÁRIOS POR PERÍODOS/GESTÕES**



Os atendimentos efetuados têm sido numerosos, conforme registram os prontuários. O total dos prontuários existentes e disponíveis no Conselho Tutelar desde setembro de 1993 até setembro de 2003, quando completou 10 anos de funcionamento, podem ser visualizados nos dados dispostos no GRÁFICO 6.

Observa-se que a procura ao Conselho foi crescente, tendo como ápice o ano 2000. Apesar de um decréscimo após este período, mantém-se a média de 2.000 casos por ano, demonstrando o reconhecimento deste órgão no município, fruto principalmente das ações desenvolvidas pelos Conselhos Itinerantes, palestras, campanhas, eventos e informativos, ações que favoreceram o aumento da demanda.

**GRÁFICO 6.**  
**TOTAL DE PRONTUÁRIOS GERAIS POR ANO**



A conquista de espaço no município e fora dele evidencia-se por diversos fatores, como a seleção do I CT Niterói pelo Ministério da Justiça (através do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos), em 2002, entre 16 experiências consideradas relevantes no País desde o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. As experiências selecionadas e eleitas foram publicadas na Revista “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade”, que foi lançada durante a entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2002, no Palácio do Planalto, em Brasília. Em janeiro de 2003, oficiais do Unicef no Brasil escolheram o Conselho de Niterói para apresentar o funcionamento do órgão e sua integração aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente a representantes do Fundo na Europa.

Nestes dez anos, o I Conselho Tutelar de Niterói conquistou outros grandes avanços, que vão desde a obtenção de sua sede ao estabelecimento de parcerias com as instituições que trabalham junto à criança e ao adolescente em todo o município. Nos seis primeiros anos, as duas primeiras gestões consolidaram sua implementação e estruturação, frente ao desconhecimento do que seria o novo órgão. Para a consolidação de seus objetivos tanto a gestão anterior quanto a atual, direcionou suas ações; além dos atendimentos à criança, aos adolescentes, às famílias e as instituições; à implementação das redes de atendimento à criança e

ao adolescente, nos níveis municipal, estadual e nacional, assim, seu trabalho ganhou um vulto que se estendeu além das fronteiras municipais.

No plano de gestão iniciado na gestão anterior e continuado nesta gestão, destacam-se três frentes de ação, segundo relato dos conselheiros<sup>164</sup>:

1) *Qualidade de Atendimento* – aquisição da sede, plantão de 24 horas, efetivação e ampliação da equipe técnica, informatização, reformulação administrativa e metodológica e ampliação de pesquisa;

2) *Mobilização Social* – divulgação de informação de suas ações, conselho itinerante, participação em diversas capacitações, participação efetiva na criação e capacitação de comitês institucionais e comunitários de defesa dos direitos da criança e do adolescente e várias campanhas de mobilização e sensibilização;

4) *Políticas Públicas* – gestão da informação, representações, participação, mobilização e coordenação de redes de serviços, participação na definição do orçamento e em seu controle social.

O estudo e a pesquisa das demandas, aliados à participação de várias instituições sociais junto a este CT, motivou o Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente de Niterói a fazer movimento de mobilização pública para viabilizar junto ao Executivo a instalação de mais dois Conselhos Tutelares na cidade. Apesar de a grande demanda explicitada nos estudos ser da Região Norte, foi organizado antes o II Conselho Tutelar de Niterói na Região Oceânica.

Observando as diversas questões demandadas ao Conselho Tutelar, consideramos bastante representativa a procura crescente por ações referentes à proteção social – educação, saúde, assistência –, ainda que tais serviços constituam direitos dispostos em lei. A efetiva falta de instituições disponíveis e de opções de escolha<sup>165</sup>, de acordo com a demanda, obriga que se pressione, através do Conselho Tutelar, para obtenção de acesso. Podemos destacar as seguintes demandas como relevantes no contexto global de atendimento:

---

<sup>164</sup> Ver: Revista MaisHumana, n° 6, 2003.

<sup>165</sup> É necessário pontuar que a oferta de serviços de educação, assistência e saúde no município, apesar de ainda irrisória em face da demanda, foi ampliada consideravelmente nos últimos quatro anos.

- ✓ Matrícula: Creche, Escola, Curso;
- ✓ Solicitação de Serviços de Saúde: ambulatoriais, hospitalares, serviços de apoio psicológico, psiquiátrico;
- ✓ Requisição de Certidão de Nascimento;
- ✓ Resolução para conflitos familiares (que nem sempre foram considerados como violência intrafamiliar): pai, mãe ou responsável dependente químico; pai, mãe ou responsável envolvido com o tráfico de drogas; rebeldia da criança e ou adolescente; agressividade; namoro e/ou envolvimento com pessoas não desejadas pelas famílias; conflito conjugal entre os pais; disputa pela guarda; impedimento de ver os filhos por parte de um dos responsáveis, entre outros;
- ✓ Violência Social, incluindo a “negligência” por falta de condições de sobrevivência;
- ✓ Violência Criminal: crianças e/ou adolescentes envolvidos com drogas; crianças e/ou adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas local<sup>166</sup>; pai, mãe ou responsável dependente químico; pai, mãe ou responsável envolvido com o tráfico de drogas;
- ✓ Desaparecimento de Crianças e/ou Adolescentes;
- ✓ Crianças e Adolescentes em Situação de Rua;
- ✓ Solicitação de Abrigamento.

Tais fatos não ocorreriam com tanta frequência se o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse devidamente implementado, e se a própria cidade (não diversamente do que acontece em quase todos os municípios do país) estivesse investindo efetivamente na consolidação de serviços que atendam a muitas das demandas, pois a grande procura percebida refere-se à aquisição de certidão de nascimento e solicitação de matrículas em creches, pré-escolas, escolas, especialmente nos meses de fevereiro e março de cada ano – ainda que Niterói desponte no cenário nacional como uma das cidades de maior investimento nas áreas de saúde e educação do país.

---

<sup>166</sup> Mesmo que alguns Relatos sejam de competência do Juízo da Infância e Juventude, muitas demandas iniciais chegavam ao Conselho, que as reencaminha ao órgão competente.

### 3.1.3 A Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Niterói

O município de Niterói tem despontado no cenário nacional como um dos percussores do trabalho em Rede, e tem constantemente assegurado o potencial deste tipo de organização como forma capaz de reunir pessoas e instituições em torno de objetivos comuns, de articulação interinstitucional, de elaboração de propostas conjuntas de trabalho integrado, de capacitação das pessoas para compreender e operar um novo modelo de atendimento e de criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação sistemáticos. “Redes são uma forma de organização que implica um conteúdo de natureza emancipatória e não outro. Redes são a tradução, na forma de desenho organizacional, de uma política de emancipação. Não pode haver distinção entre os fins dessa política e os meios de empreendê-la” (Martinho, 2002:3).

Esta nova morfologia de participação leva-nos a considerar este padrão como organizacional, como uma das formas de dinamizar ações, torná-las mais flexíveis, mais democráticas, mais descentralizadas e horizontais, permitindo a constituição de um novo modelo de solidariedade social.

A Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Niterói foi criada em 1998 pelos órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes de Niterói, com a denominação inicial de *Rede Municipal de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus-Tratos*. A idéia, que motivou Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude e Ministério Público, era evitar duplicidade de procedimentos, agilizando o andamento dos casos e, com isso, beneficiando as vítimas de negligência e violências. A rede aumentou a troca de experiências e aprofundou o conhecimento do problema. Com o tempo, além de se criar estratégias para a própria atuação em rede, sistematizou-se um fluxo para o atendimento às vítimas. Outras conquistas da Rede foram à capacitação de seus gestores, a sensibilização de autoridades para a criação do Dia e da Campanha Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente. A intensa atividade da Rede teve como uma das resultantes na Lei Municipal nº 1.883/01, que definiu o dia 4 de outubro como Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente. O dia foi escolhido em homenagem a um adolescente de 12 anos que morreu vítima da violência do narcotráfico, após uma série de abusos

de que vinha sendo acometido. Além da consolidação deste dia, como forma de dinamizar o processo assistencial para a criança e adolescente no município, foi proposto um fluxo de atendimento para facilitar os atendimentos e criar um comprometimento entre os agentes envolvidos.

“Do ponto de vista empírico os Fluxos são, a seguir, caracterizados pelas instituições que os compõem e as funções que lhes são atribuídas: O Fluxo de Defesa de Direitos - É composto pelos Conselhos Tutelares, Varas da Infância e da Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública e Centros de Defesa. Suas funções são: defender e garantir os direitos de todos os implicados na situação de abuso sexual notificada, protegendo-os de violações a seus direitos. Para tal tem o poder de, com força da lei, determinar ações de atendimento e de responsabilização. O Fluxo de Atendimento - É composto pelas instituições executoras de políticas sociais (de saúde, educação, assistência, trabalho, cultura, lazer, profissionalização) e de serviços e programas de proteção especial, bem como por ONGs que atuam nestas áreas. Suas funções são: dar acesso a direitos a políticas sociais e de proteção, prestar serviços, cuidar e proteger. Deve dar cumprimento a determinações oriundas do Fluxo de Defesa de Direitos e do Fluxo de Responsabilização, bem como prestar-lhes informações. O Fluxo de Responsabilização - É composto pelas Delegacias de Polícia, Delegacias Especializadas (de Proteção à Criança e ao Adolescente, e da Mulher), Instituto Médico Legal, Varas Criminais, Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, Delegacia da Criança e do Adolescente e Vara da Infância e da Juventude (quando o abusador é menor de idade) e Ministério Público. Suas funções são: responsabilizar judicialmente os autores de violações de direitos, proteger a sociedade, fazer valer a lei. Pode determinar como pena o atendimento ao réu.” (FALEIROS & FALEIROS, 2001: 14)

Para que as instituições que compõem a Rede começassem a discutir o fluxo para o município foi necessário que se reconhecesse como estas próprias instituições recebem e fazem seus encaminhamentos e demandas. Ficou constatado que alguns desses órgãos não tinham esta noção. Este fator, entre outros, exigiu por parte dos componentes da própria Rede um melhor aprofundamento sobre estas questões que se deu através de diversas reuniões e participação em cursos e que culminou na elaboração do fluxo de atendimento à criança e ao adolescente no município (QUADRO 2).

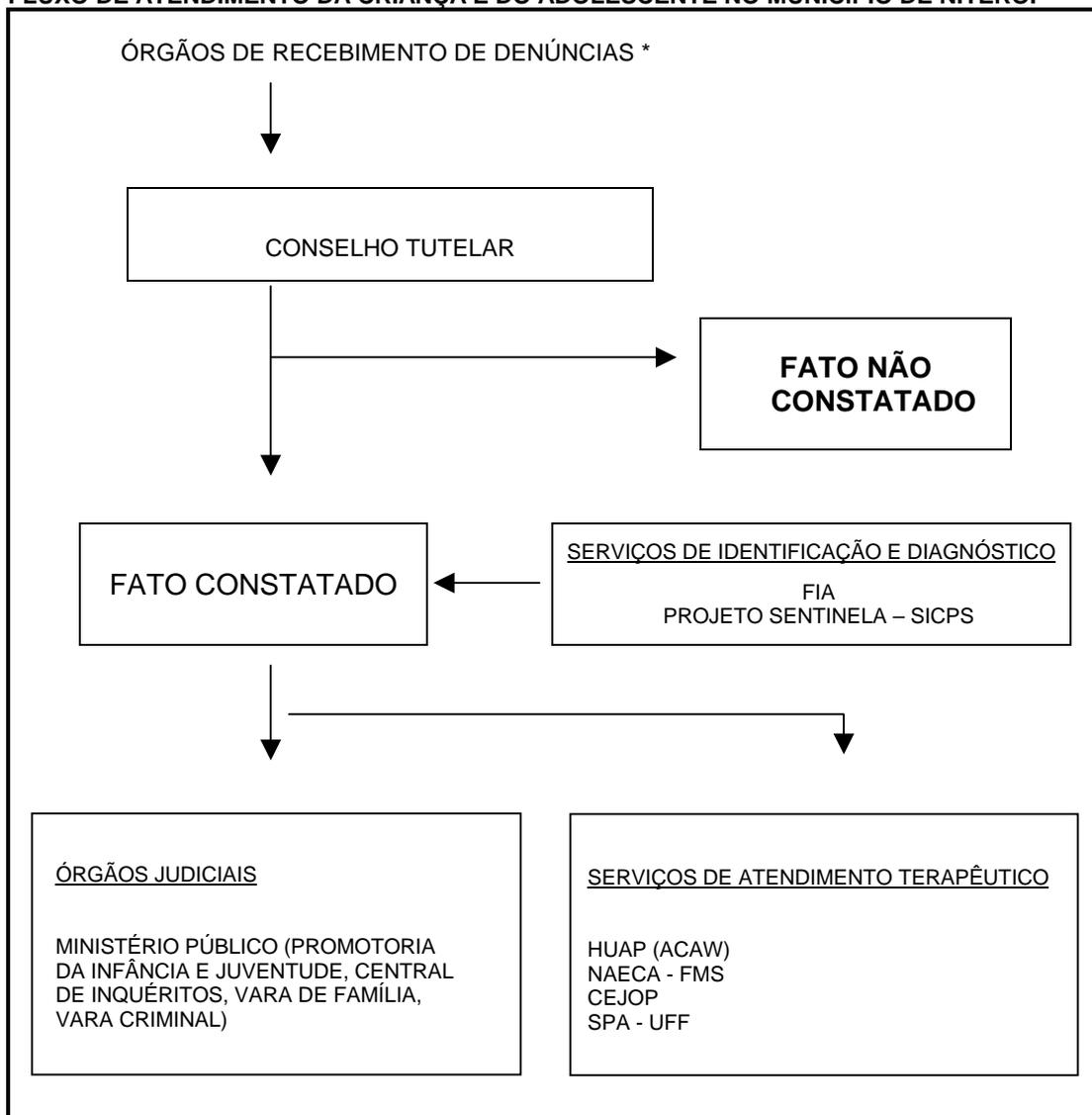
A elaboração deste fluxo foi trabalhada nos dois últimos anos pelos componentes do Núcleo Gestor da Rede<sup>167</sup>, composto pelos representantes das instituições responsáveis pelo atendimento à infância e adolescência em Niterói.

Este debate sobre o fluxo tem sido divulgado em todo o município, e nele está explicitado quem são muitos dos operadores de direitos e de defesa da criança e do adolescente no município, quais as funções e atribuições de diversas organizações

<sup>167</sup> Dados obtidos em setembro de 2004.

em Niterói. O Núcleo Gestor reúne-se mensalmente, sempre na primeira sexta-feira do mês, no I Conselho Tutelar. Dependendo das atividades, são definidas comissões que agilizam as atividades a serem executadas em outros períodos.

**QUADRO 2.**  
**FLUXO DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**



FONTE: BOLETIM INSTITUCIONAL DA REDE – MAIO DE 2004

\* Juízo da Infância e Juventude (Divisão Técnica)  
Ministério Público (PIJ – Central de Inquéritos – VF – VC)  
Defensoria Pública (Núcleo das VF – JIJ)  
Secretaria de Segurança Pública (Delegacias – Disque Denúncia)  
Secretaria Municipal de Assistência Social (Projetos Sentinela e Volta Pra Casa)  
Secretaria Municipal de Saúde (Unidades de Saúde, Núcleo de Atenção à saúde, Hospital Getúlio Vargas Filho, Médico de Família; Secretaria Municipal e Estadual de Educação (Unidades Escolares);  
Outros (Huap, Heal, CMDCA, CMPPD etc.)

### 3.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Com o intuito de contextualizar de forma articulada a violência intrafamiliar contra criança e adolescente no município, a partir dos atendimentos efetuados em termos de proteção social pelo I Conselho Tutelar de Niterói, buscamos instaurar uma relação de:

“(...) escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, fonte do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.” (BOURDIEU, 1998: 695)

Procuramos perceber a experiência acumulada que caracteriza o tipo de atendimento e o percurso que expressam as demandas encaminhadas a este órgão. Como o I Conselho Tutelar mantém seus dados registrados nos prontuários, onde os atendimentos são relatados, tivemos que, ao longo da pesquisa, consultar manualmente todos os prontuários. Foi contabilizado um total de 14.445 prontuários referentes aos atendimentos efetuados nos 10 anos pesquisados. Após a leitura destes prontuários, procedemos a sua análise, selecionando 2.446 prontuários relativos a violência intrafamiliar e registrando os relatos em um Banco de Dados especialmente elaborado para esta pesquisa. Ao longo dos 24 meses de duração deste processo, nossa presença foi constante no Conselho, onde, além de estudar os prontuários disponíveis, também observamos de forma participante muitos dos atendimentos efetivados, tornando possível o reconhecimento das representações, concepções, opiniões, expectativas, percepção social, não somente do universo cultural da população atendida neste Conselho Tutelar, mas também dos conselheiros, técnicos e demais profissionais que por ali transitam.

Nossa participação nas reuniões da Rede de Atenção Integral à Criança e Adolescente de Niterói e a efetivação de cursos de capacitação permitiram maior proximidade com os diversos operadores de defesa dos direitos da criança e do adolescente no município. Foi também um aspecto bastante significativo para a construção desta pesquisa, pois contribuiu para a ampliação da *escuta ativa e metódica* e para a aproximação com vários profissionais representantes das institui-

ções da área, que expressaram suas visões sobre a situação de crianças e adolescentes a partir dos atendimentos oferecidos por suas organizações, como também por sua percepção dos outros órgãos de atendimento que compõem esta Rede.

No processo desta pesquisa também buscamos desvelar o entrelaçamento das ações desenvolvidas, o espaço social priorizado enquanto cenário contextual, as condições sociais e a produção das subjetividades inerentes às histórias de vida explicitadas nos prontuários. Procuramos, assim, perceber como se processa a comunicação desenvolvida no espaço institucional, principalmente a efetuada no decorrer dos atendimentos, considerando que a presença do pesquisador implica uma nova contextualização no cotidiano institucional. Esforçamo-nos por compreender este universo de forma mais realista possível, considerando esta realidade de forma relacional e tendo como preocupação que a percepção do entrecruzamento das comunicações existentes fosse vista em uma ancoragem cuja fundamentação teórica refletisse a riqueza das práticas observadas. Relata Bourdieu:

“Eu creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que interroga” (BOURDIEU, 1998: 693).

Consideramos como fundamento desta pesquisa a importância de dar visibilidade às questões inerentes ao tema estudado. Para tanto, partimos da perspectiva de que os trabalhos acadêmicos têm uma função social, pois “a pesquisa social é sempre tateante, mas ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos” (Minayo, 2001: 13), que devem ser retornados ao *espaço social* originador da própria pesquisa, consolidando-se a construção do conhecimento, visto que se entrelaça nesta prática tanto o pesquisador quanto os diversos agentes implicados no processo.

Assim, o trabalho de campo “consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento [que] combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc.” (Minayo, 2001: 26). Este trabalho derivou na elaboração de um quadro representativo, sistematizado em um banco de dados, cuja construção foi efetuada de acordo com a intencionalidade de nossa pesquisa. O propósito almejado é que este retratasse, o mais amplamente possível, os casos explicitados nos prontuários, ainda que

parcialmente, em face da amplitude dos relatos. “Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos” (Bourdieu, 1998: 694). Procuramos manter o rigor<sup>168</sup> conceitual de forma que as categorias de análise construídas fossem definidas de acordo com a inserção institucional, com a familiarização com os diversos agentes envolvidos e com o reconhecimento dos prontuários de forma mais ampla possível levando-se em consideração que:

“A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise” (BOURDIEU, 1998: 697).

Para esta sistematização<sup>169</sup>, consideramos que mesmo estes dados, “que são tomados por o próprio concreto, são de fato produto de uma formidável abstração – o que sucede sempre, pois o dado é sempre construído – mas trata-se, neste caso, de uma abstração que não se conhece como tal” (Bourdieu, 2004: 25). Os critérios utilizados tiveram a preocupação de servir ao objetivo de dar visibilidade às questões referentes à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, como também, para que não só a análise da complexidade dos relatos estudados, mas todo o processo fosse pautado no que Bourdieu (1998) denomina de “*reflexividade reflexa*”<sup>170</sup>. Este conceito permite que se controle e se compreenda o efeito estrutural em que se realiza a pesquisa social, partindo-se da proposição de que na relação de pesquisa coexiste a interação entre pesquisador e pesquisado e, neste procedimento, estabelece-se uma relação social. Portanto, os resultados obtidos para análise e compreensão estão implicados e nesta relação

<sup>168</sup> “A pesquisa é uma coisa demasiado séria e difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Aprecia-me dizer: ‘É proibido proibir’ ou ‘Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos’. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego” (Bourdieu, 2004: 26).

<sup>169</sup> Sistematizado como um banco de dados.

<sup>170</sup> “*Reflexividade reflexa*, baseada num ‘trabalho’, num ‘olho’ sociológico, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (Bourdieu, 1998: 694).

desempenhase uma espécie de violência simbólica, sendo necessário o seu reconhecimento e controle no processo de pesquisa, como forma de se evitar distorções. A característica dada pela *reflexividade* permite que se reflita criticamente sobre as condições sociais e as intervenções concretas que fundamentam a construção do objeto da pesquisa, pois ao se estudar a realidade social se efetivam na pesquisa social novas práticas demandadas. A pesquisa como uma atividade prática exige que se reflita sobre quais questões foram ou são formuladas, quais dados foram construídos e por que, quais observações foram desenvolvidas, quais as categorias utilizadas, entre outras questões.

Fundamentamo-nos nesta perspectiva ao trabalhar com a pesquisa social e procuramos não perder de vista que esta se baseia em processos históricos, relacionais, não neutros, dinâmicos, onde “não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas” (Minayo, 2001: 14).

### **3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE**

As categorias trabalhadas foram definidas segundo critérios determinados pela leitura da realidade percebida na análise do contexto – territorialidade – no município de Niterói, onde estão o I Conselho Tutelar de Niterói e a Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e Adolescente, “territórios” que permitiram a construção desta pesquisa.

O volume de informações obtidas neste estudo levou-nos a optar por apresentar quadros, gráficos e tabelas como forma de buscar uma melhor visualização dos relatos pesquisados e tornar mais concreto o próprio processo de proteção social estudado. Minayo (2001: 22) enfatiza: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

A análise do contexto visto em forma de sua territorialidade é melhor aprofundada na própria categorização do município, em articulação com a conjuntura do I Conselho Tutelar de Niterói e da Rede Municipal de Atenção

Integral à Criança e Adolescente, que permite, pelo seu entrelaçamento, perceber a produção da subjetividade que foram construídas as referências estudadas nos dados contextuais e subjetivos.

A tipologia analítica para estes dados partiu do princípio de que cada contexto é estabelecido por construções singulares que o especificam e ressaltam suas peculiaridades. Os dados contextuais foram divididos da seguinte forma: prontuários referentes à violência intrafamiliar; situação dos relatos; número de atendimentos efetuados em cada relato; conselheiro e técnico responsáveis pelo atendimento; solicitação efetuada por pessoa vinculada à criança e ao adolescente; demandas de outra instituição; encaminhamento a outra instituição; idade da criança e/ou adolescente; localidade – residência da criança e/ou adolescente; e sexo da criança e/ou adolescente.

Os dados subjetivos diferenciam-se dos dados contextuais pela subjetividade com que foram construídas as narrativas. Para a análise dos dados subjetivos os procedimentos adotados foram organizados seguindo a seqüência: relato do atendimento – análise das narrativas fundadas nas tipologias desenvolvidas; tipo de abuso – identificação e especificação dos temas abordados nos relatos; suposto perpetrador do abuso – caracterização do suposto perpetrador e justificativa do suposto perpetrador. Para a análise dos dados subjetivos realizamos a leitura completa dos relatos das entrevistas de cada caso existente nos prontuários, identificando-se as unidades de sentido e a produção da subjetividade das narrativas estudadas.

### **3.3.1 Dados Contextuais**

Para que fossem destacados os prontuários referentes à violência intrafamiliar contra criança e adolescente foram pesquisados os 14.445 prontuários existentes e disponíveis. A partir desta leitura foram selecionados os que se referiam ao objeto da pesquisa. Para que esta seleção fosse a mais qualificada possível, tornava-se imprescindível a leitura, pois os dados normalmente não são catalogados em tabelas específicas, mas são relatados através das narrativas dos atendimentos efetuados pelos conselheiros tutelares. Tais relatos nem sempre são claramente explicitados, pois muitos mantêm o tom

coloquial da conversa, o que requereu que fossem lidos e relidos, respeitando os relatos e as falas de forma mais ampla possível. Assim do total dos atendimentos foram destacados os relativos a violência intrafamiliar, sendo analisados a situação dos relatos, o número de atendimentos efetuados, o conselheiro e técnico responsável pelo atendimento, como também avaliado como se processavam as solicitações, os encaminhamentos e demandas, a idade da criança e/ou adolescente, o sexo e localidade da criança e/ou adolescente no município.

### 3.3.1.1

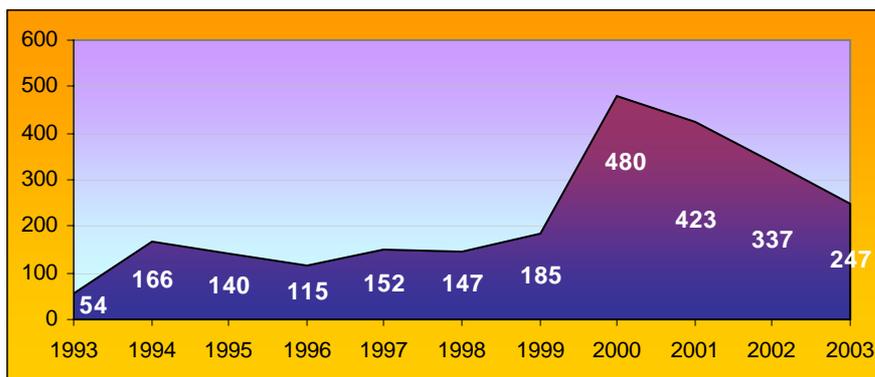
#### Prontuários referentes à violência intrafamiliar

Dos 14.455 prontuários, 2.411 foram selecionados por registrarem casos de violência intrafamiliar (TABELA 21, GRÁFICO 7). Um número determinado de prontuários foi desdobrado em diferentes relatos, pois alguns conselheiros incluem todos os membros de uma mesma família em um único prontuário, mesmo que cada criança e/ou adolescente seja um sujeito social e uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento com resposta e percepção das situações vividas de forma singular. Assim, respeitando e em reconhecimento da situação individual de cada criança e ou adolescente, optamos, nesta pesquisa, em desdobrar esses relatos repetindo o número do prontuário, nos casos de violência intrafamiliar, tantas vezes quantas necessário para registrar cada criança da família em separado. Por esta razão, os 2.411 prontuários selecionados foram desdobrados em 2.446 registros.

**TABELA 21.**  
**PARTICIPAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NOS TOTAIS ANUAIS DE PRONTUÁRIOS**

ANO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
TOTAL DE PRONTUÁRIOS	109	646	736	924	978	941	1084	2700	2280	1997	2050	14.445
PRONTUÁRIOS VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	40	161	139	114	150	146	182	477	419	336	247	2.411
DESDOBRAMENTO PRONTUÁRIOS V. INTRAFAMILIAR	54	166	140	115	152	147	185	480	423	337	247	2.446

**GRÁFICO 7.**  
**PRONTUÁRIOS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR REGISTRADOS ENTRE 1993 E 2003**



Em termos absolutos, a demanda cresceu de 54 para 166 relatos em 12 meses (1993-1994). O que se alterou em termos de contextualização foi a diversidade de demandas, que se ampliou consideravelmente. A par da procura por atendimento à violência intrafamiliar, este Conselho Tutelar passou a absorver demandas diferenciadas relativas às diversas necessidades de proteção social no decorrer de sua implantação e de seu reconhecimento enquanto instituição de atendimento à infância e adolescência nos anos subsequentes. O estudo dos prontuários revelou que o Conselho foi mais procurado para zelar pelos direitos violados das crianças e adolescentes niteroienses em 1994 do que em 1993.

Com o crescimento e diversificação da demanda, os relatos de violência intrafamiliar, ainda que crescentes em termos numéricos, deixam de ser, proporcionalmente, o atendimento prioritário no Conselho Tutelar.

Foram considerados como Violência Intrafamiliar os relatos de: abandono, abuso psicológico/emocional, abuso sexual, abuso físico, exploração e negligência.

A análise comparativa da grande demanda referente à violência intrafamiliar no ano de 1993 (50%) e sua queda brusca e progressiva nos anos subsequentes, conforme TABELA 22, pode ser considerada sob mais de um aspecto.

Relacionamos um desses aspectos com a discussão da violência contra a mulher e os movimentos feministas e de mulheres para a publicização dos casos de violência, que ganhavam maior expressividade na época e que derivaram na criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - Deam<sup>171</sup>. Em 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em São Paulo, e, em

<sup>171</sup> Este nome é conferido às delegacias de proteção à mulher no Estado do Rio de Janeiro; em outros Estados, receberam outras denominações.

1986, a primeira Deam no Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente foram criadas as Deams de Duque de Caxias e Niterói<sup>172</sup> e as de Nova Iguaçu e da Zona Norte<sup>173</sup>. Estes órgãos, à medida que atendiam mulheres que sofriam violência, passaram também a contribuir para que, em conjunto com outras ações desenvolvidas<sup>174</sup>, se começasse a discutir mais amplamente as questões relativas à violência intrafamiliar. Portanto, uma das principais ações que se entrelaçavam à própria criação das Deams foi a grande visibilidade dada à questão da violência na época, principalmente a violência intrafamiliar. A associação entre a função das Deams e a implantação dos Conselhos Tutelares foi imediata, e sua dissociação foi gradativamente incorporada, originando-se novas demandas e outras solicitações, principalmente no que se refere aos serviços públicos nas áreas de assistência, educação e saúde.

**TABELA 22.**  
**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR X TOTAL DE PRONTUÁRIOS**

ANO	TOTAL DE PRONTUÁRIOS	OUTRAS DEMANDAS		VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	
		NÚMERO	PERCENTUAL	NÚMERO	PERCENTUAL
1993 *	109	55	50%	54	50%
1994	646	480	74%	166	26%
1995	736	596	81%	140	19%
1996	924	809	88%	115	12%
1997	978	826	84%	152	16%
1998	941	794	84%	147	16%
1999	1.084	899	83%	185	17%
2000	2.700	2.220	82%	480	18%
2001	2.280	1.857	81%	423	19%
2002	1.997	1.660	83%	337	17%
2003	2.050	1.803	88%	247	12%

\* Funcionamento iniciado em setembro.

Ao percebermos a acentuada mudança das demandas ao Conselho Tutelar no município podemos inferir que este passa a ser cada vez mais reconhecido, não como um construto similar às Deams para a infância e adolescência, mas como um instância que atua em outros moldes, ainda que muitos, devido a distorções da efetivação de uma democracia participativa e intervenções distorcidas de alguns Conselhos Tutelares, considerem estes órgãos como nova representação das polícias das famílias.

<sup>172</sup> Dezembro de 1986.

<sup>173</sup> 1991.

<sup>174</sup> Ressalta-se, neste contexto, a importância dos movimentos feministas e de mulheres.

Outro fator é a própria necessidade por serviços públicos. Ações que até então eram feitas de forma individual e dispersas passam a ter no Conselho Tutelar um órgão para aglutiná-las. Mesmo que muitas das reivindicações não fossem fundamentalmente funções desta entidade, a possibilidade de se obter algum êxito em suas reivindicações deu um novo alento à população mais empobrecida, já tão oprimida e cansada pelo descaso com que é tratada, na maioria das vezes, em várias instituições.

É claro que nosso olhar sobre estas questões foi determinante para a resultante destas análises, no decorrer da pesquisa de campo. Gostaríamos também de pontuar que este processo se diferencia de acordo com as representações processuais da incorporação da instituição no cenário local.

A partir das análises subseqüentes pudemos perceber os entrecruzamentos entre as questões analisadas no primeiro e segundo capítulos deste trabalho e a sua inter-relação com as próprias transformações das demandas institucionais que foram se consolidando no Conselho Tutelar de Niterói.

### 3.3.1.2 Situação dos relatos

A situação do caso refere-se à continuidade ou encerramento do fato, quando assim avaliado pelo conselheiro, o que não impede sua reabertura se necessário. Contudo, poucos conselheiros dão por concluídos seus casos, que na maioria ficam em aberto. Com este dado normalmente não preenchido, fica difícil distinguir entre processos continuados ou encerrados. Processos oficialmente considerados abertos podem, portanto, estar há anos sem continuidade. Este fato torna-se representativo à medida que existem casos relatados desde 1993 cuja situação (se em aberto ou encerrados) não é mencionada.

Em todos os prontuários pesquisados constava o ano inicial do atendimento, mas raramente sua continuidade ou seu encerramento, apesar de este fato ficar implícito em grande parte dos relatos. Pode ser considerado que em somente 5,76% dos relatos encontrava-se esta conformação contextual<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> Vide: Dados contextuais - c) situação do Relato.

Outra questão que chamou nossa atenção foi que alguns relatos se desdobravam em até dez ou mais atendimentos<sup>176</sup> que nem sempre eram datados, sendo explicitada somente a data inicial, embora as cronologias subseqüentes fossem omitidas. Em 94,24% dos prontuários não consta o encerramento do atendimento (TABELA 23).

**TABELA 23.**  
**PRONTUÁRIOS COM INÍCIO E ENCERRAMENTO DO RELATO - POR ANO**  
(UNIVERSO PESQUISADO = 2.446 PRONTUÁRIOS - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR)

ANO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	NÃO CONSTA
PRONTUÁRIOS COM INÍCIO E ENCERRAMENTO	2	2	19	6	16	14	15	41	19	6	1	2.305
PERCENTUAIS	0,08	0,08	0,78	0,25	0,65	0,57	0,61	1,67	0,78	0,25	0,04	94,24

Levando em conta que o prontuário é o documento que registra os atendimentos prestados pelo Conselho pode-se concluir que, de maneira geral, independentemente do grupo gestor, a prática de encerramento dos relatos ainda não foi consolidada.

A procura ao Conselho Tutelar, de forma geral, refere-se à obtenção de atendimentos nos serviços nas áreas de educação, saúde e assistência. São demandas, na maioria das vezes, de resolução mais imediatista que se caracterizam por encaminhamentos para os serviços de proteção social existentes nestas áreas. É provável que usuários que retornam ao Conselho Tutelar, o façam por não conseguirem solução ou atendimento nos serviços aos quais foram encaminhados. Importante ressaltar que determinados casos exigem continuidade de atendimento para detalhar e aprofundar melhor os relatos tratados, mas dificilmente em grande número de atendimentos, o que só ocorrem em casos específicos.

O indicativo do número de atendimentos pode conter inexatidão, diante da hipótese de que alguns atendimentos podem não ter sido relatados nos prontuários – há casos em que a extrema demanda e a proximidade entre o conselheiro e a população usuária do Conselho torna as ações mais coloquiais e nem sempre registradas. Na TABELA 24 e no GRÁFICO 8 pode-se observar o número de atendimentos registrados. Ou seja, em 1.141 prontuários existe apenas um

<sup>176</sup> Vide: Dados contextuais - d) n° de atendimentos efetuados em cada Relato.

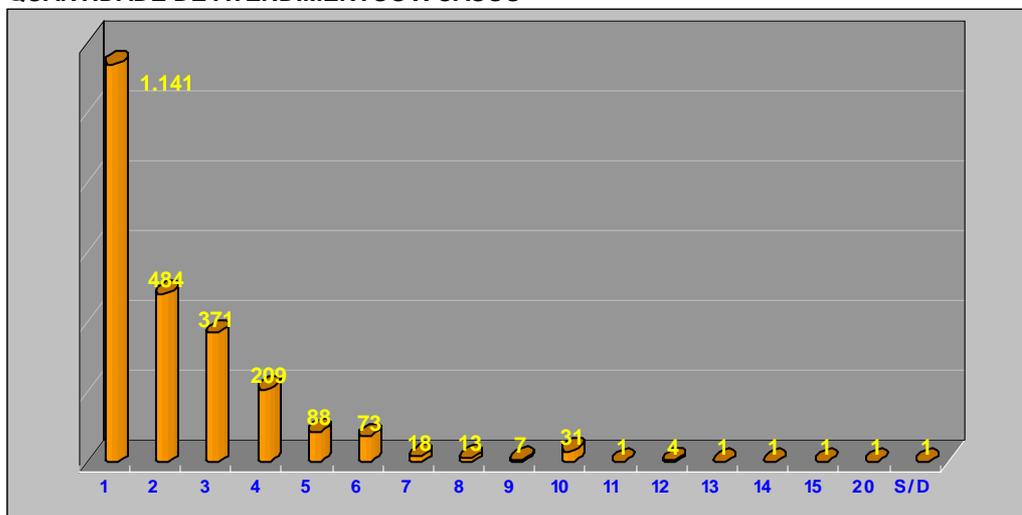
atendimento registrado, o que demonstra que 46,65% foram encaminhados após um único atendimento. Ao todo, 90% dos casos têm seu processo concluído no Conselho Tutelar em até 4 atendimentos. Com seis atendimentos chega a 97% o índice de encaminhamentos. De modo geral observa-se que há uma correlação inversamente proporcional entre o número de atendimentos e a quantidade de casos em que isto ocorre.

**TABELA 24.**  
**QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS X CASOS**

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	1	2	3	4	5	6	7	8
TOTAL DE PRONTUÁRIOS	1.141	484	371	209	88	73	18	13
PERCENTUAIS	46,65	19,79	15,17	8,54	3,60	2,98	0,74	0,53

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	9	10	11	12	13	14	15	20	S/D
TOTAL DE PRONTUÁRIOS	7	31	1	4	1	1	1	1	1
PERCENTUAIS	0,29	1,27	0,04	0,16	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04

**GRÁFICO 8.**  
**QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS X CASOS**



### 3.3.1.3 Conselheiro e técnico responsáveis pelo atendimento

Em nossa pesquisa, conforme já explicitado, além de estudarmos os relatos de violência intrafamiliar através dos prontuários também procuramos perceber como se processam muitos dos procedimentos adotados nas práticas

desenvolvidas no Conselho Tutelar relativas à proteção social à criança e ao adolescente. Buscamos compreender estas práticas e as ações resultantes do acúmulo das experiências que foram sendo acrescidas no processo de trabalho, não só dos conselheiros tutelares, como também da equipe técnica. Neste processo ficou evidente que, se olhássemos os prontuários isoladamente, sem a percepção contextual mais ampla, poderíamos chegar a determinadas conclusões que não refletem muitos dos aspectos que consideramos importante ressaltar.

Os conselheiros tutelares sempre atendem a todos os usuários que procuram o Conselho, segundo escala definida pelos próprios conselheiros. A escala é estabelecida de modo que nunca a entidade fique desfalcada, já que este Conselho mantém uma série de ações, como participação em diversas reuniões, representação e participação em eventos variados, entre outras. Em todo o período estudado não observamos relatos de usuários que não tenham sido atendidos por conselheiros.

Ao analisarmos os prontuários, os quais consideramos como o documento mais importante para estudo dos casos, observamos que em quase todos consta o nome do conselheiro responsável pelo atendimento, embora poucos sejam assinados ou carimbados. Observamos porém que, gradativamente, os prontuários vêm sendo considerados, cada vez mais, como instrumento aglutinador das práticas dos diversos agentes envolvidos nos casos, bem como uma ferramenta que permite que seja dada continuidade às diversas ações desenvolvidas no Conselho Tutelar. A postura dos atuais conselheiros na identificação de seus atendimentos ilustra essa tendência.

A falta de registro com a identificação da equipe técnica é um fator que dificulta a observação de como foi a prática desenvolvida por esta equipe, ou que se acompanhe sua atuação, enquanto categoria gabaritada, dada sua especificidade profissional, na definição de procedimentos adotados (TABELA 25).

**TABELA 25.**  
**FORMAS DE REGISTRO DOS ATENDIMENTOS DE CONSELHEIROS E TÉCNICOS**  
**(UNIVERSO PESQUISADO = 2.446 PRONTUÁRIOS - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR)**

TIPO DE REGISTRO	CONSELHEIROS		EQUIPE TÉCNICA <sup>177</sup>	
	VALOR	%	VALOR	%
ASSINADO	484	19,79	34	1,39
ASSINADO COM CARIMBO	305	12,47	56	2,29
ASSINADO COM ESPECIFICAÇÃO	7	0,29	12	0,49
ASSINADO SEM ESPECIFICAÇÃO	876	35,81	4	0,16
RUBRICADO	5	0,20		
RUBRICADO SEM ESPECIFICAÇÃO	101	4,13	1	0,04
SEM DADOS	668	27,31	2.351	96,12

### 3.3.1.4

#### Solicitação efetuada por pessoa vinculada à criança/adolescente

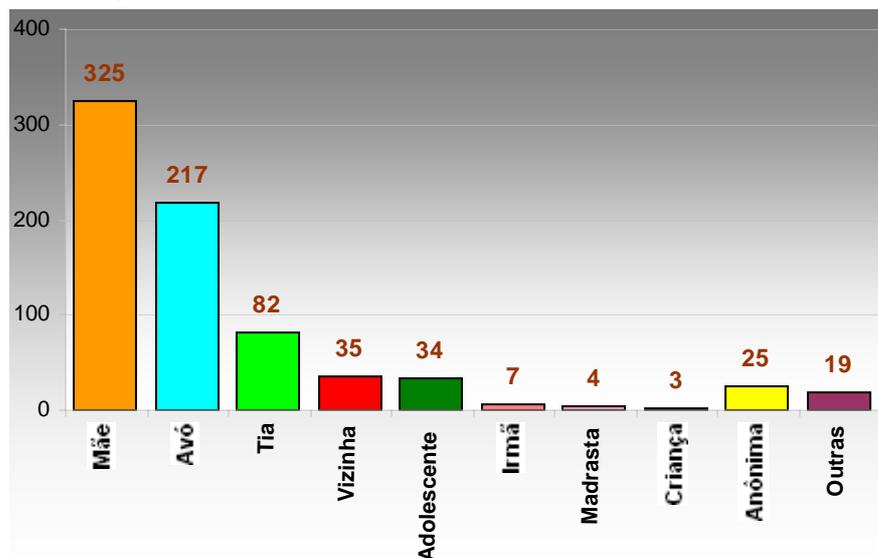
A procura ao Conselho Tutelar normalmente se dá através das solicitações efetuadas por pessoa vinculada à criança e ao adolescente, ou por encaminhamentos institucionais (TABELA 26). Algumas vezes, não fica definida no próprio prontuário de que forma ocorreu a entrada do caso.

As situações que envolvem a violência intrafamiliar são carregadas de representações que, em muitos casos, colaboram para a manutenção do silêncio e banalização da violência, em função da crença de que “entre quatro paredes tudo é possível”. Entretanto, estas situações também provocam indignação e repúdio, que geram tanto denúncias dos casos existentes quanto procura de ajuda, diante da garantia do sigilo da identidade de quem efetuou a solicitação ao Conselho Tutelar.

A estruturação social relativa às questões de gênero, principalmente enquanto representação da situação da criança e do adolescente como responsabilidade da mulher, é um fator importante para que, das solicitações feitas por pessoas vinculadas à criança/adolescente, 74,04% – 751 – tenham partido de mulheres (GRÁFICO 9). O relacionamento mais próximo das mães e avós é outro fator que colabora para que estas procurem ajuda para filhos e netos, em 53,29% dos casos identificados, como estratégias de proteção social e de enfrentamento das ocorrências de violência intrafamiliar.

<sup>177</sup> Assinados: Advocacia = 4; Educador Social = 1; Psicologia = 20; Serviço Social = 9; Assinados com carimbo: Psicologia = 29; Serviço Social = 27.

**GRÁFICO 9.**  
**SOLICITAÇÕES AO CONSELHO TUTELAR**



**TABELA 26.**  
**SÍNTESE DAS SOLICITAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS AO CONSELHO TUTELAR**  
**(UNIVERSO PESQUISADO = 2.446 PRONTUÁRIOS)**

SOLICITANTE/ENCAMINHAMENTOS	VALOR	%
PESSOA VINCULADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.017	41,58%
ENCAMINHAMENTO INSTITUCIONAL	784	32,05%
ENTRADAS INDEFINIDAS	648	26,49%
DENÚNCIAS ANÔNIMAS	20	0,82%

Ainda que as queixas feitas pelas próprias crianças e adolescentes limitem-se a 5,50% das solicitações (destas, 94,50% são feitas por adolescentes), este fato representa uma importante ação pró-ativa de reversão das situações vividas e pode ser considerado também como uma atitude de resiliência em face da violência com que foram acometidos.

### 3.3.1.5 Demandas de outra instituição

A recepção de encaminhamentos institucionais é constituída pela percepção da “entrada” dos casos. Possibilita que a trajetória das crianças e adolescentes seja delineada em termos de proteção social, nas diversas instituições que as atendem. Muitas vezes estes percursos compõem o que tem sido chamado de “turismo da assistência” em que as crianças, adolescentes e seus familiares circulam por diversas

instituições, repetindo em cada atendimento o que as levou àquela organização. Tal processo faz com que muitos passem a descrever que algo possa ser feito, que outros redefinem suas demandas, e que muitos desistam, entre outras práticas.

“A definição da(s) Porta(s) de Entrada da notificação permanece uma questão que suscita dúvidas e preocupações dos profissionais que atuam na rede de enfrentamento do abuso sexual de crianças e de adolescentes, e que tem sido estudada por pesquisadores dessa problemática. Questiona-se qual ou quais as melhores Portas de Entrada, onde devem estar localizadas, quais suas funções (o que devem fazer), seus limites (o que não lhes cabe) e, principalmente que caminho deve seguir a queixa recebida (encaminhamentos, referência e contra-referência). Existem inúmeras propostas, sugestões e tentativas de implantação de ‘modelos’ de Porta de Entrada.” (FALEIROS & FALEIROS, 2001: 14)

O Conselho Tutelar tanto recebe encaminhamentos de outros conselhos quanto os faz na forma de recambiamento, isto é, reencaminha para outros Conselhos crianças e adolescentes originários da área de abrangência desses. No relato de violência intrafamiliar, os encaminhamentos foram feitos pelos Conselhos Tutelares de: Cabo Frio = 1; Campos = 1; Itaboraí = 3; São Gonçalo = 5; Vila Isabel = 1; Volta Redonda = 1; Zona Sul do Rio de Janeiro = 2; Ramos = 1 e de Rondônia = 1. Esta diversidade de encaminhamentos e a forma como estes se processam chamou nossa atenção pela mútua cooperação entre os conselhos. Atribuímos tal fato aos constantes encontros e eventos realizados, e constatamos também que o Conselho Tutelar de Niterói, por ter conselheiros que vêm assumindo posições de destaque no cenário destas entidades em nível municipal, estadual e nacional, tem sido bastante reconhecido.

Na área de saúde, os hospitais são os que mais fazem encaminhamentos para o Conselho. Dentre eles, os hospitais públicos se destacam. Só foi encontrado, em todo o período estudado, um (0,89%) encaminhamento de hospital da rede privada. Dos 112 encaminhamentos feitos por hospitais da rede pública, 41 casos (36,61%) vieram do Hospital Universitário Antonio Pedro; o Hospital Municipal Getúlio Vargas Filho encaminhou 29 (25,89%); o Hospital Estadual Azevedo Lima, 22 (19,64%); o Centro Previdenciário de Niterói, 3 (2,68%); o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, 1 (0,89%) e o Hospital Fernandes Figueira, 1 (0,89%); 14 prontuários (12,50%) mencionavam o fato de a criança ter sido encaminhada por outros hospitais públicos, sem especificá-los. Detalhes na TABELA 27.

**TABELA 27.**  
**TOTAL E PERCENTUAIS DE ENCAMINHAMENTOS INSTITUCIONAIS**  
**(UNIVERSO PESQUISADO = 761 PRONTUÁRIOS DE DEMANDAS DE OUTRAS**  
**INSTITUIÇÕES - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR)**

ENCAMINHAMENTOS INSTITUCIONAIS	TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS	%
CEOM	7	0,10
CONSELHO TUTELAR	16	2,10
DEFENSORIA PUBLICA	13	1,71
DISTRITOS POLÍCIAIS	60	7,88
DISQUE-DENÚNCIA	26	3,42
FIA	6	0,79
HOSPITAIS	112	14,78
IML	1	0,13
JUIZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	25	3,29
*JUIZADO DE MENORES	212	27,86
ONGS/ INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS/IGREJAS	92	12,09
OPERADORES DE SEGURANÇA	15	1,97
MINISTÉRIO PÚBLICO	1	0,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	75	9,86
SERVIÇOS DE SAÚDE	24	3,15
SERVIÇOS EDUCACIONAIS	76	9,99

Os encaminhamentos efetuados pelo Juízo da Infância e Juventude chamam atenção, pois a figura do chamado Juizado de Menores, que foi extinta com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, permanece ainda hoje em muitas falas e, segundo esta pesquisa, figura nos encaminhamentos recebidos por órgãos oficiais até 1999. Muitos ofícios vinham em papéis timbrados por este órgão já extinto, e também era perceptível sua presença nos escritos oficiais.

### 3.3.1.6 Encaminhamento a outra instituição

Os encaminhamentos efetuados pelo Conselho Tutelar constituem a intermediação da “entrada” e a sua possível finalização. Este traçado, se bem elaborado, compõe a trajetória da assistência no município, pois o Conselho como órgão centralizador de denúncias e notificações dos casos de violações receberia das instituições os casos notificados, ou averiguaria as denúncias e, após constatação e estudos, se necessário os encaminharia aos setores apropriados (ver TABELA 28).

**TABELA 28.**  
**TOTAIS E PERCENTUAIS DE ENCAMINHAMENTOS DO CONSELHO TUTELAR A OUTRAS**  
**INSTITUIÇÕES (UNIVERSO PESQUISADO 2.446 PRONTUÁRIOS VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR)**

INSTITUIÇÃO	VALOR	%
ALCOOLICOS ANÔNIMOS	21	0.87
ABRIGOS	156	6.47
BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS	55	2.28
CEOM	30	1.24
DELEGACIAS	157	6.51
DEFENSORIA PÚBLICA	393	16.30
FIA	74	3.06
HOSPITAIS PÚBLICOS DE NITERÓI	88	3.65
INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	135	5.60
JUIZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	151	6.26
MINISTÉRIO PÚBLICO	202	8.38
NAECA	16	0.66
ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS	49	2.03
ONGS/ INST. FILANTRÓPICAS/ IGREJAS	237	9.83
SERVIÇOS DE SAÚDE	72	2.97
RCN	39	1.62
RECAMIAMENTOS	65	2.70
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	99	4.11
SERVIÇO DE PSICOLOGIA	226	9.37
SERVIÇOS EDUCACIONAIS	257	10.66

Ainda que este quadro seja bastante representativo, muitos casos não são devidamente encaminhados ou, se os são, não chegam com relatos apropriados, segundo alguns membros do Núcleo Gestor da Rede. Esta mesma observação é feita pelos conselheiros às diversas instituições que lhes encaminham os casos. A Rede é um mecanismo importante para reflexão sobre este embate, além dos constantes cursos de capacitação efetivados nestes últimos anos feitos pelos próprios conselheiros.

### 3.3.1.7 Idade da criança e/ou adolescente

A idade da criança e/ou adolescente foi destacada como forma se aprofundar a discussão sobre as políticas públicas para a infância e adolescência no município, dando visibilidade à situação concreta deste importante segmento social (TABELAS 29 e 30). Com este objetivo foram elencadas as idades de 0 a

11 anos, consideradas crianças. A faixa de 12 a 18 anos trata-se da adolescência<sup>178</sup>. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente: “Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, 1999: Artigo 2º).

**TABELA 29.**

**TOTAIS E PERCENTUAIS DE PRONTUÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA – CRIANÇAS**  
(UNIVERSO PESQUISADO = 2.446 PRONTUÁRIOS - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR)

FAIXAS ETÁRIAS	< 1 ANO	1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	TOTAL GERAL
TOTAL	109	93	149	141	129	128	144	129	115	136	135	145	1.553
%	4,46	3,80	6,09	5,76	5,27	5,23	5,89	5,27	4,70	5,56	5,52	5,93	63,49

**TABELA 30.**

**TOTAIS E PERCENTUAIS DE PRONTUÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA – ADOLESCENTES**  
(UNIVERSO PESQUISADO = 2.446 PRONTUÁRIOS - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR)

FAIXAS ETÁRIAS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	SEM DADOS	TOTAL
TOTAL	155	158	161	159	160	95	5	893
%	6,34	6,46	6,58	6,50	6,54	3,88	0,20	36,51

A infância e a adolescência retratam um contingente da população que até as últimas décadas era relegada à efetivação de políticas residuais cuja ordenação das prioridades deveria ser vista de acordo com a “agenda pública”. Diferentemente, nesta década tem sido apontada como a camada social que mais sofre com a pobreza, com as desigualdades sociais e as violências<sup>179</sup>, e dar-lhe prioridade já constitui uma demanda para a “agenda pública”.

“Vivemos, pois, um grande paradoxo em relação aos problemas e oportunidades da população jovem: se, por um lado, ela é a maior afetada pelos problemas que afligem a sociedade, por outro, as estratégias de inserção em um mundo globalizado requerem uma juventude cada vez mais bem preparada e consciente de seu papel na sociedade, e não há políticas eficientes nesse sentido” (BENECKE & NASCIMENTO, 2003: 212).

### 3.3.1.8

#### Localidade – residência da criança e/ou adolescente

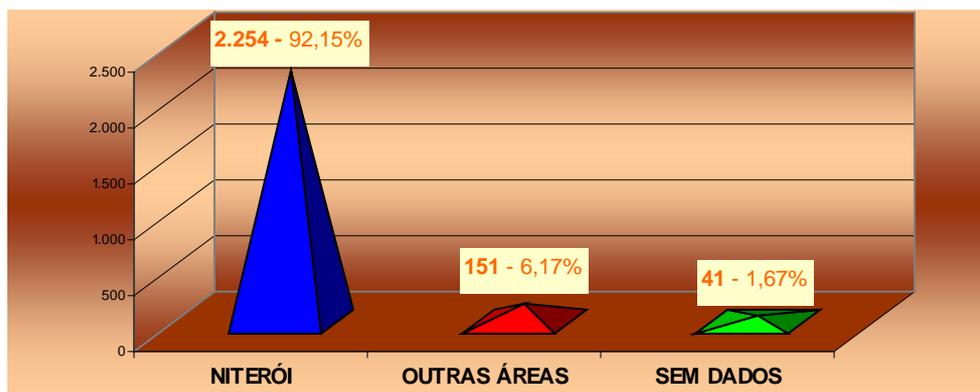
Cerca de 92% dos prontuários selecionados referem-se ao município de Niterói. Os prontuários de outras áreas (6,17%) ou os que não têm localização especificada (1,67%) foram selecionados, nesta pesquisa, por terem em seu relato

<sup>178</sup> 18 anos refere-se àqueles aos quais falta até um dia para completar 18 anos.

<sup>179</sup> Ver: Benecke & Nascimento, 2003. Dados do IPEA.

fatos com vínculos diretos com este município, pela origem da criança e ou adolescente, pela origem dos supostos perpetradores dos abusos ou por vínculos familiares, entre outros.

**GRÁFICO 10.**  
**PRONTUÁRIOS POR REGIÃO (UNIVERSO PESQUISADO = 2.446)**



A percepção da localidade é importante em função de sua territorialidade, pois permite que se perceba como são estruturadas, implicadas e entrecruzadas as inter-relações entre os agentes envolvidos, o movimento de produção de subjetividade, a construção das relações sociais e a conformação dos processos sociopolíticos que podem repercutir em outros níveis.

### 3.3.1.9 Sexo da criança e/ou adolescente

Para a análise mais aprofundada dos atendimentos efetuados no Conselho Tutelar nas questões referentes à violência intrafamiliar, com relação ao sexo da criança e adolescente, constatamos que esta categoria está diretamente associada ao tipo de abuso<sup>180</sup> praticado. São as crianças e adolescentes do sexo feminino, segundo os dados obtidos, as acometidas pela maior parte dos abusos destacados nesta pesquisa. Saffiotti (2001:134) debate que a violência de gênero não envolve apenas relações violentas entre homens e mulheres, mas também as de adultos contra crianças e adolescentes. Para ela, a violência contra mulheres inclui todas as mulheres em todas as idades e inclui a violência praticada por mulheres, que,

<sup>180</sup> Nesta pesquisa utiliza-se a categoria abuso, seguindo abordagem da Organização Mundial de Saúde. Ver: Relatório Mundial sobre Saúde e violência, 2002.

mesmo sendo diminuta contra os homens, é bastante significativa contra crianças e adolescentes, tendo como *locus* privilegiado o espaço doméstico, embora não se restringindo a ele. Sinaliza ainda que o espaço privado, além de concebido territorialmente, abarca o simbólico, e por conta disso os homens conferem a si próprios o direito de exercer seu poder sobre as mulheres mesmo quando elas já se separaram deles.

Diversas pesquisas internacionais<sup>181</sup> também chegaram à conclusão de que, em geral, são as meninas que correm mais riscos de infanticídios e outros abusos intrafamiliares, sendo os meninos e os adolescentes os que mais sofrem punições corporais e padecem com a violência social.

“Se é verdade que as relações entre os sexos se transformaram menos do que uma observação superficial poderia fazer crer e que o conhecimento das estruturas objetivas e das estruturas cognitivas de uma sociedade androcêntrica particularmente bem conservada (...) fornece instrumentos que permitem compreender alguns dos aspectos melhor dissimulados daquilo que são essas relações nas sociedades contemporâneas mais avançadas economicamente, é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos *históricos* que são responsáveis pela *des-historicização* e *eternização* das estruturas da divisão sexual e dos princípios da divisão correspondentes. Colocar o problema nestes termos é marcar um progresso na ordem do conhecimento que pode estar no princípio de um progresso decisivo na ordem da ação. Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo (estas noções abstratas sendo simples designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica) é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos). (BOURDIEU, 1999:6)

Outro fator importante é a relação entre os tipos de abuso e classificação de gênero entre as crianças e adolescentes que sofreram estes abusos (TABELA 31 e GRÁFICO 11).

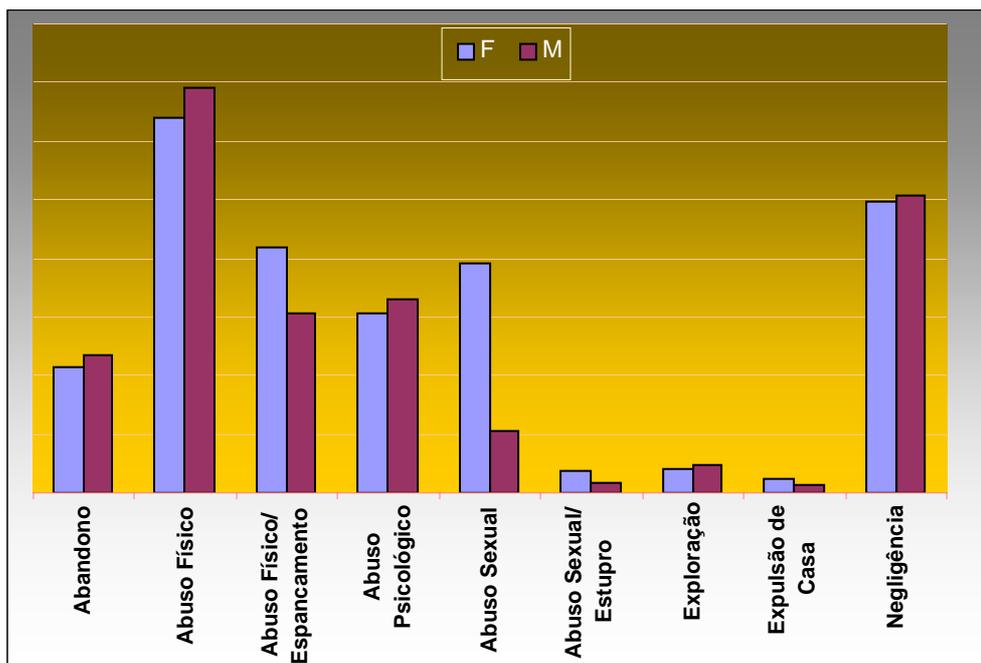
---

<sup>181</sup> Ver: OMS, 2002.

**TABELA 31.**  
**NÚMERO E PERCENTUAIS DE PRONTUÁRIOS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR - POR SEXO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (UNIVERSO PESQUISADO = 2.446)**

SEXO	TOTAL	%
FEMININO	1.285	52.53
MASCULINO	1.127	46.07
SEM DADOS	34	1.39

**GRÁFICO 11.**  
**TIPOS DE AGRESSÃO POR SEXO**



### 3.3.2 Dados Subjetivos

Os relatos dos atendimentos foram a principal base para a construção desta pesquisa de campo. Os dados contextuais, como os subjetivos, tiveram como fundamentação prioritária as narrativas encontradas nos prontuários. Para tecermos algumas considerações quanto aos atendimentos, respeitando sua diversidade e complexidade, citaremos alguns destes relatos.

Um dos fatores preponderantes para a análise destes relatos foi a contextualização dos padrões relacionais, situacionais e comportamentais inerentes ao âmbito sócio-econômico-cultural retratado. Por exemplo, nos casos de abandono estas estratégias expressam-se pela “guarda não oficial”, pelo “cuidar voluntário”, etc.

Tal percepção dos relatos, das práticas desenvolvidas e das estratégias adotadas, por exemplo, é fundamental para a avaliação do entrelaçamento e da implicação dos abusos em consonância com os dados contextuais inerentes aos fatos narrados, tendo a preocupação de que estas análises contribuam para a percepção da importância de se construir práticas preventivas. Tal necessidade é muito bem explicitada por Azevedo & Guerra, que defendem uma:

“(…) ótica emancipatória centrada muito mais na prevenção que no tratamento, buscando atender ao compromisso de chegar sempre antes que uma criança ou adolescente seja vítima de Violência Doméstica, tornando-se: um prontuário médico, um boletim policial, um processo judicial, um dossiê psicossocial, uma notícia de jornal ou um corpo no necrotério. Esse compromisso representa um grande não à ótica patologizante/defectológica, segundo a qual a (re)produção da VDCA seria devida a déficits individuais e/ou sociais.” (AZEVEDO, 1998: 11)

### 3.3.2.1

#### Relato do atendimento – análise das narrativas fundadas nas tipologias desenvolvidas

Os relatos foram analisados a partir das diferentes perspectivas que constituíram cada um dos casos, observadas através das entrevistas realizadas pelos Conselheiros e Técnicos com as crianças, adolescentes, familiares; e de algum tipo de informação pertinente à contextualização dos casos fornecida por outros solicitantes ou agentes envolvidos.

Como procedimento metodológico, o número atribuído aos casos – aqui referidos como Relatos –, corresponde à sua ordem de registro no Banco de Dados e não ao prontuário original, como forma de garantir o sigilo do relato e a não identificação da criança e do adolescente.

Como referência geral, utilizamos a expressão *violência intrafamiliar* para caracterizar os diversos tipos de abuso que ocorrem dentro do contexto familiar da criança e do adolescente. A violência intrafamiliar ou doméstica pode ocorrer na própria casa, em ambientes conhecidos – familiares –, através de relações de reconhecimento, de pertencimento, de familiaridade, de afetividade ou de coabitação. Desta forma, o suposto perpetrador do abuso pode ser pessoa com relação de consangüinidade com a criança e com o adolescente, como pai, mãe, irmãos, tios, avós. Também pode ser alguém que não tenha grau de parentesco, mas uma vinculação ou convívio com a criança a ponto de travar com ela laços

afetivos ou de outra espécie de vínculo direto, como padrasto e madrasta, um novo namorado da mãe da criança (que a criança conheça), um amigo muito íntimo da família, vizinhos que freqüentem a casa – que, neste caso, também são incluídos na categoria de supostos perpetradores de abuso intrafamiliar.

Para efetuarmos esta análise foi nossa preocupação, como já explicitado, ter claro que as definições, tipologias e classificações para a violência intrafamiliar contra a criança e adolescente estão implicadas a noções culturais e históricas sobre a infância e adolescência, sobre as questões relativas à proteção social, sobre os direitos sociais e humanos, como também sobre os parâmetros explicativos de tais questões que são narrados nos prontuários.

### 3.3.2.2

#### Tipo de abuso - Identificação e especificação dos temas abordados nos relatos

Optamos pela utilização da categoria “abuso” por corresponder aos parâmetros adotados pela Organização Mundial de Saúde e por sua utilização pelo Conselho Tutelar e pelas instituições que compõem o Núcleo Gestor da Rede – Niterói. Muitos dos representantes dos órgãos que fazem parte desta Rede, inclusive o Conselho Tutelar, confirmam a escolha, em muitos aspectos, da definição de abuso:

“O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.” (OMS, 2002: 59)

A utilização desta categoria “cobre um amplo espectro de abusos” (OMS, 1999: 59), que também são reconhecidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente em seu artigo 5: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Assim, as categorias preconizadas pelo ECA em consonância com a OMS derivaram neste trabalho nas seguintes classificações: 1) abuso físico, 2) abuso sexual, 3) abuso psicológico/emocional, 4) negligência, 5) abandono e 6)

exploração. Nesta pesquisa foram encontradas, nas narrativas dos conselheiros tutelares, categorias empíricas que correspondem a estas classificações.

Estas categorizações são ainda mais expressivas quando relacionadas aos dados da OMS (2002), que apontam acidentes e violência entre os primeiros fatores de mortalidade na faixa etária de 5 a 19 anos (em torno de 59% dos casos). As agressões figuram em primeiro lugar nas estatísticas em total de óbitos, com 40% dos relatos. A grande parte dos estudos e pesquisas<sup>182</sup> relativos a violência contra crianças e adolescentes destacam que os abusos físicos, o abuso sexual, a negligência e os abusos psicológicos ocorrem prioritariamente no espaço doméstico.

Os diversos aspectos que retratam as manifestações da violência intrafamiliar podem ser considerados sob formas de abordagens transversais implicadas, que se entrecruzam, se entrelaçam e se desdobram em alguns outros abusos, como a síndrome do “bebê sacudido”, síndrome da “orelha de lata”, abuso de substâncias, tortura psicológicas, síndrome do “patinho feio”, entre outros que também são vistos em nossas categorias empíricas.

Essa diversidade torna os abusos de difícil detecção e de complexa resolução, pois ocorrem em espaços onde as relações de abuso também contêm, paradoxalmente, vínculos afetivos, de dependência e de reconhecimento, que devem ser percebidos e enfrentados com sensibilidade e acuidade para não ocasionarem abusos ainda maiores.

Em nossas categorias empíricas, em 49,14% dos relatos estudados o tipo de violência não ocorreu isoladamente, mas houve uma interação entre os atos abusivos perpetrados. A tentativa de compreensão do grau de violência levou-nos a fazer uma distinção entre a demanda inicial de maior ou menor violência que foi se configurando ao longo do atendimento. O relato a seguir ilustra este tipo de situação: a violência familiar mostrou-se muito mais complexa do que parecia à primeira vista.

*A criança [11 anos] relata que foi abusada sexualmente pelo padrasto pela primeira vez há 7 meses, quando a mãe ficou doente e foi internada. O padrasto a estuprou sob ameaça de um facão e quando a mãe voltou continuaram os abusos. A mãe uma noite acordou pra ir ao banheiro e flagrou o companheiro na cama da filha. Ele assustou-se e levantou o short dizendo que estava conferindo para saber se a menina era virgem. O filho [14 anos] tentou acalmar a mãe dizendo que quando ela foi ao Norte o padrasto também fizera isso com ele. O padrasto só se refere ao adolescente como viado e diz que os colegas fazem piadas com ele e oferecem dinheiro a*

---

<sup>182</sup> Ver: OMS, 2002.

*ele pra dar uma voltinha. O adolescente sempre dizia que quando crescesse ia matar o padrasto. (Relato 98)*

*A mãe forjou o seqüestro pra esconder as marcas dos maus-tratos contra o filho [9 meses]. Caso muito noticiado pela imprensa. Matéria no Jornal Extra de 19/7/2000 (vários outros jornais noticiaram): “Torturava o próprio filho. Mulher que abandonou o bebê na Central é presa em Niterói. Depois de abandonar o próprio filho nas mãos de uma camelô e registrar o caso como seqüestro, a dona de casa de 19 anos contou, como torturava o pequeno de apenas 9 meses. O delegado depois de ouvir o relato não teve dúvida indiciou-a por crime de tortura. O pai é carregador de caminhão e tem 21 anos e negou saber das surras. Muito abalado, ele desmaiou na delegacia e teve que ser hospitalizado. - Ele alega que sai de casa muito cedo e volta tarde. Só via o filho quando estava dormindo. O delegado vai transferi-la, para mantê-la em isolamento, pois teme que ela seja agredida pelas outras presas. O menino continua internado no Hospital Souza Aguiar. A criança que sofre de hidrocefalia, está com o corpo coberto por hematomas e mordidas. ENTREVISTA: “Não sou uma boa mãe”. “Eu queria entregá-lo para uma pessoa melhor. Encontrei aquela mulher [camelô da Praça XV] e deixei o menino com ela. Quando voltei pra casa, meu marido perguntou o que tinha acontecido e eu disse que tinham tomado o meu bebê de mim. Ele me disse pra ir à Delegacia e foi o que fiz. Tenho certeza de que com outra pessoa ele estaria bem melhor do que comigo. Batia e o mordida. Ele é um menino quietinho, mas chorava quando ia tomar banho e tocar fralda me irritando. Pedia a Deus para me controlar, mas não conseguia. Comecei a bater quando ele tinha 5 meses. Meu marido não sabia de nada porque sempre que ele estava em casa o bebê estava dormindo. Ele adora o bebê. Eu sofri muito no parto, senti dores horríveis. Fui criada por meus tios, que nunca me bateram. Mas meu tio uma vez tentou me violentar. Eu preciso de um tratamento. Mãe nenhuma deve fazer com o filho o que eu fiz com o meu. Sei que o que fiz foi errado. Eu sei que perdi a guarda dele. De repente, é melhor assim”. (Relato 2079)*

Não se pode esperar que um ato violento ocorra isoladamente em um contexto familiar abusivo. A análise dos relatos nos fez perceber que, muitas vezes, o mesmo agente que bate é aquele que negligencia ou comete outros abusos. Observamos também que um membro identificado como perpetrador do abuso pode escamotear outros agentes violentos presentes nesta mesma família e, em alguns casos, haver mais de um perpetrador do abuso. No relato seguinte o problema inicial dizia respeito à criança em situação de rua, mas tomou novas proporções ao se conhecer o cotidiano da família:

*A criança [11 anos] relata que está há 3 meses fora de casa. A mãe o coloca pra pedir nas ruas. Tem irmãos de pais diferentes. O padrasto e a mãe batem nela caso não cheguem com dinheiro em casa. Ele estava na frente do Mac Donald's e os guardas o chutaram porque achava que estava incomodando. Algumas senhoras o encontraram na rua e levaram ao CT. (Relato 2432)*

Seguindo as categorias dos abusos elencados, discutiremos mais detalhadamente alguns dos relatos existentes nos prontuários e registrados em nosso Banco de Dados.

## Abuso Físico

*"Posso fazer o que quiser, sou mãe". [Queixa de abuso físico e negligência perpetrado pela mãe - criança de 2 anos].  
(Relato 646)*

*"Estou educando, disciplinando meu filho" [Queixa de abuso físico perpetrado pelo pai – adolescente de 13 anos].  
(Relato 130)*

O abuso físico é uma das principais ocorrências observadas nos relatos dos prontuários pesquisados. Deslandes (1994) define o abuso físico intrafamiliar contra criança e adolescente como a utilização de força física intencionalmente e não-acidental, efetuada pelos pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança e do adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes. Como os outros tipos de abusos, podem acontecer em qualquer classe social, sendo que na classe média e alta é mais difícil que haja queixas, denúncias e notificações.

*1993 – [Família de classe média]. Atendimento a avó que diz que a menina é filha [9 anos] de pai desconhecido e a mãe desde que ela nasceu a maltrata. Apresenta diversos hematomas e ferimentos no corpo e cabeça. A menina pediu que a avó fosse a polícia antes que a mãe a matasse. Tem a saúde comprometida e encontra-se muito magra. Em 1997. A adolescente denúncia à mãe que a espancou. Diz que a mãe correu atrás dela com uma faca querendo matá-la. As agressões físicas durante todos esses anos eram frequentes. Em 2000, após vários atendimentos, a mãe comparece ao CT e diz que nada mais pode ser feito por sua filha [13 anos] que é dependente de drogas e anda com pessoas barra pesada. (Relato 221)*

O abuso físico pode acontecer de diversas formas que vão das ações únicas, esporádicas ou repetitivas, de caráter considerados, intencionais ou acidentais. Segundo Day *et al.* (2003: 10) “a violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas”.

*O vizinho relata que a vizinha desejava adotar uma criança e solicitou ajuda e foram a uma instituição, mas o diretor esclareceu que era difícil sair uma criança de lá. Conheceram uma família que tinham 5 crianças que queriam*

*dar e podia escolher uma. Ela levou uma das crianças e registrou como sua. A criança estava muito maltratada. Nove anos depois o pai adotivo morreu e ela casou-se com o cunhado e passaram também a maltratar a criança. A menina já levou surra com a costa do facão deixando marcas em suas costas. Tirou da escola e deixou na casa de uns amigos. Quando foram devolver a menina ela disse que não queria. Diz que não vai mais colocá-la na escola e ela tem que trabalhar pra se manter. A adolescente [14 anos] diz que estudou até a 3º série e não estudou este ano, a mãe não quer lhe dar material escolar se quiser ela tem que trabalhar. Diz que o pai adotivo antes de morrer a tratava bem. A mãe tem ciúme do companheiro. A adolescente foi posta pra fora de casa, ficou na rua e agora está trabalhando e só vai em casa aos domingos. (Relato 160)*

*Estava no Albergue a mãe com os filhos [15, 13, 10, 3 e 4 meses]. Ela ameaçou de morte os filhos e em seguida, ateou fogo no filho de 4 meses, o que foi presenciado pelos demais filhos, ocasionando a fuga dos mesmos. Depois tentou se atirar na cisterna do abrigo, sendo impedida por um funcionário. O bebê foi socorrido pela PM sendo levado a emergência do HUAP, onde se encontra em estado grave. As crianças após o ocorrido retornaram ao albergue. Depois de amplo estudo e atendendo a solicitação da adolescente mais velha elas ficaram com a avó (Relato 475).*

Culturalmente, muitos abusos físicos são considerados formas educativas de aprendizagem, de transmissão de ensinamentos herdados dos pais (que foram assim educados) e de colocação de limites. “É importante também a preocupação em se definir uma categoria global sob a qual o abuso possa ser compreendido internacionalmente, conferindo força ao argumento de que uma prática, mesmo investida de significação social, pode ser abusiva (Ferreira & Schramm, 2000). A “punição educativa” e as diversas formas de “disciplinamento” ainda são muito presentes em nossa cultura e, apesar de constituírem também uma forma de abuso, diferenciam-se muito pela intencionalidade de outras situações de abuso físico e espancamentos. “Porém, independentemente da intencionalidade, existe um patamar a partir do qual certas práticas podem ser consideradas violentas” (Ferreira & Schramm, 2000). Muitos abusos físicos, justificados como disciplinamento, não são apenas atos de repreensão, de “punições educativas”, mas fatos de extrema crueldade vinculados ao exercício de poder e de opressão da criança e do adolescente pelo excesso da utilização dos meios considerados corretivos e disciplinares – infligindo castigos abusivos que podem ocasionar sérios danos à vida ou à saúde da criança e ou do adolescente.

*A mãe diz que se separou do marido há 6 meses, mas o marido não deixa que sua filha [3 anos] vá morar com ela. A mãe foi encontrar com a filha e ela estava com os olhos roxos. A princípio disse que foi a boneca que bateu e depois revelou que seu pai havia lhe dado um tapa, porque ela havia vomitado. A mãe diz que o pai tem uma postura de violência pra educar. Quando era bebê ele dava beliscão e recorrentemente bate na menina dizendo que é pra*

*corrigir. A menina diz que o pai bate nela e ela chora muito. "Eu tenho medo de falar com meu pai, ele pode me bater de novo". (Relato 329)*

Os mais comuns sintomas físicos, que nem sempre são observados, embora alguns sejam evidentes, são: queimaduras de cigarro, com ferro elétrico e líquido quente; hematomas em locais cobertos pela roupa; fraturas múltiplas e em diferentes fases de recuperação; murros e tapas, agressões com objetos diversos; síndrome da orelha de lata e síndrome do bebê sacudido, entre outros.

*A tia da criança [9 anos] diz que o pai da criança frequentemente espancando o filho. Diz que seu sobrinho foi abandonado pela mãe quando tinha 1 ano de idade. Diz que o pai dá soco, pontapé, e muitas vezes o menino fica com marcas e disse "vou matar ele aos poucos". A mãe do menino abandonou o pai porque ele a agredia muito. O menino diz que o pai bate com a mão dando socos, pontapés, chutes, tapas e bate com a cabeça dele na parede. Disse que o pai tinha pisado em suas costas ele caiu batendo com o joelho no chão. Diz que o pai é "um monstro", um bicho". Ele diz que o pai o chama de demônio, capeta, infeliz. (Relato 383)*

*O CT recebeu denúncia que a mãe havia queimado a mão de seus 2 filhos [5 e 6 anos]. O pai das crianças veio ao CT dizendo que só soube do caso no ônibus pelas próprias crianças que contaram que pegaram mortadela na geladeira e a mãe as queimou com colher quente. (Relatos 663 e 664)*

As síndromes de orelha de lata e do bebê sacudido têm seus efeitos mais diretos associadas ao abuso físico e, de forma mais indireta, a outros tipos de abusos. Na síndrome da orelha de lata a criança e ou o adolescente têm sua orelha deformada pelos constantes e repetitivos puxões.

*A mãe diz que vivia em cárcere privado com os filhos [um deles com 6 anos], sendo submetida às piores coisas. Ele a espancava, e ela e os filhos têm marcas de ferimentos, úlceras, uma orelha deformada e uma cicatriz na testa devido às agressões. Ela conseguiu fugir dele e ele não quer as crianças, só desmerece tudo o que os filhos fazem. Ficou então dormindo com as crianças na rua, dormindo em papelão e por isso ela quer abrigá-los. (Relato 70)*

*[Queixa de abusos quando a filha de 5 anos sai com o pai – casal separado]. A mãe está temerosa, pois a menina já chegou em casa com hematomas e machucados nas pernas e na orelha como uma torção. (Relato 608)*

Na síndrome do bebê sacudido, os efeitos mais comuns são as lesões e sangramentos na cabeça, mas pode ocorrer toda uma amplitude de enfermidades como diversos tipos de fraturas, que chegam a provocar paralisia de um dos lados do corpo – hemiplegia; lesões de vísceras ocas ou maciças sem explicação convincente e lesões ósseas ou impressões dos polegares onde a criança foi agarrada para as sacudidelas; paralisia dos membros – tetraplegia; lesões na

coluna; no crânio e cérebro, que podem gerar convulsões neurológicas, cegueira ou lesões oftalmológicas, atraso no desenvolvimento físico, mental e psíquico.

*A assistente social do hospital relata que estava internada uma criança de 6 meses com fratura de fêmur e várias lesões pelo corpo. O pai foi quem levou a criança para interná-la. A assistente social relata sua preocupação, pois é permitido a mãe acompanhar o filho, contudo havia suspeita de que ela seria a agressora. O médico relatou que achava a situação bastante estranha, pois quando o menino tinha 3 meses tinha sido internado com fratura do fêmur e na época já houve suspeita de maus-tratos, mas ele achou que poderia ser a não consolidação da fratura anterior, mas era nova fratura no mesmo local com edemas em várias partes do corpo. (Relato 3)*

*O hospital relata suspeita de maus-tratos. O pai relata que a mãe vem maltratando o filho, inclusive o causou a cirurgia no fêmur do bebê. O bebê está internado. (Relato 614)*

*O Posto de Saúde comunica que a mãe teria fraturado a rótula do bebê recém-nato, assim como teria colocado os dedos em sua garganta tentando matá-lo. O bebê nasceu de parto normal e a mãe sofreu muitos pontos até a região do ânus, sendo um parto traumático. Depois do parto, a mãe olhava de maneira estranha para o bebê. Contou também que durante a gravidez ela se comportou de maneira estranha ficando debaixo dos cobertores mesmo em dias quentes. Havia dificuldades em fazê-la tomar banho, somente queria lavar a cabeça e colocar xampu. Esta é a segunda gravidez dela, na primeira, o bebê morreu no hospital depois de alguns dias de nascido. Ao retornar para casa, a mãe olhava para o pé do bebê e dizia que havia sido ele [o pé] que a havia rasgado toda. A mãe do bebê estava deitada em um colchonete, levantou-se foi até a cama onde se encontrava o bebê, puxou sua perninha e colocou 2 dedos em sua garganta. O bebê chorou muito e o pai socorreu. Foi constatada pequena fissura na rótula. (Relato 847)*

Alguns podem ser observados para a categorização do abuso físico: presença de diversos tipos de lesões físicas; feridas; fraturas repetitivas que não se ajustam à justificativa dada; ocultamento de lesões antigas; escoriações; cicatrizes; equimoses; vergões; contusão de freio e lábio superiores - que pode ter sido feita na tentativa de calar ou alimentar à força; lesões em crescente sugerem mordidas; marcas circulares em punhos e tornozelos, amarração; vesículas em palmas e queimaduras.

*A mãe denúncia os maus-tratos contra seus filhos [5 e 4 anos] perpetrados pelo pai. "Ele bate muito nas crianças, ontem ele deu um tapa tão forte no menino que ele bateu a cabeça operada na parede... ele tem a cabeça operada porque foi atropelado com 2 anos... meu filho teve afundamento do crânio e o outro já teve parada cardíaca". (Relato 83)*

*A mãe já vem de longa data inflige maus-tratos aos filhos, principalmente a filha de [5 anos]. A tia que fez a denúncia já adotou uma das irmãs da criança. A mãe queimou a menina com um ferro quente de passar roupa. Diz que uma das filhas dela já tentou suicídio por causa dos espancamentos da mãe. Diz que ela é alcoólatra, não trabalha e já jogou uma das filhas no rio para que morresse é esta menina que a tia atualmente cria. A menina está com muita dificuldade para falar devido a queimadura no lado da face. A menina tem*

*várias queimaduras nas costas, pescoço, braços e mãos. Toda a região lombar apresenta queimaduras feitas por objetos quentes. (Relato 156)*

Algumas crianças e adolescentes procuram escamotear as situações vivenciadas. Tentam esconder as marcas de surras, e quando questionadas sobre as agressões sofridas justificam-nas como forma de proteger os perpetradores dos abusos, por se sentirem responsáveis pelos abusos que sofrem, por temer serem afastadas de sua família ou até mesmo por temer as conseqüências de seu relato.

“Ao tornar o fato conhecido a criança ou o adolescente sabe que a solução do dano implica situação de duplo efeito, uma vez que cria um outro dano. Neste caso, é importante ponderar com muito cuidado qual seria não tanto a melhor solução, mas a menos ruim. Trata-se de uma situação complexa, visto que a sociedade tem interesse em ver o abusador identificado e punido; a criança tem o interesse de ver reconhecida sua condição de vítima; e ambos têm o interesse de que o abuso cesse. Mas, ao mesmo tempo, cria-se um dilema porque a solução do problema (punição do abusador) pode redundar num acréscimo de sofrimento para a criança (separação do abusador)” (FERREIRA & SCHRAMM, 2000).

*Denúncia de espancamento aos filhos perpetrados pela mãe. O filho [6 anos] é todo marcado, cabeça, pernas e braços, mas diz que escorregou na tábua, arrastou a cabeça na parede, que gosta da mãe, do padrasto e que todos são bons. (Relato 1099)*

*Denúncia por telefone de que a menina [7 anos] teria sido queimada pela avó. A avó a espanca sempre e não permite interferência de ninguém. A menina com queimadura no braço, diz que havia se queimado sozinha, mas falou com a Orientadora Educacional da escola que fora a avó que a queimara com isqueiro. A mãe está muito doente, acamada com HIV. A avó se desculpa dizendo que está muito nervosa, que precisa sustentar a casa e a filha que está acamada. Diz que bate em todos os netos, não é só na menina, mas que não é nada demais. Quando a queimadura diz: "Eu estava com fósforo na mão, mas acho que não fiz isso de propósito, se chegou a queimar, não sei. Pequei o fósforo e disse que ia queimar, mas não queimei, não sei se queimei, na hora... Eu preciso de um tratamento psicológico". A menina diz que vai a escola e que a avó e a mãe são muito boas. (Relato 1998)*

Algumas situações são apontadas como fatores relevantes para a ocorrência dos casos de abusos, como os conflitos familiares e conjugais, o desemprego, as precárias condições econômicas, entre outras. Nas crises conjugais e familiares, as crianças e adolescentes sofrem com a própria situação inerente a estes contextos e ainda padecem com as repercussões dessas crises, pois muitas destas situações são reverberadas e descontadas em quem está mais vulnerável – crianças e adolescentes.

*O hospital encaminha em Ficha de Notificação Compulsória de Maus-tratos o relato que o pai do bebê [que não mora na mesma casa, foi na casa dela querendo tomar a criança] e a agrediu com faca e sem querer pegou na criança e a machucou. A mãe relata que estava com o bebê durante a briga*

*do casal. "Eu registrei a menina só no meu nome... eu às vezes fico chorando, acho que não estava preparada pra ser mãe". (Relato 1194)*

Outra questão relevante é que muitos abusos acabam por gerar graves ameaças ao desenvolvimento da criança e do adolescente devido à complexidade dos casos vivenciados, que podem levar a “situações de risco social”, “situação de rua” e até mesmo a tentativas de suicídio. Segundo dados da OMS (2002: 162), “as mulheres que passaram por agressão física na infância ou na fase adulta estão mais propensas a tentar suicídio, ou a cometê-los, do que as outras mulheres”. O abuso físico tem sido apontado em nossos dados empíricos com uma das principais causas para a saída da criança de casa.

*A diretora da escola solicita acompanhamento para a adolescente que diz ser espancada e ameaçada de apanhar pela mãe com barra de ferro. A menina [13 anos] vivia nas ruas de Niterói já ficou em instituições e voltou a ficar com a mãe, mas continua largada pelas ruas. A tia confirma que a mãe da menina é muito violenta. O padrasto quando soube da denúncia foi a escola e ameaçou a diretora. (Relato 10)*

## **Abuso Sexual**

*“Eu falei que era filha dele, e ele disse que por isso mesmo teria que obedecer”.  
[Caso de abuso sexual, negligência e abuso psicológico  
perpetrado pelo pai - criança de 10 anos]  
(Relato 656)*

*"Ele a trata como uma filha. Eu não acredito que alguém faz isso a força, se ela não quisesse fugia, ela permitiu sim. Eu mesma tinha um irmão alcoólatra e quando ele chegava bêbado, queria me agarrar e eu tinha medo dele, fugia e nada acontecia.  
Ela é um empecilho na minha vida”.  
[Queixa de abuso sexual perpetrado pelo padrasto  
desde que a adolescente de 17 tinha 10 anos].  
(Relato 410)*

*"Eu não fiz nada disso, gosto das meninas como minhas filhas". [Queixa de abuso sexual perpetrado pelo padrasto – adolescente 12 anos].  
(Relato 1130)*

Com relação ao abuso sexual, considera-se bastante pertinente à discussão deste conceito a pesquisa bibliográfica nacional e internacional feita por Eva Faleiros (2003), que constatou que havia toda uma gama de confusões, repetições e imprecisões terminológicas encontradas em torno desta questão como: “violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus-tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. A violência

sexual intrafamiliar é denominada ora de abuso sexual doméstico, ora de incesto, ora de abuso sexual incestuoso” (Eva Faleiros, 2003: 14). Após intensa revisão conceitual originária dessa pesquisa, Eva Faleiros passou a adotar o conceito de “relacionamento interpessoal sexual parafilico<sup>183</sup>” e os distingue em dois tipos distintos: a dominação sexual perversa e a agressão sexual. Apesar da relevância desta conceituação, manteve-se, nesta pesquisa, a categoria de abuso, respeitando-se os relatos existentes nos prontuários pesquisados, que está baseada nesta terminologia, até mesmo nos casos confirmados de estupros e de incestos.

*O menino [5 anos] havia saído com o irmão de 16 anos que o deixou na porta da casa da vizinha, o vizinho que é homossexual o chamou com insistência e quando ele entrou abaixou a calça dele e o chupou. Uma outra pessoa tampou a boca dele pra ele não gritar. O menino está muito traumatizado com dificuldade pra dormir. A mãe relata que ela só deu as informações na DP e não sabe quem deu informações para a imprensa. Diz que o menino está agressivo. Ela diz que o menino está fazendo o tratamento psicológico. O Jornal - São Gonçalo de 15/07/2003 publica a seguinte matéria: Menino de 5 anos é vítima de abuso sexual em Niterói. O menino de 5 anos contraiu uma doença no pênis, transmitida por saliva contaminada. A polícia prendeu 2 suspeitos, ambos de 26 anos, moradores do mesmo prédio da criança. A mãe do menor desconfiou quando a criança chegou em casa com o short molhado e bastante assustado. O menino revelou que havia sido agarrado pelos acusados. (Relato 1747)*

O abuso sexual pode ser considerado, devido a suas implicações, como uma questão social, de saúde pública e como um problema psicológico<sup>184</sup>. O abuso sexual contra a criança e o adolescente tem sido uma prática comum e constante nas relações familiares em todas as classes sociais e em todo o mundo, além de responsável por fortes traumas, por gravidez indesejada, por doenças sexualmente transmissíveis. Estudos<sup>185</sup> apontam as graves conseqüências dos abusos tanto para a saúde física como para a saúde mental, como as doenças sexualmente transmissíveis, inflamação pélvica, gravidez não desejada, aborto espontâneo, dor pélvica crônica, lesões, dores de cabeça, abuso de drogas/álcool, asma, síndrome de intestino irritável, desordem de estresse pós-traumático, medo, fadiga, depressão, ansiedade, disfunção sexual, desordens da alimentação, desordens múltiplas de personalidade, disfunção do sono e incapacidade permanente ou parcial.

<sup>183</sup> “Para – desvio, e filia – aquilo pelo qual a pessoa é atraída” (Eva Faleiros, 2003:14).

<sup>184</sup> Ver: Browne & Finkelhor, 1986; Ellis, Piersma & Grayson, 1990; Malchiodi, 1990; King, 1992; Kalichman, 1993; Finkelhor, 1994; Kristensen & Gomes, 1997.

<sup>185</sup> Estes estudos referem-se a mulheres vítimas da violência doméstica. Cuadernos Mujer Salud/1, 1996; Paltiel, 1993; Heise, 1993 e 1994; Stark *et al.*, 1979.

*A Sra. C. compareceu ao CT dizendo que a filha [9 anos] foi estuprada desde os 4 anos de idade pelo pai e ela só descobriu há um ano quando a menina começou a ter dores na barriga e os médicos diagnosticaram herpes genital. Ela se separou e há 1 ano e 6 meses ela casou-se novamente, mas o seu atual esposo é viciado em drogas e tem espancado a ela e suas filhas. Financeiramente o padrasto tem sido bom pra elas, pois providencia o que é necessário para manutenção da casa e das meninas. (Relato 317)*

*A mãe relata que levou a filha [10 anos] ao pediatra por causa do mau hálito que vem apresentando. A médica pediu uma série de exames e um RX da face. O funcionário da instituição pediu que ela tirasse toda a roupa e tocou na menina [houve na época uma série de denúncias deste funcionário]. (Relato 449)*

As definições de abuso sexual, segundo Kalichman (1993), variam de acordo com as questões comportamentais, situacionais e circunstanciais que possam ser consideradas abusivas. Segundo o Ministério da Saúde, o abuso sexual consiste em “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade” (OMS, 2002: 13). O abuso sexual constitui-se de práticas cujas ações se dão pela utilização de pressão, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite à vontade pessoal. Tais fatos são ainda mais agravados quando relacionados ao uso de crianças e adolescentes portadores de algum tipo de deficiência física ou mental.

*Visita domiciliar: A família vive realmente em precárias condições de vida [socioeconômica], pai, mãe e 5 filhos [13, 10, 9, 8 e 5]. O menino [5 anos] é deficiente mental. O CT falou com a mãe pra ficar atenta em relação ao abuso sexual por parte do tio e do pai. Ela diz que nunca observou nada, que o marido bebe. O CT ouviu as meninas maiores que falaram que isso não acontece. Quando a conselheira chegou no CT outra conselheira esclareceu que o caso não era com as meninas, mas com o menino deficiente. (Relato 779)*

O abuso sexual intrafamiliar pode ser caracterizado pelo relacionamento interpessoal cuja prática é efetuada sem que o consentimento seja considerado válido devido às implicações vinculadas às situações de coerção, de poder e de autonomia de um dos agentes – criança e adolescente. Na maioria dos relatos o abuso sexual, além das práticas coercitivas, é associado ao abuso físico e psicológico/emocional.

*A adolescente [16 anos] morava em Brasília e vieram de lá ela, a irmã, o pai e o irmão. O pai há 2 meses atrás a beijou na boca em uma tarde na obra em que ele trabalhava e ela o ajudava. Ele disse que a noite ela não dormisse de calças compridas como sempre ela fazia. Ela ficou de calça comprida e ele brigou com ela, mas não conseguiu nada. Mas um dia a agarrou na obra mesmo e a estuprou. Ela só foi a DP porque o namorado insistiu, mas tem muito medo do pai. O pai nem pode imaginar que ela tem um namorado, ele não permite que ela converse com ninguém até com meninas ele quer escutar as conversas. O pai a espancou porque a viu conversando com um vizinho e na rua mesmo a agrediu com socos, tapas e chutes e ela teve que ser socorrida por uma vizinha que a levou ao hospital. A adolescente teve fratura na clavícula, na perna e um corte no lábio superior. (Relato 2365)*

O abuso sexual também pode ser considerado por qualquer ação que objetive a gratificação sexual de um adulto ou um adolescente muito maior com uma criança, antes da idade de seu consentimento legal. Estas ações podem constituir-se por práticas oral-genital, genital-genital, genital-retal, mão-genital, mão-retal ou mão-seio, exposição das partes genitais, exibição e produção de pornografia. O desdobramento destas práticas pode se expressar pelo abuso sexual com ou sem contato físico. Os abusos sexuais sem contato físicos são práticas disseminadas e repetitivas a longo tempo, apesar de somente virem a ser discutidas nos últimos anos.

*A adolescente [16 anos] diz que a mãe é agressiva e não se consegue ter diálogo com ela. O pai paga as despesas e o apartamento em que moram é dele. A mãe teve um companheiro por 5 anos e ele andava com o pênis expostos e sua mãe a ameaçava caso contasse este fato a seu pai que não sabia da existência dele. A mãe nunca demonstrou preocupação agora a mãe a agride. A mãe deu um soco no rosto dela e a expulsou de casa. Ela está na casa do pai, mas sua madrasta está sendo ameaçada pela mãe da adolescente. (Relato 392)*

O abuso sexual sem contato físico pode ocorrer de diversas formas, nas quais podemos destacar: a) o abuso sexual verbal que se dá através de falas estimulantes ou que tenham a intenção de despertar o interesse infanto-juvenil sobre práticas sexuais; b) o exibicionismo em que se expõe, principalmente a parte genital, muitas vezes, como forma de chocar; c) o voyeurismo cujo agente – voyeur - gratifica-se ao observar atos sexuais, ações libidinosas ou órgãos sexuais das crianças e adolescentes, e pode se dar também pela observação dessas crianças e adolescentes em trajes íntimos ou mesmo sem roupas, através de pornografia e exibicionismo – podendo haver telefonemas eróticos –, uma novidade neste processo atualmente também está associada às situações de exposição vinculadas à internet; d) o assédio sexual que se expressa pelo abuso de poder, principalmente através de chantagens e ou ameaças; e) outros abusos sexuais sem

contatos sexuais, que podem ocorrer pela apresentação de fotos ou vídeo pornográfico; pela fotografia de crianças nuas ou em posições sedutoras; pelos telefonemas obscenos; pela pedofilia pela Internet, e por mostrar filmes e/ou revistas de sexo explícito, entre outros.

*O menino [7 anos] foi à delegacia porque o cunhado havia batido em sua irmã, chegando lá, por achar que o cunhado havia sido preso ele relatou ao delegado que o cunhado um dia bateu na irmã dele e nele também. “Uma vez ele me chamou para ver um filme - só que não era filme, era mulher em cima de homem, aí ele tirou a roupa e me mandou segurar o bilau dele e depois saiu uma meleca branca na minha mão. Isso aconteceu por 2 vezes... ele disse que seu contasse ele ia cortar a minha língua e entortar o meu braço”. (Relato 348)*

*A mãe conta que foi ao Juizado por não ter onde ficar com os filhos, pois saiu de casa a uma semana, tendo ficado com a tia e por isso precisa de abrigo para os filhos. Deixou o marido porque ele praticava abuso sexual com a filha [9 anos], sem penetração. A menina não é filha dele. A menina não contou pra mãe porque ele ameaçara de matar os irmãos dela. A mãe tem medo dele porque ele é muito violento. A mãe quer abrigar as crianças, arrumar um emprego e pegá-los de volta. (Relato 492)*

O abuso sexual com contato físico pode ocorrer pela exploração sexual que visa a obtenção de lucros e se dá, muitas vezes, pela indução ou imposição à criança ou ao adolescente, pelo recebimento de algum ganho ou pagamento por relações sexuais. As crianças ou os adolescentes não devem ser tratados como em situação de prostituição, pois experimentam um processo de vitimização seja pelo incesto, quando existem laços de consangüinidade; pelo atentado violento ao pudor, quando o abuso sexual ocorre sem penetração vaginal em decorrência de ameaças, constrangimentos – podendo tomar a forma de sexo oral, anal ou outros atos libidinosos; pelo estupro, que se define pela penetração vaginal e, normalmente, é uma prática contrária à vontade da vítima, que não pode oferecer resistência – nos relatos em que este abuso tem como vítima adolescentes ou crianças com menos de 14 anos, independentemente do consentimento, é presumida a violência.

*A mãe comparece ao CT com a filha [7 anos], trazendo encaminhamento do hospital com suspeita de abuso sexual perpetrado pelo pai contra a filha. A menina apresentava uma grande secreção vaginal quando a mãe procurou o hospital e foi constatada uma inflamação. A filha mais velha [17 anos] foi quem despertou a atenção dela, acusando o pai de estar mexendo com a irmã e com ela também. A menina relatou que o pai já faz isso há muito tempo, sempre que a mãe está dormindo ele a procura, levanta de noite e a acorda, toca nela, às vezes com a mão, às vezes com outras coisas, inclusive com os dedos na sua vagina. A menina relata que vê o pai fazer isto com a irmã, mas com eles só ficam se mexendo embaixo da coberta. A mãe disse que no IML a*

*doutora disse que ele é um monstro, pois a menina estava com mau cheiro de tanta inflamação. (Relato 856)*

A maior incidência dos abusos sexuais ocorre com crianças e adolescentes do sexo feminino.

“Na maioria dos países, as meninas correm mais riscos que os meninos em relação a infanticídio, abuso sexual, negligência educacional e nutricional e prostituição forçada. As descobertas de vários estudos internacionais revelam que, entre as meninas, os índices de abuso sexual são de 1,5 a 3 vezes superiores aos dos meninos.” (OMS, 2002:66)

Os abusos sexuais contra meninos não têm sido alvo de estudos e pesquisa. Segundo a OMS (2002: 153), “o estupro e outras formas de coação sexual contra homens e meninos acontecem em diversos contextos e cenários, inclusive em casa, no local de trabalho, nas escolas, nas ruas, no serviço militar, durante a guerra, bem como nas prisões e delegacias”. Tais fatos foram observados em nossos dados empíricos, que constataram aumento nas denúncias e notificações de casos ocorridos com meninos, responsáveis por graves conseqüências psicológicas e emocionais a curto e longo prazo<sup>186</sup>.

*A mãe é separada do pai dos filhos [10 anos; gêmeos de 11 anos e 13 anos]. Relata que conforme ia aumentando o n° de filhos o pai foi ficando agressivo. Na separação ela foi morar até na rua, pedia esmolas, pegava restos de alimentos para ela e seus filhos. Depois ele resolveu ajudar, mas queria que as crianças o visitassem. Os filhos falaram que o pai abusava sexualmente de todos eles. O adolescente [13 anos]. Diz que o pai batia neles e na mãe, chegou a bater nele com cano de motocicleta os colocava pra dormir no banheiro molhado. O pai mandava ele tirar as calças e se masturbava em cima dele. "dia sim dia não". Quando chegavam da escola pra almoçar o pai estava esperando por eles colocava um deles dentro do quarto tirava a roupa e pedia pro filho tirar também, se masturbava em cima do peito e nas costas deles. O pai não os deixava nem almoçarem primeiro tinha que ir pra o quarto com ele. O pai é usuário de drogas e colocava maconha pra eles fumarem e se não puxassem ele dizia que ia bater neles. O filho mais velho tinha que subir o morro toda sexta pra pegar a droga. O menino [10 anos]: "Meu pai deitava na cama e subia em cima de mim... Eu dizia que não queria e ele me dava uns tapas. Ele me batia e eu tinha medo dele. Ele é ruim, batia sempre na gente, muito, muito". Gêmeo 1 [11 anos]: "Meu pai mandou eu tirar a roupa e espirrou na minha cara (masturbou). Ele às vezes batia em mim de vara. Gêmeo 2 [11 anos]: Ele me batia de pau, ripa, caixote, dizia que ia matar*

<sup>186</sup> Assim como acontece com as mulheres vítimas de agressão sexual, as pesquisas indicam que as vítimas masculinas também estão sujeitas a sofrer diversas conseqüências psicológicas, tanto no período imediatamente posterior à agressão quanto em longo prazo. Dentre essas conseqüências, estão culpa, raiva, ansiedade, depressão, distúrbios de estresse pós-traumático, disfunção sexual, problemas somáticos, distúrbios do sono, fuga dos relacionamentos e tentativa de suicídio. Além dessas reações, os estudos realizados entre adolescentes revelaram ainda uma associação entre ser estupro e abuso de substâncias (drogas), comportamento violento, roubo e absenteísmo da escola.” (OMS, 2002: 153)

*minha mãe... Nós dormíamos com muita fome porque ele joga a comida do fogão fora. Se trancava no quarto e chamava um filho depois o outro...". Notícia do Jornal (recorte sem data e sem especificação do jornal). Homem é acusado de estuprar esposa e filhos. Doméstica e seus três meninos teriam sofrido violência durante 3 anos. O desempregado de 34 anos, acusado de ter praticado violências sexuais contra sua própria mulher e os 3 filhos menores, foi detido na última 5ª feira. O drama da doméstica de 28 anos já dura mais de 3 anos. A violência sofrida por ela e pelos 4 filhos, era do conhecimento de familiares, mas ninguém tinha como comprová-la. Segundo o delegado os exames de corpo de delito foram feitos nas crianças que comprovaram as violências sexuais as quais os 4 eram submetidos. Os crimes que cometeu foram enquadrados como hediondos. (Relatos 2.113, 2.114, 2.115 e 2.117)*

Em geral, os perpetradores do abuso sexual intrafamiliar são os pais, os padrastos, os tios, os vizinhos, entre outros parentes. Apesar da maior incidência ser ocasionada por homens, estes não são os únicos. Mesmo que, “na violência sexual doméstica, as vitimizações ocorram no território físico e simbólico da estrutura familiar onde o homem praticamente possui o domínio total” (Ribeiro *et al.*, 2004), encontramos queixas (raras) dirigidas às mulheres.

*A menina [10 anos] relatou pra mãe quando foi passar o final de semana na casa do pai, a avó e o pai saíram e ela ficou com a madrasta que abusou dela e ficou a apalpando e a amarrou no estrado da cama. Como a ginecologista disse pra mãe que a vagina estava intacta a mãe descartou os abusos e vai levar a menina no psicólogo. (Relato 605)*

*A mãe relata que há 3 meses sua filha [5 anos] lhe disse que a madrasta lhe lambeu seus órgãos genitais enquanto lhe dava banho. A mãe diz que só pensou ir a delegacia, mas pensou que isso poderia ser ruim pra menina. A menina relata que um dia o pai estava deitado e a madrasta abusou dela e enquanto ela estava no banheiro tomando banho, fez de novo. "ela lambeu minha xerequinha ...eu estava de pé e ela também, depois ela saiu do banheiro eu me enxuguei e sai do banheiro e fui para o quarto do meu pai e falei para o meu pai que queria ir embora. Eu nunca mais voltei lá". Diz que a madrasta não a trata bem, bate nela com chinelo, no rosto e no braço. (Relato 2264)*

Os casos de abuso sexual em que o suposto perpetrador do abuso possui vínculo de parentesco com a criança ou o adolescente, e/ou mantém algum tipo de relação de poder expressa por seu lugar no espaço familiar (seja do ponto de vista hierárquico – pai, mãe e padrasto – seja do ponto de vista afetivo – tios e irmãos), são considerados como relação de incesto, principalmente pelo caráter de interdição em torno desses fatos. O incesto pode ser definido como “abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de um dos membros do grupo e que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio” (Cohen, 1993).

*A adolescente [15 anos] tem sido vítima psicológica e sexual há 4 anos por parte de seu padrasto. Ele está ameaçando toda a família. Diz que o padrasto dos filhos estuprou a filha e foi registrado, feito corpo de delito e tudo mais. Ele quebrou o braço da menina e mandou dizer que ela caiu na escola. Ele ameaça. (Relato 82)*

*A adolescente [15 anos] é vítima de maus-tratos e abuso sexual pelo tio, que lhe faz ameaças e a toda família e por isto [riscos] não é possível a reintegração da mesma a família. (Relato 536)*

Nas representações em torno do incesto estabeleceu-se o chamado “incesto simbólico”, que se caracteriza por práticas sexuais que envolvem criança ou adolescente e adulto que mantenha vínculo ou algum tipo de relacionamento de responsabilidade mais aprofundada, que pode ser explicitada pelas seguintes relações: espiritual – pastor, padres etc; padrinho e madrinha; professor(a); técnico-profissional (terapeuta, médico, dentista etc.).

*A adolescente [17 anos] relata que foi fazer uma consulta porque estava grávida. Estava fazendo pré-natal, mas sempre que ia nas consultas o médico dizia que ela era muito bonita, que tinha uma boca bonita, lhe oferecia carona, dizendo que seu carro ficava próximo do ponto de ônibus dela. Dizia que ela parecia com um parente dele que ele já tinha transado. Uma vez, quando já tinha terminado a consulta e ela ia embora ele a segurou e queria beijar-lhe a força, mas ela não queria ter relações com ele. Quando saiu do consultório não tinha ninguém no Posto, apenas o faxineiro. Diz que há uma pessoa no Posto que não quer se identificar para não ser prejudicada diz que ela não é primeira que ele assedia uma paciente. (Relato 1492)*

*A mãe das meninas [11 anos] instruída pela patroa relata o abuso sexual que a filha sofreu perpetrado pelo avô paterno. O avô dava uns trocados pra ela e 5 primas para fazer safadezas, "mandava tirar a roupa e ele tirava a dele". A filha do avô [tia] pediu que não fosse dada queixa, pois ele agora teve derrame. O CT encaminhou ao IML e fez o exame de conjunção carnal e deu positivo. O avô a estuprou. (Relato 2228)*

O abuso sexual costumar ocorrer gradativamente, podendo começar durante a infância até estabelecerem-se relações sexuais completas no início da adolescência, caso a evolução da situação não seja descoberta e denunciada ou notificada a tempo.

*A adolescente [17 anos] diz que está ameaçada de morte pelo pai. Aos 10 anos foi estuprada pelo pai e ele a ameaçava se contasse. Um dia foi espancada por ele, perdeu o medo e contou a mãe que a levou a DP, porém não foi feita a perícia por já ter passado 48 horas. Com 14 anos teve uma filha com o pai que está com 2 anos. Teve que sair da casa do tio e o pai sabendo disso convidou pra morar na casa dele prometendo respeitá-la, isto durou 6 meses, mas ele faz uso de álcool e um dia a pegou a força e ela gritou e ela saiu correndo. O pai conseguiu pegá-la e lhe espancou, isto foi há 2 meses. Ela foi pra casa da mãe, mas tem muito atrito com o companheiro dela. Foi morar com uma amiga e lá foram a uma festa e o pai*

*entrou e lhe agarrou ameaçando-a com uma faca, dizendo que daquela noite ela não passava, mas ele foi posto pra fora da festa, mas ele ficou na porta e ela fugiu por trás. Ela disse que enquanto estava na festa o pai invadiu a casa em que a filha de 2 anos estava dormindo e a levou. (Relato 557)*

Tais abusos, em decorrência de suas conseqüências, do grau de constrangimento, de associações a outros abusos e de suas repetições têm sido considerados abusos dos mais graves dentre os que crianças e adolescentes são submetidos. É muito comum o abuso sexual estar associado ao psicológico/emocional, e à negligência.

*A menina [11 anos] e a sua madrinha denunciam o padrasto que tem abusado sexualmente da menina há 6 meses, foi ele que a deflorou. Ela reclama constantemente com a mãe que já mandou o padrasto lhe dar uma surra de fio. A menina fugiu de casa com medo de engravidar. Ela tem mais 3 irmãos [10 e 6 anos] e uma irmã [5 anos] que é filha do padrasto. O padrasto confessou pra mãe o abuso sexual. A mãe saiu de casa por 2 dias e voltou. A mãe não quer tomar nenhuma atitude e quer que ela viva em casa como se nada tivesse ocorrido. Diz que ele não tentou mais nada, mas fica a chamando de safada. (Relato 266)*

O caráter de repetição e continuidade encontra como agente facilitador sua ocorrência, geralmente, dentro de casa. Na maioria das vezes não é percebido por evidências físicas imediatas e diretas; muitas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e infecções só são vistas depois ou muito depois de o fato ter ocorrido. O abuso sexual também pode só ser percebido após uma gravidez indesejada.

*A adolescente [16 anos] relata que desde que contava 10 anos era molestada pelo padrasto que lhe manipulava e fazia carícias íntimas e aos 12 anos ocorreu penetração vaginal, e que isso aconteceu em sua própria casa e ela não gritou com medo, pois ele a ameaçava de espancá-la. Diz que as relações eram freqüente [3 vezes por semana] na sala após todos irem dormir. "Os vizinhos estranhavam porque ele me prendia muito e não fazia o mesmo com as minhas irmãs. Ele me vigiava o tempo todo". Segundo ela não ia escola sozinha, sua mãe era obrigada a levá-la e buscá-la, mas quando fez 15 anos sua mãe negou-se a continuar fazendo isso. O padrasto é mantenedor da família e sua mãe não trabalha. Diz que a mãe tem gratidão ao companheiro por ter criado suas filhas e ser cuidadoso com elas. A primeira vez que falou com a mãe o que acontecera ela respondeu que aconteceu porque ela quis, acha que a mãe não gosta dela. "Ela não deu atenção a nada do que falei, acha que sou culpada e defende mais a ele do que a mim mesma que sou filha". (Relato 410)*

Em torno do abuso sexual se estabelece um clima opressivo que pode se manifestar aparentemente como representativo do “ar de cumplicidade e segredo entre a vítima e o abusador”, mas este fato se estabelece concretamente entre o abusador e um outro membro da família que sabe dos fatos “e finge que não percebe as ocorrências”, o que configura um verdadeiro “muro de silêncio”

intrafamiliar. “O enfrentamento do problema do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes é extremamente difícil, por seu caráter familiar, doméstico, privado e criminoso (...). No Brasil a questão torna-se mais complexa devido à convivência policial, ao medo e silêncio das vítimas e testemunhas, à impunidade dos agressores” (Cecria, 1997: 8)

*O pai é alcoólatra, deixa a casa a mercê dos mendigos que vivem próximos. Os mendigos transam com as meninas [7, 8 e 9 anos]. Além disso, ele não se preocupa com a educação e bem estar das meninas. (Relatos 340, 345 e 347)*

O abuso sexual é um tipo de abuso normalmente mais circunscrito ainda, e representado como um espaço de segredos e sigilos, caracterizado por pactos de silêncio mantidos por parentes e familiares das crianças e adolescentes em situação de vitimização. Algumas manifestações dos abusos sexuais ocorrem através de expressões verbais ou físicas que não são queridas nem consentidas, contatos, toques e afago não desejados, exibicionismo e voyeurismo, exploração, prostituição e participação forçada em pornografia, entre outros.

*A mãe tem 3 filhos [8, 6, e 4], sendo as mais velhas meninas. Ela trabalha muito e ele toma conta das crianças, pois só vive desempregado. A filha [8 anos] tem pequena atrofia na perna que esta sendo tratada na AFR por fono, psicologia e fisioterapia. Dias antes do Natal chegou mais cedo do trabalho e encontrou o companheiro totalmente despido, com o órgão sexual ereto com a filha [8 anos] entre suas pernas e a outra filha [6 anos] nos seus ombros. Perguntado sobre o que era aquilo, ele disse que estava vendo um filme na TV que o excitara. Na casa da avó a menina contou que o pai batia muito nela quando ela não queria umas brincadeiras que ela não gostava. Que mordida todo seu corpo, inclusive seu órgão genital. Que não queria contar pra mãe para que o pai não lhe batesse mais ainda. (Relatos 46 e 48)*

As situações de abuso sexual podem ser acompanhadas de alguns sintomas físicos como dores, infecções, lesões e danos genitais, distúrbios comportamentais. Além desses sintomas, mais visíveis, outras expressões sutis podem ser observadas, nem sempre de fácil constatação. Muitas crianças usam toda uma série de sinalizações para os fatos, mas em geral seu relato ocorre pela confiança que estabelece com quem pode ouvi-la. “Verifica-se a frequente existência de pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades, profissionais, que a encobertam, desqualificando revelações verbais e não verbais das vítimas, negando evidências e sinais, em nome de fidelidades, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais e de Justiça” (Faleiros & Faleiros, 2001: 8). Através do “pacto de silêncio” se estabelece uma

cumplicidade tácita que também se constitui em forma permissiva de manutenção das ocorrências dos abusos perpetrados. A criança ou o adolescente, quando relata o fato a um adulto e não é acreditado, ou percebe o “silêncio” em torno dos fatos, passa a se sentir ainda mais insegura em relação aos adultos em geral.

*A adolescente [16 anos] relata que com 13 anos o padrasto tentou abusar sexualmente dela. Ela contou pra mãe que não acreditou e a expulsou de casa. Ela, então foi trabalhar em casa de família e residindo no emprego. Depois de um tempo voltou pra casa e o padrasto novamente tentou abusar dela e a mãe nunca acreditou nela. Ela está trabalhando como camelô e como não está podendo contribuir em casa a mãe a está colocando pra fora de novo. Logo cedo a mãe a coloca pra fora de casa e alega que como ela não "mais moça não tem obrigação de mantê-la em casa". (Relato 1102)*

Alguns abusadores não usam necessariamente a força física, mas cometem abuso psicológico/emocional principalmente através de “agrados” e “favores” como presentes, balas, doces, passeios e concessões, principalmente nas classes mais ricas.

*A mãe desconfia que o pai abusa sexualmente de sua filha [15 anos], não coloca limites em nada do que ela faz. A menina já foi pega várias vezes masturbando o irmão caçula [7 anos] e tenta ter relações com o irmão. "A menina não quer conversar sobre o assunto e o pai omite os fatos". Diz que ela domina o pai e ele a deixa fazer o que ela quer. Acha que ele a usa sexualmente e para que ela não fale nada pra ninguém permite que ela faça o que quiser. (Relato 827)*

O silêncio que encobre as situações de abuso sexual intrafamiliar é ainda mais difícil de ser rompido nas classes abastadas, que se valem de uma série de artifícios para camuflar o ocorrido. Têm acesso mais fácil a atendimento nas áreas de saúde e educação, o que lhes permite maior trânsito e diversidade, além de capital cultural que contribui para o uso da comunicação como forma de distorcer os fatos, entre outros mecanismos de escamotear os fatos e de subterfúgios.

*A avó conta que não é a primeira vez que há abuso sexual. São 2 meninas [6 e 1 ano e 8 meses] que houve uma festa que o pai as levou e ele e uns primos as amarraram e as usaram. A mais velha pegou uma infecção que pingava pus. Mesmo as crianças querendo contar a mãe não queria ouvir. A menina levou 6 meses pra poder contar. O pai das meninas também é homossexual e advogado. Diz que ele faz parte "de uma quadrilha de pedófilos". Ela diz que a menina mais nova tem medo do pai e diz que é "porque ele quer colocar o dedo na periquita dela". Ela diz que guarda até hoje uma calcinha da menina suja de sangue e esperma. A mãe das crianças diz que qualquer coisa se mata junto com as meninas. A menina diz que ele coloca mingau na periquita dela e lambe. (Relato 344)*

O abuso sexual “inscreve-se no poder estruturado e estruturante na sociedade” (Faleiros & Faleiros, 2002: 7) e produz toda uma gama de situações de

muita gravidade social, como as de crianças e adolescentes em situação de rua, pois os abusos físicos e sexuais são importantes fatores para a saída de crianças e adolescentes de casa.

*A adolescente [16 anos] foi encaminhada pelo hospital com alta hospitalar. População de rua. Diz que já passou por todas as instituições. Saiu de casa porque o padrasto queria ter relações sexuais com ela. É a 2º vez que tentam também estuprá-la na rua. A 1º vez foi em Caxias e o homem foi preso por uma viatura que passava e ela ficou internada por 6 meses no Salgado Filho. Alguns meninos foram visitá-la e dizem que isto não vai ficar assim, pois conhecem o homem e é a 2º vez que isto acontece. Ela trabalha no Campo de São Bento tomando conta de carros, mas não dorme lá porque é perigoso e os guardas de lá são abusadinhos. Diz que o namorado está preso. Diz que também cuida de uma menininha no morro da Cutia porque a mãe é surda e muda. Diz que não sabe se quer ir para o abrigo se resolver volta ao CT. (Relato 711)*

## **Negligência**

*O pai diz que tem dificuldade pra cuidar da criança e tem carinho pelo menino, pois ele não fala, se arranha e bate com a cabeça. [Queixa de negligência e abuso físico perpetrado pelo pai – criança de 3 anos]. (Relato 1890)*

*“Realmente não tenho tido pra cuidar da minha filha, além disso, tenho extravasado o stress diário em cima dela”. [Queixa de abuso físico e negligência perpetrado pela mãe – adolescente de 13 anos]. (Relato 2064)*

Uma forma constante de abuso é a negligência, que se caracteriza pela omissão no fornecimento de cuidados necessários. Crianças e adolescentes sofrem privações básicas ao seu desenvolvimento que vão desde a falta de afeto e atenção à de cuidados com a limpeza e alimentação apropriadas. A negligência, como as demais manifestações da violência, “não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, ela tornou-se um fenômeno sem voz e rosto que invade o cotidiano” (Abramovay & Pinheiro, 2003: 3) As questões conjunturais que permeiam estas situações entrelaçam-se às condições de vida dos agentes envolvidos, de acordo com a disponibilidade e acesso a cinco eixos fundamentais para a aquisição, consolidação e exercício da cidadania, que são: o capital econômico, o capital social, o capital político, o capital cultural e o capital simbólico. O capital econômico refere-se às condições de aquisição de bens materiais, serviços e acesso a diversas atividades sociais, culturais etc. O capital social “representa o grau de coesão e solidariedade que existe nas comunidades. As crianças que vivem em áreas com menos ‘capital social’ ou investimento

social na comunidade parecem ter mais riscos de abuso e ter mais problemas psicológicos e comportamentais” (OMS, 2002: 68). O capital político é aquele que “assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residências, veículos, hospitais, escolas etc.)” (Bourdieu, 1996: 31). O capital cultural, segundo Bourdieu (1997), constitui uma exigência de domínio mínimo de um código comum, consolidado através de um conjunto de esquemas apreendidos desde a tenra idade através do convívio familiar, que é constantemente atualizado e requisito básico para as práticas sociais consideradas aceitas. O capital simbólico é uma forma de compartilhamento de “um conjunto de crenças apropriadas a fazer com que percebam e apreciem certas propriedades e certas condutas como honrosas ou desonrosas. Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através de categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.)” (Bourdieu, 1996: 107).

*A vizinha da casa da mãe da criança [9anos] diz que a criança está abandonada nas ruas do bairro e os pais da criança querem se ver livres dos filhos. A filha [14 anos] está trabalhando em casas noturnas, bares e trailer à noite e está dormindo também em casa de vizinhos. O menino em questão é diabético e atual mulher do pai [madrasta] o levou algumas vezes ao médico, mas atualmente nem ela nem o pai estão cuidando dele. O menino está dormindo na marquise de uma barraca do bairro. A mãe fecha a porta e diz que não o quer”. (Relato 29)*

A negligência “diz respeito às falhas dos pais em proporcionar – onde os pais estão na posição de fazer isso – o desenvolvimento da criança em uma ou mais das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condições de vida segura” (OMS, 2002: 60). Muitas vezes confunde-se negligência com as circunstâncias relativas à pobreza advinda das situações sociais desiguais. Porém, “estudos provenientes de diversos países têm demonstrado uma forte associação entre pobreza e maus-tratos em relação à criança” (OMS, 2002: 68). Como forma de descaracterizar a pobreza e a miséria como única causa para a negligência, o relatório da OMS (2002: 60) deixa muito clara a concepção adotada a esse respeito, afirmando que a negligência “pode ocorrer apenas em casos onde recursos razoáveis estejam disponíveis para a família ou responsável”. Mas o equívoco entre pobreza e negligência é bastante frequente.

*A mãe relata que seus filhos [4 e 6 anos] só ficaram 2 vezes até às 10 e meia da noite, na escola, porque trabalhou e chegou tarde e o filho de 10 anos ficou de pegá-los mas esqueceu-se. Diz que tem que trabalhar, por isso dizem que eles ficam largados. Eles ficam sozinhos, mas ela deixa tudo pronto pra eles. Seu marido está desempregado há 5 meses e as coisas estão muito difíceis. (Relato 1251)*

O reconhecimento da negligência exige muito cuidado, pois, além de uma conceituação muito complexa, principalmente pelas questões subjetivas inerentes à intencionalidade. Esta diferenciação é fundamental para a análise das situações derivadas das condições de precariedade sócio-econômica de grande parte da população. É importante ressaltar que, mesmo constatando que os diversos abusos – e principalmente a negligência – estejam na maioria das vezes associados às más condições socioeconômicas, as considerações sobre as desigualdades sociais e as situações de miséria não tornam estes abusos aceitáveis nem os justificam.

*A família está morando em um ambiente insalubre para todos especialmente para as crianças [1, 2 e 5 anos], vivem com imundície em todo lugar. A mãe tem comprometimento mental e a avó a inibe de colaborar pelo menos um pouco. A avó tem problemas de cisto nos rins e precisa se tratar. Ela já teve uma situação boa e morava em um apartamento em Icaraí. Depois da morte de um filho a avó ficou muito abatida e com a morte do marido ficou ainda pior e tudo virou um caos. Tem uma pequena pensão e agora “vivem em plena sujeira”. (Relatos 616, 619 e 621)*

Alguns aspectos podem ser observados, como: crescimento deficiente; uso de roupas não adequadas; excesso ou faltas de atividades; faltas constantes à escola e/ou a consultas médicas, entre outros aspectos.

*A tia conta que a mãe nunca ligou para o filho [13 anos], que vive em sua companhia e da avó desde que nasceu. Há 4 anos a mãe foi morar com um senhor que tem boas condições financeiras, mas ela não quer dar pensão. O filho tem vontade de morar com a mãe e ela não tem interesse em ficar com ele. Diz que eventualmente pode ajudar, mas ele insiste em morar com a mãe. (Relato 242)*

“A violência embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos como os de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social desencadeando comportamentos violentos” (ABRAMOVAY & PINHEIRO, 2003: 3).

*O adolescente [12 anos] está na residência do Ciep, o pai é aposentado e tem boa situação financeira e a mãe é alcoólica. O pai ia apanhar o menino aos finais de semana no Ciep, mas a mãe faz escândalos. O adolescente tem vergonha da mãe. Ela já pulou o muro do Ciep bêbada e fez escândalos. O*

*Ciep está pressionando o pai para pegá-lo nos fins de semana, mas o pai não pode assumir a responsabilidade por ele todos os fins de semana. (Relato 822)*

Em uma sociedade verdadeiramente democrática os sujeitos sociais, reconhecidos como cidadãos de acordo com um marco legal democraticamente estabelecido, devem possuir condições de subsistência e direito à liberdade, à participação, à garantia da vida, à sobrevivência e ao bem-estar.

*Denúncia que os pais saem e deixam as crianças [2 e 3 anos] sozinhas em casa, passa a noite toda na rua, deixa as crianças trancadas no porão. A mãe diz que vive em condições precárias por falta de condições materiais. Não conseguiu creche para os filhos. Eles [a família] vivem no porão da casa da família do pai das crianças. O pai trabalha no rebocador [a noite também] e quando ela tem que sair não tem ninguém que cuide das crianças. A mãe não tem saído há 5 meses porque ficou sem o emprego de vendedora de sanduíches. O pai das crianças busca dar assistência a família. (Relatos 1.296 e 1.297)*

A desconstrução das representações que transitam em torno deste abuso exige uma revisão de paradigmas societários. Mas cabe ressaltar que estas famílias, na maioria das vezes, estão sendo negligenciadas em termos de políticas públicas e também sofrem com o descaso com que são tratadas e com as injustiças geradas pela desigualdade social.

*A tia relata que a sobrinha [11 anos] está correndo risco. A menina já esteve na casa de todos os tios, mas não se adapta. “A mãe é relaxada, teve um outro filho com um companheiro que não está mais com ela e na verdade ninguém sabe quem é ele. Toda família acha que ela está maluca, trabalha no bar, mas não leva dinheiro pra casa. O irmãozinho também fica largado, leva ele para o bar e o deixa no carrinho, ao lado do Karaokê”. A menina não gosta que falem da mãe. A mãe diz que construiu a casa sozinha desde que o pai da criança a abandonou a ela e a menina. Diz que a menina foi pra casa tia porque a casa estava no escuro porque ela não teve dinheiro e não pagou a luz. Tem passado por muitas dificuldades financeiras. Relata que há 3 meses montou o bar com uma amiga e está pagando uma senhora pra tomar conta do menino. (Relato 637)*

Consideramos que a vinculação entre famílias negligentes e famílias negligenciadas, que tem sido alvo de nossos estudos<sup>187</sup>, deve ser discutida como pressuposto de uma ordenação societária decorrente da desresponsabilização crescente do Estado, e a falta de serviços públicos efetivos, faz com que recaia unicamente sobre as famílias a responsabilidade de suprir as necessidades de seus

---

<sup>187</sup> (Encuentro, 2003).

membros. Porém, muitos dos aspectos de déficit extremos devem ser compartilhados com diversas outras esferas da gestão pública.

*O Hospital Psiquiátrico denuncia a situação de risco de vida da criança [6 anos] por parte da mãe que apresenta quadro de comprometimento psiquiátrico. A mãe foi resgatada pela Equipe de Serviços da Ponte Rio - Niterói quando tentava suicídio com o filho no colo. A criança é paralítica e vive sob os cuidados da mãe. O pai faz uso abusivo de bebida alcoólica e não mantém contato com o filho. (Relato 678)*

*A mãe saiu de casa e deixou as crianças [1 e 2 anos] trancadas dentro de casa. Os vizinhos chamaram a delegacia do bairro e quando os policiais abriram a casa, as crianças estavam sem roupa e uma delas estava com uma faca na mão. Segundo o pai, a mãe só retorna de madrugada. A mãe trabalha em uma lanchonete, entra às 20 horas e sai às 3 da madrugada. Diz que quer voltar para o Norte e seu marido não quer comprar as passagens. O CT recebeu outra denúncia de que a mãe colocou uma menina [11 anos] pra tomar conta das crianças. A mãe das crianças tem 17 anos e fica sozinha com os filhos até a hora de ir trabalhar. (Relatos 838 e 842)*

A não comprovação do fato por quem traz as queixas, por quem faz as denúncias e até por quem efetuou os registros de forma imprecisa é mais presente nos relatos de negligência do que em outros tipos de abuso. As queixas relativas a negligência, quando feitas de forma vaga, exigem cuidado ainda mais acentuado, pois esta categoria incorpora, entre várias implicações, aspectos subjetivos e sociais que determinam um perfil amplo para a sua contextualização.

*Carta anônima que denuncia a mãe por negligência. A mãe diz que mora sozinha com o filho [3 anos] e que saiu pra comprar um remédio pra ele à noite e quando voltou encontrou o corpo de bombeiros e a polícia em sua porta, pois os vizinhos tinham chamado dizendo que ela havia deixado o menino trancado em casa e saído. Ela diz que não recebe ajuda do pai do menino. (Relato 670)*

Uma das questões mais relevantes para a avaliação de negligência refere-se às situações de descaso e descuido com que crianças e adolescentes são tratadas, e pode estar associada a situações de promiscuidade e vingança aos parceiros e outros membros da família.

*O pai da criança relata que a mãe do bebê não quer que ele registre a criança e também não o registrou, não quer que ele se aproxime. Diz que o menino é cardiopata e necessita de tratamento especializado e que a mãe não cuida dele devidamente e anda perambulando pela rua com o menino. Diz que se sente muito triste com toda esta situação que aflige a vida do filho. (Relato 271)*

A aparência da criança ou do adolescente é um fator indicativo destas situações, que podem ser vistas pela falta de asseio e higiene e expressas pela falta de alimentação adequada (neste caso, nem sempre é decorrente da pobreza, e deve ser diferenciada da família negligenciada pela pobreza). A negligência pode estar associada a outros abusos e aspectos como, por exemplo, o impedimento ou o descaso com a frequência à escola; o descuido com a saúde, com a higiene; com a omissão que é característica da não previsão de possíveis riscos em casa, na rua e em outras localidades em que crianças e adolescentes podem estar expostos; o descuido no cuidar, que vai desde a não observação da necessidade de sono do filho até mesmo a de uso de agasalho em dias de frio, podendo contrair uma pneumonia ou outras doenças.

*Em 1997: Denúncia que o pai conservava as crianças presas em casa. Visita domiciliar. Em 2000 a tia relata que a menina [4 anos] esteve com pneumonia e foi levada ao Getulinho [hospital]. Os pais não permitiram que ela ficasse internada, mas ela piorou muito e eles [os pais] não pediram ajuda da família. No dia seguinte o pai deu uma bala pra menina [que estava com problemas respiratórios] ela não conseguiu engolir e a bala ficou presa e veio a falecer por edema de glote, neste mesmo dia. Quando os pais a levaram novamente ao hospital ela já estava morta. Só no dia seguinte a família ficou sabendo. Visita domiciliar: Verificou-se a necessidade de proteger as crianças e os pais precisam de tratamento sob pena de ter que tirar as crianças deles por total incapacidade dos pais pelo comprometimento mental. (Relato 1901)*

As representações em torno de padrões comportamentais em que a família “pode ser pobre, mas limpa”; “sem instrução educacional, mas que segue os moldes culturais de outros padrões situacionais, demonstrando boa índole”, são amplamente divulgados e retratam um perfil representacional, ligado à estruturação societária, que deve ser seguido e incorporado enquanto *habitus* independente do seu vínculo de classe social. Estas imposições sociais e representacionais ocorrem de forma concreta em termos de configuração material e de forma mais sutilizada, principalmente interligada à violência simbólica. A exigência de que os segmentos que não dispõem dos meios materiais – econômicos e sociais –, sigam os ritos culturais de outras camadas sociais.

*O hospital encaminha com Ficha de Notificação Compulsória de Maus-tratos a criança com bronquiolite, não foi vacinada, não possui registro e não mantém acompanhamento regular com pediatria. A genitora ainda adolescente [16 anos]. Família no limite da subsistência: renda de um salário, a casa é cedida. O CT diz que notou um total desconhecimento dos deveres que uma mãe deve ter com um bebê. A mãe não fez pré-natal. A criança está com 4 meses e não foi feito*

*o teste do pezinho e nem a vacinação, a mãe alega que nada foi feito porque ele estava internado e agora ira providenciar. (Relato 2065)*

Na maioria das vezes, a negligência é imputada à mulher. Tem sido crescente a “feminização da pobreza” onde é cada vez maior a incidência de mulheres como únicas responsáveis pelo sustento de suas famílias. O caráter sexista presente nos relatos se apresenta pela falta de dados e pelos fatos narrados, que contêm em grande parte dados dispersos, imprecisos e inconclusivos, em grande parte injustificados ou, se justificados, sem menção à figura paterna como também responsável pelas ocorrências familiares. Muitas vezes não citam o pai ou o responsável, nem mesmo fazem referência à presença paterna.

*A mãe denunciada como negligente [criança com menos de 1 ano]. (Relato 89)*

*Mãe acusada de negligência com a criança [3 anos]. (Relato 192)*

Fato que se associa ao caráter sexista, mas não necessariamente ao sexo feminino, é a imputação de negligência ligada a fatores emocionais, cujos relatos também são caracteristicamente imprecisos e emocionais, relacionados a conflitos conjugais, familiares e a separações.

*Pai acusa mãe de não cuidar das filhas [11 e 13 anos] e de ser negligente. (Relatos 151 e 198)*

*O pai está separado há 2 anos e a criança [11 anos] está com a mãe e ele afirma que ela não dá atenção à educação do filho. (Relato 789)*

Em 75% dos casos pesquisados a negligência é imputada ao gênero feminino. “Em razão do papel feminino, ainda hoje quase que exclusivo, na educação e cuidado das crianças e dos idosos no âmbito doméstico, a mulher ocupa posição também central para lidar com a saúde deles, e mulheres vítimas de violência tendem a ser, como mostra a literatura, mais negligentes no cuidado de si e dos demais sob sua responsabilidade” (Schraiber & D’Oliveira, 2003:5). Além dos casos de miserabilidade para a imputação desta classificação, as situações de conflito conjugal e separações são, comumente, fatores desencadeantes para que haja denúncias e vinculações de mulheres em situações consideradas negligentes.

Somente nos últimos anos (a partir de 2000) passou-se a fazer referência ao sexo masculino – em 24,94% dos fatos relatos. Até recentemente, fatos como a

ausência paterna, não reconhecimento de paternidade e não pagamento de pensões não eram representados como negligência paterna.

*A mãe solicita abrigo para as filhas [7, 10 e 12 anos], pois mora de favor e está doente, desempregada e o pai nunca assumiu nada dos filhos. Está vivendo de ajuda dos vizinhos e da igreja. (Relatos 2435, 2436 e 2438)*

As situações de abusos de forma geral são acentuadas quando acrescidas de questões específicas inerentes às necessidades da criança e do adolescente, como as situações relativas às deficiências. “As pesquisas têm revelado que crianças prematuras, gêmeas e portadoras de deficiências físicas correm mais riscos de serem vítimas de abuso físico e negligência” (OMS, 2002: 66). As crianças e adolescentes portadores de deficiências, além das dificuldades encontradas por suas próprias condições físicas ou mentais, ainda sofrem com os diversos tipos de abuso, principalmente a negligência.

*Ela [mãe] tem um filho [11 meses] que é deficiente por causa das tentativas de aborto que tentou, mas não cuida dele e ele esta sem tratamento especializado. (Relato 450)*

*A menina [15 anos] é deficiente neurológica, reconhece as pessoas, fala, mas se arrasta no chão. A mãe é alcoólatra e não cuida dela. Ela foi criada pela avó que morreu há 2 anos, agora está com a mãe. Diz que a menina fica sozinha em casa toda suja com fome e urinada. A médica do posto diz que ela esta debilitada por falta de alimentação. (Relato 808)*

Consideramos que a negligência está presente em nossa sociedade e expõe crianças e adolescentes a situações de extremas adversidades. Pode levar a situações de riscos sociais e familiares. O incremento das atividades vinculadas ao narcotráfico, que tem aliciado muitas das nossas crianças e adolescentes, encontra nas situações advindas da negligência um importante espaço de penetração.

*Cinco crianças [entre 3 e 9 anos] sofrem constrangimentos e negligência. Duas crianças tiveram furúnculos e quase tiveram que amputar a perna e a mãe não cuidou delas. Elas moram com a mãe, a tia e a avó. 3 crianças são órfãs criadas pela avó e 2 estão juntas com a presença da mãe. A mãe e a tia raspam a cabeça das crianças e pintou o símbolo dos comandos e escreveram em suas cabeças CV [Comando Vermelho]. As crianças foram seguras a força pra serem pintadas. (Relato 875 e 877)*

## Abuso Psicológico/Emocional

*"Sou mãe e educo do jeito que quiser".  
[Queixa de abuso físico e psicológico perpetrado pela mãe -criança de 2 anos].  
(Relato 774)*

*"Sou durão mesmo (pai), sei que um tapinha dói,  
mas já fiquei preso por 7 anos e não quero o mesmo pra ele".  
[Queixa de abuso físico e psicológico perpetrado pelo pai – criança de 10 anos].  
(Relato 1079)*

O abuso psicológico/emocional aparece nos relatos pesquisados geralmente associado a outros tipos de abuso, e pode ser expresso pela rejeição, desmerecimento, descaso, como também pelas atitudes discriminatórias, de desrespeito, de excesso de cobrança ou de punições. Este tipo de abuso se constitui também em uma violência simbólica que se refere “ao abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade, como a violência verbal e também a violência institucional” (Abramovay & Pinheiro, 2003: 2). De forma geral, muitas das ações que são presenciadas por crianças e adolescentes em famílias abusivas constituem-se em sérios abusos psicológicos/emocionais e geram profundos sofrimentos psíquicos. A ausência de marcas deixadas pelos abusos físicos não indica que não ocorram abusos e que não haja violência intrafamiliar. “A ausência de sofrimento físico não significa ausência de sofrimento, pois as seqüelas deixadas pela violência psicológica são profundas, com marcas que vão muito além das lesões mais aparentes” (Tavares, 2000: 50)

*A avó diz que está com seus 2 netos [11 e 3 anos] porque sua filha foi assassinada por seu genro que não aceitou a separação conjugal. O pai das crianças interpelou a companheira e com um facão a assassinou com 7 facadas, degolando-a. Isso tudo na presença das crianças. O menino foi pedir socorro e a menina assistiu a tudo. O menino desmaiou na porta de casa em visível estado de choque, costuma se assustar com qualquer coisa. A menina vem sentindo febre emocional. A avó apresenta uma carta escrita pela filha [mãe das crianças] dias antes de morrer, direcionada ao delegado relatando que estava sendo ameaçada de morte por seu ex-marido. O marido foi preso e já está solto. A avó solicita atendimento psicológico para as crianças e para ela também. (Relatos 419 e 421)*

O abuso psicológico/emocional tem representação considerada de difícil configuração, mas esta complexidade não a exclui enquanto implicação nas situações de violência intrafamiliar. “Assim, a violência como um ato de

brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém, caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência opõe-se à ética, quando trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem, como se fossem coisas, quando coisifica os seres” (Tavares, 2000: 33). Os abusos psicológicos/emocionais acontecem em qualquer classe social se diferenciando pela sutileza e pelas estratégias adotadas.

*O pai é alcoólatra e é analista de sistema no Rio. Dirige em muita velocidade e alcoolizado e chega de madrugada em casa a esposa quer se separar dele. Ele chama o filho [10 anos] de merda, desqualifica o filho, diz que ele não é de nada. (Relato 1074)*

Um abuso psicológico/emocional difícil de ser reconhecido devido a sua complexidade é a síndrome de *Münchhausen*<sup>188</sup>, que se caracteriza por ser a criança ou o adolescente considerado como doente. Esta configuração geralmente é dada pela mãe, e com tamanha intensidade que quem cuida – médicos e demais profissionais da área da saúde, parentes – e até mesmo a própria criança podem não reconhecer se estas queixas são expressões de um estado físico, de sua própria imaginação ou sintomas induzidos por outros.

*A bisavó cuida dos netos pra mãe trabalhar. Ele está sendo sedado por que a bisavó acha que ele [7 anos] está maluco, mas ela não informa o médico da criança nem o remédio que lhe é ministrado. (Relato 358)*

A síndrome do “patinho feio” consiste na comparação entre crianças e adolescentes com outras crianças e, principalmente, entre irmãos. As segregações advindas deste processo formam um abuso psicológico/emocional frequentemente praticado. O termo síndrome do “patinho feio” faz alusão à fábula em que coexistem o abandono, a discriminação, a segregação e a dor emocional.

*A filha mais velha [12 anos] sempre foi maltratada, o pai sempre a tratou diferente das outras irmãs [8 e 11 anos], era violento com ela. "Uma vez deixei minha irmã cair no chão e meu pai me pegou pelo pescoço e me empurrou contra a parede batendo minha cabeça na parede fiquei com o pescoço todo marcado e a cabeça doendo. Tinha vezes que meu pai chegava perto de mim eu começava a tremer, muitas vezes não dormia tinha pesadelos... meu pai sempre brigava comigo... uma vez bateu na minha mão e o meu dedo inchou quase quebrou... ele sempre dizia que eu era filha da puta, que ia morrer e ia para o inferno... ele falava isso várias vezes." (Relato 1813)*

---

<sup>188</sup> Denominação advinda do personagem Barão de *Münchhausen*, que, através de um processo fantasioso, criava e contava detalhadamente histórias em que era acreditado por todos.

Fator que complexifica este processo é que uma atitude de resistência, passa a ser esperada por muitos que presenciam os fatos ocorridos como sinônimo de força e resiliência. Tais posturas contribuem para acentuar o sentimento de fracasso e impotência por aqueles que não tiveram condições de reverter o quadro vivido. Muitas vezes, os “patinhos feios” são segregados e comparados aos irmãos porque, segundo os pais ou responsáveis, não atendem aos requisitos de beleza e inteligência esperados. As condutas mais objetivas e até mais sutilizadas de rejeição, de discriminação, de segregação e de comparação, entre outros, fazem com as crianças sintam-se (e muitas vezes o são) desprezadas, reprovadas e não aceitas.

*A avó denuncia o filho [pai da criança] que está permitindo que a madrasta maltrate seu neto [6 anos] e o trate diferente dos filhos dela com o pai da criança. O maltrata com agressão verbal e pressão psicológica. O pai diz que o filho tem que reagir tem que aprender a ser forte. A criança quando vai pra sua casa chora muito pra voltar pra casa. O pai diz que a esposa não quer saber da criança, pois acha que não tem nada com isso, pois o filho não é dela. (Relato 1869)*

A permissão dos pais ou responsáveis para que outros cometam algum tipo de abuso contra os filhos constituem-se em uma prática cruel. Muitas vezes, este consentimento é dados aos irmãos e, neste caso, estas autorizações também compõem as ações inerentes à “síndrome do patinho feio”.

*A Orientadora Educacional relata que o menino [12 anos] apresenta problemas na escola, tais como implicância com outros colegas e tem dificuldade de expressão. A mãe foi convocada e espancou violentamente o filho batendo a cabeça dele na mesa e na parede. Em casa os irmãos mais velhos são autorizados a bater nele. O pai não agride. A mãe diz que o único filho que lhe dá desgosto é ele. A mãe diz que quando criança também foi muito agredida pelos pais. (Relato 1705)*

*Comparecem a mãe e a filha [15 anos] e relatam que a filha morou com o pai a partir de 9 anos de idade. Neste ano por vontade própria veio pra morar com a mãe, devido às pressões psicológicas do pai. Há uma semana atrás o pai e o irmão [26 anos] a pegaram na casa da mãe a força. O irmão é muito nervoso e a ameaça entregá-la na Feem. O irmão já foi buscá-la ameaçando e batendo nela, o pai permite e incentiva que o irmão a agrida. (Relato 1891)*

Atos de rejeição e outras posturas discriminatórias criam um ambiente de constrangimento em que as crianças e adolescentes passam a sentir-se e ser constantemente humilhados. O abuso psicológico/emocional, por seu caráter mais subjetivo, não tem sido sempre caracterizado. Quanto é configurado, prioriza-se como de maior relevância os outros abusos que estão associados a esta prática.

*A mãe relata que sua filha [16 anos] que mora com o pai fugiu de casa há 4 dias, depois de ser espancada pelo pai. O pai tem a guarda e não a deixa ver os filhos. A adolescente diz que é muito maltratada pelo pai que a espanca e a humilha. Quando diz que quer ir morar com a mãe o pai bate, dá chutes, bofetadas, socos, inclusive na cabeça e rosto puxa os cabelos, a sacode violentamente, a arrasta. Diz que ele prefere bater na cabeça que não deixa marcas. Tem muitas dores de cabeça. Quando ficou deprimida o pai bateu muito dizendo que era frescura. O pai a humilha em público chamando-a de idiota, vagabunda, piranha, prostituta, escrota, maldita, diz que ela não significa nada, que ela é uma merda. "Meu pai é uma péssima influência para mim, ele é um cafetão. Quando ele me bate muito, ele é desumano, acho que ele não bateria assim em um homem". (Relato 1991)*

As constantes comparações, rejeições e discriminações geram frustrações e sentimento de baixa auto-estima nos filhos, pois este tipo de conduta faz com que a própria criança também compare e sinta-se inferiorizada. Algumas idéias fantasiosas como a de ser adotada são constantemente incorporadas como forma de justificar o tratamento recebido e explicar o porquê de ser preterida pelos pais. Muitos pais assumem comportamentos diferenciados, privilegiando filhos do atual casamento sobre os de outras relações, rejeitando principalmente filhos que são frutos de relações conflituosas.

*O irmão mais velho da criança diz que o pai bate no irmão [3 anos] e que a madrasta só gosta dos 2 filhos dela. Em visita a creche: A diretora diz que já havia percebido os maus-tratos e que acontecia de tempos em tempos. Uma funcionária da creche diz que a aversão do pai à criança e por causa das reclamações da mulher que "enche o ouvido dele". A madrasta revela que não gosta da criança e pede que dê a criança para outra família. (Relato 634)*

Presenciar constantemente cenas de agressões entre os pais e responsáveis é um conflito freqüente na construção da infância e adolescência de nossa sociedade. Muitas vezes é exigido dos filhos a participação, em formas direta ou indireta, no apoio ou escolha por um dos envolvidos nos conflitos.

*A mãe relata que se separou do marido devido às agressões perpetradas contra ela e os filhos [um tem 6 anos]. "Eu já registrei queixa, já tive que andar pelas ruas com medo de voltar para casa... ele já tentou enforcar o filho... diz que não agüenta as crianças... ele bebe muito, já teve ataque epilético, já teve no hospital psiquiátrico de Jurujuba... ele já pegou fogo acesso pra botar no bujão... vai para a porta da escola e diz que quer ver os filhos... vivo agora somente com meus filhos e ele vem nos importunar... vai para porta da casa de minha patroa e fica dizendo que estou proibida de sair com meus filhos". (Relato 2011)*

Práticas, não tão incomuns, de calúnias, difamações, injúrias, agressões verbais e até mesmo de ações indiretas e simbólicas, que interferem no processo

de desenvolvimento psicossocial e emocional da criança e do adolescente, são repetitivas e constituem em um contexto opressivo.

*As filhas [7 e 8 anos] relatam que quando o pai não as espanca as agride xingando de putas e piranhas. Diz que tranca a porta pra ninguém se intrometer. (Relatos 955 e 956)*

Fator significativo e que se encontra em grande parte dos relatos de abuso psicológico/emocional é sua associação a outros tipos de abuso. Os abusos psicológicos/emocionais se manifestam geralmente através de humilhações, ameaças de outros abusos, privação da liberdade, barreira ao trabalho ou estudo, estragos propositais a objetos queridos, lesões a animais de estimação, agravo ou ameaças a pessoas próximas e afins, obstáculo de constatar a família e amigos, entre outros. A definição de abuso psicológico/emocional é muito difícil, inclui fatores culturais, como disciplinamentos, questões relacionais, geracionais e outros. Entre as diversas associações, o vínculo entre o abuso psicológico/emocional e os abusos físicos e sexuais apresenta-se com bastante frequência.

*O marido quebrou a TV e era a única diversão das crianças [4, 5, 7 e 9 anos]. A família do pai dá todo apoio as maluquices dele. Ela já deu entrada também na DEAM. Ele foi muito bom pra ela por 6 anos. Agora a ameaça com faca e ameaça também os filhos. A menina diz que vai matar o pai e ela disse pra filha que Deus faria isso, mas a menina respondeu que Deus demora muito. (Relato 7)*

Pela dificuldade de serem caracterizados ou reconhecidos enquanto queixa plausível de consideração, os relatos de abusos psicológicos/emocionais são mais facilmente aceitos quando vêm associados aos abusos sexuais e físicos. Estes abusos, em geral, encontram-se entrecruzados e também podem gerar grave sofrimento emocional. As crises de ciúmes e de enclausuramento podem ser uma forma de expressão do entrelaçamento entre o abuso sexual/físico/psicológico.

*O pai e a mãe se separaram e a mãe mandou vários recados pra ele ir a casa dela e o pai da adolescente foi atender a ex-esposa e surgiu um homem que fez vários disparos e ele morreu na hora, a mãe estava com a menina no colo e abandonou a menina ao lado do corpo do pai e fugiu. Ficou sumida de 3 a 4 meses. A avó materna não quis ficar com a menina e os avós paternos levaram a menina pra Pernambuco. Morou com os avós de 3 aos 9 anos. A mãe a seduzia com promessas e ela veio ficar com a mãe. Agora a menina está sendo maltratada pela mãe que bate nela com cabo de vassoura, a joga na parede, a ameaça de morte. Bate com tábuas, pau com prego. Está com a mão queimada com ferro quente. Já foi queimada de cigarro. Tem hematoma nos braços e ficava amarrada na cama o dia inteiro. A menina tentou fugir várias vezes. Hoje conseguiu chegar ao tio e pedir ajuda. (Relato 2021)*

As denúncias e notificações, geralmente, só são feitas quando há manifestações mais visíveis e perceptíveis, principalmente as de extremos abusos físicos, tentativas de homicídio e espancamentos que deixam marcas mais evidentes.

*A avó está com o neto desde que o pai matou a esposa com um tiro na cabeça. As crianças [6, 3 e 2 anos] estavam ao lado da mãe quando ocorreu o assassinado. O menino mais novo, já falava, mas desde o ocorrido parou de falar. A avó quer a guarda dos netos e diz que está sendo ameaçada pela família do pai da criança. Diz que ele foi solto e quer as crianças. Jornal O Fluminense de 23/01/2001: Mulher é baleada pelo marido. Sem qualquer motivo aparente, Marido deu um tiro na cabeça de sua mulher na madrugada de ontem. Ela foi levada pelo próprio marido até o hospital para receber atendimento médico. O alegou que a esposa havia levado um tombo, fato que foi desmentido pelos médicos, que constataram o ferimento à bala durante o exame à vítima. Preso por um vigilante que trabalha no hospital e levado pra 73 DP, O confessou ter disparado com um revólver calibre 38. (Relatos 757, 759 e 761)*

*O pai está preso por tentativa de homicídio contra a mãe e os filhos [11 anos e 5 anos] estão muitos traumatizados. (Relatos 2187 e 2188)*

São constantes nos relatos as ameaças, que geram profundos impactos para a crianças e adolescente, que se sentem coagidos e impotentes frente as situações vivenciadas. Estas ameaças repetitivas são, muitas vezes, acompanhadas por outros tipos de abusos, e usadas também como forma de mascarar e esconder – pela coerção – estes abusos. Muitas crianças e adolescentes sentem-se envergonhados por sua própria família, ficam acuadas e sem reação. Algumas convivem com as constantes ameaças de serem enviadas para abrigos e se sentem como um peso, um estorvo.

*Segundo o pai quando se separaram o Juiz determinou que ele deveria ficar com o filho e a ex-esposa com a filha [13 anos]. Mas o menino ele deixou com a avó paterna e a menina ficou com a avó materna. A "mãe diz que pode colocar a menina na rua ou até morrer". O pai não sabe como lidar com ela. Diz que a mãe a expulsou. A mãe diz que não expulsou a filha, pois é a avó que a cria, e que o marido fez a denúncia para magoá-la. Diz que a menina faz tratamento na Pestalozzi por dificuldade de se relacionar e distúrbio de comportamento. A mãe diz que "vai dar mais uma chance a ela e a ameaça o tempo todo de deixá-la na Feem ou no Juizado de Menores". (Relato 693)*

As agressões verbais constituem-se em um abuso psicológico e acompanham, em geral, todos os tipos de abusos de forma constante, continuada e crescentemente. O abuso verbal nem sempre é considerado, mas geralmente acompanha todos os tipos de abusos. Não necessariamente caracteriza-se por gritarias e escândalos, podendo se apresentar como sussurros e murmúrios. Através do abuso verbal utiliza-se de injúria e ameaças cuja intencionalidade

concreta ou simbolicamente é a de ferir, agredir e humilhar a criança e o adolescente. “Gritar com as crianças é uma resposta comum dos pais em muitos países” (OMS, 2002: 64).

*O adolescente [16 anos] diz que o padrasto fica reclamando com ele, levanta a mão e pede, diz que vai estuprar as irmãs dele, chamando a mãe de piranha. A mãe mora na casa do padrasto com 3 filhos [16, 15 e 11 anos] e depende financeiramente dele. A mãe está desempregada. Ele fugiu de casa antes que o padrasto o expulsasse. Ele não quer voltar para casa. A mãe relata a situação de conflito em que vive. O companheiro a ameaça e aos seus filhos. Houve uma vez em que ele a denunciou por que encontrou veneno em sua comida. Ele não aceita os filhos dela, a força a manter relações e ameaça fazer algo se o filho voltar para casa. (Relato 2186)*

Os abusos psicológicos, normalmente, são acompanhados de algumas atitudes como rejeição, desrespeito, cobranças e ações depreciativas e discriminatórias frente a conduta da criança e adolescente, que pode ocasionar a perda da auto-estima e o próprio descrédito por suas ações.

*A adolescente [16 anos] e a tia relatam que agressões são constantes. A mãe morre de medo do marido. Diz que o pai a xinga de puta e piranha e ameaça matá-la. O pai a olha de manhã e sempre acha algum defeito nela. Fala que ela quer dá "piroca" e que os caras só querem botar no "cu". Como ela o denunciou ao CT ele diz que vai matá-la chegou para ela e falou que a deserdou e pra ela esquecê-los [pai e mãe]. Diz que ela os fez passar vergonha. (Relato 1902)*

As condutas de desrespeito e desconsideração podem ocorrer independentemente dos esforços empreendidos pelas crianças, pois algumas tentam de todas as formas suprir as exigências impostas e mesmo assim não conseguem satisfazer o que lhes é exigido; outras já se sentem impotentes e incapazes antes mesmo de executar o que é pedido. Neste quadro contextual, as “punições educativas” e as comparações aos irmãos e a outras crianças são frequentes.

*Em visita domiciliar na residência da criança [5 anos] a mãe disse que a criança vive se machucando e que os ferimentos sempre inflamam. Com a criança e sem a mãe foi constatado que recentemente foi agredido por seu padrasto principalmente na cabeça, e segundo a criança, ele pisou nele e bateu também com as mãos. A vizinha conta que a irmã da criança também apanha do padrasto e que o menino já apanhou com um pedaço de madeira. A mãe diz que apóia seu companheiro em suas atividades para educar as crianças e também usa de uma “certa violência psicológica” com os filhos dizendo que se não respeitarem o padrasto irão para um orfanato. (Relato 733)*

Os abusos psicológicos nem sempre se manifestam através das formas mais visíveis e perceptíveis, mas também, como já vimos, por ações, omissões e

condutas de intimidação, de manipulação e de ameaças que nem sempre são diretamente dirigidas, pois se expressam de formas dissimuladas. “É preciso, também, compreender que a ausência de sofrimento físico não significa ausência de sofrimento, pois as seqüelas deixadas pela violência psicológica são profundas, com marcas que vão muito além das lesões mais aparentes” (Tavares, 2000: 50). As condutas de abuso psicológico/emocional, mesmo as mais sutilizadas, são caracteristicamente humilhantes, são atos de controle e dominação por parte dos agentes envolvidos. Estes abusos podem gerar o isolamento da criança e do adolescente, a dor emocional, o prejuízo psicossocial e a baixa auto-estima.

*A menina [11 anos] se queixa da perseguição do padrasto em relação à mãe e elas [filhas]. Onde elas vão ele vai atrás. Conta que na noite passada que em todos os lugares da casa que elas iam ele ia atrás. Por exemplo, se a mãe fosse ao banheiro ele ia atrás, se elas iam a cozinha ele ia. Não as deixava sossegadas, não estão agüentando mais. Ele ameaça caso não contem tudo pra ele. Ela tem muito medo de viver ameaçada. Diz que a mãe não pensou ao fazer a denúncia junto com a menina no Conselho já que a exposição dessas situações pode colocar em risco toda a família que vive na comunidade, pois o pessoal do tráfico poderia acabar com eles, principalmente se a situação envolver a polícia. (Relato 2004)*

As atitudes da criança e do adolescente podem ser um forte indício para a percepção da existência destes abusos no contexto familiar.

*A adolescente [13 anos] e seus irmãos sofrem com o alcoolismo e maus-tratos perpetrados pela mãe. A irmã mais velha foi morar com os tios. O irmão saiu de casa. A mãe chegou a colocar fogo em suas roupas. A adolescente cuida da irmã de 4 anos como se fosse a mãe. Devido a tantos problemas começou a tirar coisas dos outros, cometer pequenos furtos. Alguns vizinhos já tentaram se juntar pra dar-lhe uma surra. (Relato 1788)*

As ações de rejeição, depreciação e discriminação, entre outros, são acentuadas quando a criança ou adolescente não tem como preencher as exigências prescritas, como no caso de portadores de deficiências físicas e mentais, que são duplamente penalizados, pelas próprias condições e pelas rejeições suscitadas.

*A mãe relata que seu filho [10 anos] é deficiente físico e os vizinhos o xingam, debocham e até cometem maus-tratos físicos com o menino. Relatam que esta atitude preconceituosa já ocorre há 3 anos e está prejudicando o progresso de saúde do menino. (Relato 84)*

*Denúncia que a criança [3 anos] cuidada pela avó fica presa em casa, não estuda, vive precariamente. A mãe morreu de parto e a avó não aceita que ninguém ajude. A criança necessita de atendimento na APAE. A avó não aceita a idéia, de que a criança conviva socialmente e vive trancada em casa. A avó*

*relata que cuida da criança desde que nasceu e a mãe morreu. A criança é deficiente e precisa de tratamento e acompanhamento. (Relato 1916)*

Os abusos psicológicos/emocionais, apesar de considerados de difícil reconhecimento, são responsáveis (segundo as demandas presentes nos relatos) por situações de obesidade, enurese noturna, agressividade, apatia, timidez, baixo rendimento escolar e baixa auto-estima. A criança e o adolescente muitas vezes não conseguem exprimir sua raiva diante dos fatos abusivos e das situações a que estão expostos; em decorrência deste processo podem ocorrer depressão, ansiedade e somatização, com inúmeras manifestações de mal-estar físico e emocional.

*A mãe do adolescente [12 anos] diz que o filho ficou obeso após a morte do pai e que a mãe dela pressionado muito. Diz que a avó do adolescente é desequilibrada. O adolescente não quer ir vê-la e ela deixa recados horríveis na secretaria eletrônica e ela está querendo desmoralizá-la junto ao filho. Diz que tem feito dieta para o filho. (Relato 862)*

Estas situações abusivas têm sido, segundo alguns relatos, responsáveis também por tal sofrimento psíquico que algumas crianças e adolescentes são levados à tentativa de suicídio. Estudos<sup>189</sup> desenvolvidos sobre tentativas de suicídio entre adolescentes com menos de 16 anos apontam como principais fatores para tais atos o relacionamento conflituoso com os pais; dificuldade na relação com os amigos; e o isolamento social.

*A adolescente [13 anos] mora com a mãe e 3 irmãos na casa da tia que a espanca e o primo a assedia. Nem a mãe nem a tia tomam providências. A tia é quem sustenta a casa. A tia a agride sem ter motivos. Ela bate também nos irmãos dela menores. O menino de 2 anos tem um problema na perna e ela bate na perna dele. Bate com um cabo de vassoura e com pedaços de borracha. O primo de 20 anos tenta abusar dela e das irmãs, melhorou um pouco quando eles passaram a dormir em outro quarto. Ele passa a mãos nos seios dela. A tia joga na cara dela que é ela quem os sustenta. A adolescente já tentou se matar tomando remédios e ficou internada e que acharam que ela tinha que ter acompanhamento psicológico, mas a mãe e a tia acharam besteira. (Relato 1202)*

Outro fator relevante no abuso psicológico que gera profundo impacto no desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente diz respeito à exigência que estes sigam padrões de comportamento pré-definidos, principalmente nas representações segundo as quais a menina deve representar o recato e o menino, a virilidade e a masculinidade. “Os papéis sociais impostos a homens e mulheres, e reforçados freqüentemente por uma cultura patriarcal, levam ao estabelecimento

<sup>189</sup> Ver: OMS (2002: 193).

de relações de violência entre os sexos. Não é, portanto a natureza humana a responsável pelos limites impostos aos papéis femininos e masculinos, mas tais limites foram construídos histórica e socialmente por meio de preconceitos, costumes e leis” (Tavares, 2000: 62). A justificativa do medo da homossexualidade provoca comportamentos homofóbicos que derivam em graves situações de abusos psicológicos e emocionais.

*A mãe e o pai do adolescente [16 anos] estavam muito nervosos e o pai transtornado, relatando desespero antes aos fatos. Dizem que o filho é um adolescente sensível, que sempre gostou de estudar, gosta de arte e música. Quando tinha 15 anos começou a freqüentar os programas da Xuxa na Rede Globo, lá conheceu um homem que passou a levá-lo e aos seus amigos pra passear. A partir desta amizade ele começou a mudar. Chegou a sair de casa e ficar na casa deste homem, que o trouxe de volta pra família. Ele confessou que se tornou homossexual e convivia sexualmente com o homem e outros parceiros e fez tal revelação demonstrando constrangimento e dor. Revelou também que freqüentava um apartamento onde mantinha encontros com homens e meninas, fazia fotos e que freqüenta uma boate para adolescentes homossexuais onde acontecem os encontros de prostituição e drogas. E resolveu não estudar mais. Diz que os irmãos estão muitos revoltados e dizem que ela esta acobertando o irmão. Carta escrita pelo adolescente: Niterói, 14/05/98. Mãe, eu não agüento mais sentir o preconceito de vocês. Se vocês não querem me aceitar assim, não precisam me bater. Por isto não vai dar em nada, quero que vocês parem e pense, coloquem-se em meu lugar. Não é bom ficar sofrendo! Eu não quero ficar longe de vocês, porque acho que um dia vocês vão me entender! Se for ficar acontecendo isto que aconteceu hoje, eu vou sumir e vocês nunca mais me encontrarão. Se vocês não me quiserem mais em casa, tudo bem. Um dia destes a senhora me falou que ia me expulsar. Por favor, parem e pensem, vocês me querem longe de vocês? Porque eu não quero. Só porque eu sou isso, vocês vão querer fazer isso? Primeiro lugar sou seu filho. Olha, eu não fumo, não cheiro, só tem uma coisa que não tem chance. E vocês sabem o que é! Isto não quer dizer que sou ladrão. Sou até bem honesto, e vocês sabem o quanto sou. Já vão fazer 3 anos que freqüento estes ambientes. Só não freqüentei antes porque não sabia da existência destes lugares. Se hoje eu freqüento é porque lá eu posso encontrar pessoas iguais a mim e que também entendem o meu problema. Que a meu ver não é um problema é sim um fato que existe nas melhores famílias. Vou ligar pra vocês hoje às 16 horas pra que vocês me digam se vão me aceitar ou não assim como sou. Se a resposta for sim eu volto, só que não quero continuar vivendo sendo humilhado e espancado e se a resposta for não, tudo bem, vou tentar ser ao menos uma pessoa honesta e feliz. Quero provar pra vocês que sou uma pessoa como outra qualquer, posso ser o que for, mas sou filho de vocês. Não pedi pra nascer. Vou terminar esperando que possamos nos entender de alguma forma. (Relato 552)*

Em face destas situações de abuso psicológico e sua associação a outros abusos, muitas crianças e adolescentes encontram-se em situação de rua, por terem sido expulsas de casa ou por fugirem ao não agüentar as constantes situações abusivas. Estudos desenvolvidos por Ribeiro (2003) apresentam duas principais razões que levam à situação de rua: “serem vítimas de maus-tratos em sua casa ou necessitarem suprir carências decorrentes de sua condição

socioeconômica. Elas representavam a rua de modo ambíguo, ora como uma experiência prejudicial a si próprias, ora como ponto de acolhimento, pois recorriam a ela como alternativa para livrarem-se dos ambientes hostis de onde eram provenientes”. Os relatos a seguir estão em consonância com este estudo.

*A mãe veio denunciar que o pai da filha [16 anos] disse que hoje a noite, sem falta, vai colocar sua filha pra fora de casa e não interessa se ela vai morar na rua. A adolescente está grávida de 4 meses, não tem pra onde ir. O pai disse "que se a mãe se intrometer vai junto pra rua também". A adolescente trabalha e estuda a noite. O pai está desempregado há 2 anos. A mãe e filha sustentam a casa. O pai é muito agressivo e não para em lugar nenhum. (Relato 2030)*

## Exploração

*“Já os sustentei e está na hora deles me sustentarem.  
O nosso problema é financeiro”.  
[Queixa de exploração e abuso físico perpetrado pelo pai –  
filhos de 8, 13 e 16 anos].  
(Relatos 913, 915 e 918)*

*“A menina é respondona e eu sou autorizada pela mãe dela pra agir assim”.  
[Patroa e guardiã da menina – 11 anos.  
Bate nas pernas e nos rostos além de outros maus-tratos e exploração].  
(Relato 104)*

A exploração é considerada como a utilização do trabalho ou a vinculação da criança e adolescente em atividades inadequadas e impróprias para as suas condições físicas, psíquicas e emocionais, segundo a sua idade. “Trata-se de um fenômeno complexo, cujas principais causas são socioeconômicas e histórico-culturais. Dentre as primeiras podem-se destacar: o desenvolvimento desigual das diversas regiões brasileiras, a má distribuição da renda, a pobreza, a migração, o acelerado processo de urbanização, a ineficácia das políticas sociais” (Cecria, 1997: 8).

Segundo dados da PNAD<sup>190</sup>, 5.482.515 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam trabalhando no Brasil em 2001, sendo que 40% tinham menos de 14 anos. Somente na região Sudeste, 1.583.354 estão ocupados em diversas tarefas e a exploração de sua mão-de-obra tem sido utilizada nas seguintes atividades: agropecuária - cana de açúcar, frutas, café, entre outras; comércio; prestação de serviços; beneficiamento e extração - mármore, granito e carvão vegetal; fabricação – cerâmicas e olarias; coleta e reciclagem do lixo; construção civil;

<sup>190</sup> Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

indústria – de fundição, de calçados, de móveis, de tecido e de artesanato; trabalho doméstico; hotelaria; pesca; confecção de roupas e em serviços diversos<sup>191</sup>.

Organismos internacionais como Unicef e Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirmam a importância de adolescentes até 14 anos permanecerem exclusivamente na escola e não participarem de atividades laborativas. Mas é freqüente o uso da população infanto-juvenil nas mais distintas tarefas.

*O adolescente [13 anos] trabalha como artista plástico e recebe meio salário mínimo em meio expediente. Queixa-se que a mãe não trabalha, bebe e negligencia seus cuidados maternos, não faz comida e ainda pega o seu salário. O adolescente não suporta mais tal situação e a tia concordou em pegar sua guarda. (Relato 184)*

*O adolescente [13 anos] trabalha em açougue desde os 6 anos como empacotador e a mãe pega todo o dinheiro que ele recebe. Quando ele não quis dar, a mãe revirou a casa toda e o agrediu. Ele fugiu para a casa da tia e a mãe foi atrás e lhe deu socos e pontapés, arranhões no rosto e tapas. A tia orientou o menino a procurar a DO. Mãe tem 3 filhos, 32 anos, casada, imóvel próprio. O marido é gari e só vai à casa de vez em quando e só dá 30 reais para manter a casa. (Relato 391)*

O Estatuto da Criança e Adolescente dispõe. No artigo 60, que a idade<sup>192</sup> mínima para ingresso no mercado de trabalho é de 16 anos, sendo que adolescentes com 14 anos podem ingressar apenas em programas de aprendizes. A Constituição brasileira determina ainda que pessoas com menos de 18 anos não trabalhem em horário noturno (das 22h às 5h) nem em serviços perigosos e insalubres, como o corte de cana e o lixão. “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz” (Constituição Federal, artigo 7 – Inciso 23).

*O menino [8 anos] é engraxate. Diz que trabalha depois da escola e tem que ser longe de casa porque perto de casa não tem trabalho e se ele não consegue nada a mãe lhe bate e dá esporro. (Relato 739)*

A exploração é uma situação muito difícil de ser comprovada. Sua existência é pública e notória, mas como as demais situações de abuso, é muito difícil obter dados precisos. Entretanto, é facilmente identificada quando simplesmente se anda pelas ruas de nossas cidades. O município de Niterói não diverge desta realidade. Encontram-se crianças e adolescentes exercendo diversas atividades que podem ser consideradas como exploração, isto é, vendendo doces,

<sup>191</sup> Ver: PNAD 1999 e 2001.

<sup>192</sup> Até 1998, a idade mínima era de 14 anos, segundo o ECA.

balas e outras mercadorias em sinais, fazendo malabarismos e mendicância, entre outros. Muitos desses casos são associados à violência social, ou seja, à situação de miséria em que se encontra grande parte da população, ainda que atualmente tenha se ampliado o número de programas assistenciais e de manutenção de crianças e adolescentes nas escolas<sup>193</sup>. A exploração diz respeito a toda uma gama de práticas que visam o uso de crianças e adolescentes para a obtenção de lucros.

*A menina [10 anos] foi encontrada nas ruas do Rio. Ela conta que costuma vender balas nas ruas e ao se perder do pai, não quis voltar pra casa por temer apanhar. Diz que não pode voltar pra casa enquanto não vende todas a mercadoria. Sabia como voltar pra casa, mas teve medo. (Relato 200)*

A exploração de criança e adolescente vem de longa data, mas ainda é muito recente no debate público e suscita, além da perturbação gerada por este tópico, um sentimento de indignação e muitas vezes de impotência. Recentemente, com a política de geração de emprego e renda e ações públicas de permanência da criança e do adolescente nas escolas (com bolsa-escola), tem mudado o perfil dos debates que giravam em torno da dificuldade de enfrentamento destas questões e sobre estratégias a serem adotadas.

*São 5 crianças [6, 5, 4, 3 e 1 ano], o pai registrou somente os 3 mais velhos. A mãe deixa as crianças largadas. Eles ficam na rua abandonados às vezes até às 10 horas da noite pedindo esmolas. Em 2003 - O CT recebe nova denúncia que a mãe maltrata as crianças, o padrasto queima as crianças com cigarro, a mãe os coloca pra pedir e vender coisas no sinal de trânsito, a mãe e a criança ficam cheirando thinner e agredindo e ameaçando as pessoas na calçada. (Relatos 2384, 2385, 2386, 2387 e 2388)*

A complexidade que envolve a exploração faz com que esta seja pouco notificada e denunciada. Os casos de exploração sexual têm sido mais divulgados pela mídia nos últimos anos, e são motivo de maior número de ações de enfrentamento, através de programas sociais. Contudo, segundo análise do Cecria:

“O enfrentamento do problema do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes é extremamente difícil, por seu caráter familiar, doméstico, privado e criminoso e, no caso da exploração sexual, por ser ilegal, clandestino, comercial e articulado em redes. No Brasil a questão torna-se mais complexa devido à convivência policial, ao medo e silêncio das vítimas e testemunhas, à impunidade dos agressores”. (CECRIA, 1997: 8)

---

<sup>193</sup>A Organização Internacional do Trabalho (OIT) inclui, entre as formas de trabalho infantil consideradas intoleráveis, a exploração sexual infantil, a escravidão e a participação de crianças em conflitos armados.

*Crianças [10 e 11 anos] e adolescente [12 anos] em situação de exploração sexual - prostituição. Mãe alcoólatra e pai ex-presidiário. (Relatos 1030, 1034 e 1037)*

*Denúncia de exploração sexual praticada pela própria responsável da adolescente [13 anos]. "A mãe exige que a menor contribua com a manutenção da casa". Segundo o denunciante isto acontece desde que a menina tinha 11 anos e ele tomara conhecimento através dos comentários de fregueses de seu bar que fica localizado em frente à casa do adolescente. Diz que os comentários são sujos de perversão sexual sobre a intimidade sexual que esses homens praticam com a menor. Relata que todos os moradores do local têm conhecimento acerca dos abusos praticados contra a menor, porém ninguém quer envolvimento por temer fazer parte de uma rede e até mesmo com tráfico de drogas. Diz que se sentiu sensibilizado com o drama da menor ao descobrir que a mesma se prostitui por se obrigada a dar a mãe o valor de 20 reais semanais em troca de moradia, motivo que o levou a denunciar. (Relato 2326)*

A utilização de crianças e adolescentes para o trabalho doméstico é um tipo de prática de exploração muito antiga, e muito presente em toda nossa história.

“No que se refere às causas histórico-culturais identifica-se: a concepção, ainda vigente, da criança e do adolescente como subalternos, como objetos da dominação dos adultos e pais, ou como mercadoria (no caso da exploração sexual), as profundas transformações pelas quais vem passando a família e sua conseqüente fragilização, o machismo, o consumismo, a ideologia do subjetivismo exacerbado e do prazer, a cultura de que os filhos dos pobres estão “destinados” ao trabalho precoce, e a “cultura” da impunidade.” (CECRIA, 1997: 9)

As representações da utilização do trabalho doméstico como ajuda à própria criança são muito veiculadas enquanto discurso. A busca de crianças de outras cidades ou Estado é prática bastante freqüente. O discurso mais comum diz que, através desta prática, a criança irá usufruir as boas condições geradas por esta nova família, à qual vai se incorporar; receberá melhor alimentação, desfrutará de melhor ambiente e poderá ter uma educação mais aprimorada, além de ajudar a própria família original. Noutros discursos, ainda mais complexos, alega-se estar fazendo um favor por ter poupado a família da criança de uma boca para alimentar e justificam esta “boa ação” como a despesa extra que terão.

*A adolescente [14 anos] denúncia a por maus-tratos. A adolescente veio de uma cidade do interior da Bahia para ajudar a prima e com isto ajudar a família. Toda vez que um serviço não sai do agrado ela apanha da prima e de seu marido e não recebe nenhuma remuneração. A prima da adolescente compareceu ao CT e disse que só estava ajudando, tirando a adolescente do lugar miserável que morava. E que não tinha nenhuma obrigação com a adolescente e ia colocá-la na rua. (Relato 349)*

A forma mais comum de exploração de crianças e adolescentes é nas atividades de mendicância. Tais situações são configuradas, principalmente, pelas desigualdades sociais, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e não-acesso ao consumo de bens essenciais à vida.

*Em 1997 a mãe comparece ao CT solicitando uma creche para a filha de 4 anos [hoje com 8 anos]. Relata que o companheiro bebe e bate nela e na filha. Em 1999 a mãe diz que o atual companheiro está maltratando muito a filha e o filho. Bebe e bate nela e nos filhos. Diz que tem um filho [9 anos] que teve que dar para um vizinho, pois não tinha como cuidar dele. Em 2001 o pai das crianças relata que viveu com a mãe das crianças por 6 anos e depois então arrumou outra pessoa. Soube que ela está usando a filha pra esmolar. A menina diz que o padrasto brigava com a mãe com ela e os irmãos, que sua mãe fica no Centro pedindo comida e a colocava para pedir também. (Relato 409)*

As famílias que utilizam crianças e adolescentes para pedir esmolas apresentam baixas condições de vida, situações de extrema pobreza que evidenciam ainda mais as desigualdades econômico-culturais vigentes em nossa sociedade. Mesmo nas famílias que chamam a atenção pelas relações conflituosas, a tônica principal era a miséria em que viviam. Naturalmente, as respostas às dificuldades socioeconômicas e sociais enfrentadas pelas diversas famílias não ocorrem de maneira homogênea. A capacidade de encontrar estratégias alternativas para estas situações depende de inúmeros fatores, como a presença e a articulação com a rede de proteção mais próxima – familiares, vizinhos, amigos ... –, vínculos com instituições de apoio – igreja, associações –, acesso a algum tipo de assistência social, entre outros. Algumas famílias, mesmo vivendo em extrema penúria, resistem à mendicância, outras encontram nesta atividade uma forma de sobrevivência. As representações comparativas entre estas duas situações contribui também para a imputação de escolha individual por este estado desvinculado das questões sociais mais amplas. Os trabalhos de Minayo & Souza (1993) têm apontado como determinante para o crescente aumento da violência nas últimas décadas: crescimento das desigualdades socioeconômicas; baixos salários e renda familiar com perda do poder aquisitivo; ausência de políticas públicas integradas, ineficazes e, quando existentes, pequenas face a demanda populacional em termos de proteção social nas áreas de saúde, educação, habitação e segurança; o intenso apelo ao consumo, que amplia o desejo de acesso aos serviços e mercadorias, em confronto com a realidade de crescente empobrecimento e miséria. Muitas das respostas que podem ser dadas às

constantes frustrações e segregações encontradas por parte de segmentos da população, de forma específica e não generalizada, são o uso de bebidas e drogas.

*A mãe diz que sempre viveu nas ruas e na rua que é bom e está sentindo falta da criança [2 meses] pra esmolar. Diz "não gosta de ficar em casa, a rua que é bom. Fui criada na rua e a filha também pode ser". (Relato 1525)*

Outro tipo de exploração bastante complexo é o uso de criança e adolescente para compra de bebidas e drogas ilícitas. Tem sido crescente a influência do narcotráfico, principalmente nos grandes centros urbanos. A absorção de inúmeras crianças e adolescentes nas atividades do tráfico é amplamente divulgada na mídia e tem sido responsável pelo grande índice de morbi-mortalidade infanto-juvenil, principalmente de meninos. Tais fatos são ainda mais preocupantes quando envolvem o próprio ciclo familiar como influenciador desta entrada no mundo de drogas e do tráfico, pois se o contato permanente já é um fato a ser visto como possível estímulo ao uso das drogas, a utilização para a venda das drogas por criança é uma questão ainda mais séria.

*Denúncia sobre a família [mãe e três filhos - 6, 9 e 11 anos] que se encontram na rua. A mãe diz que o pai das crianças está preso por tráfico de drogas e assalto. A avó é alcoólatra e não tem como ficar com as crianças. A filha menina apesar de 6 anos, tem discursos de adultos e é muito manipulada pela mãe. Visita Domiciliar. Foi constatado o uso de drogas, arma sob poder da mãe, total desinteresse em ficar em casa, em arrumar casa, etc. Tudo está muito bagunçado, embora a casa seja própria e tenha 4 cômodos de alvenaria. A casa é geminada com a da avó que é uma senhora idosa, doente e alcoólatra. A mãe vai a casa, almoça toma banho, mas dorme na rua com os 2 filhos e diz que eles voltam pra estudar. A mãe, à noite, distribui cola para os adolescentes na rua e recebe dinheiro em troca. Diz que usa a arma [que está emprestada] para assaltar e durante o dia precisa faturar. Relata que já foi convidada pra participar do tráfico entregando e vendendo drogas. Ameaçou se não conseguir trazer a filha de volta do abrigo vai acabar convidando "os amigos" do morro para estourarem o abrigo e depois se suicida. A menina diz que coloca um papelão no chão, uma coberta e dorme. (Relato 978)*

Além das questões relativas à exploração, que por si sós se constituem em sérios fatores de risco sociais, tais fatos têm sido também responsáveis por estas crianças encontrarem-se em situação de rua.

*O adolescente [15 anos] encontra-se em situação de rua. Diz que saiu de casa porque os pais batiam nele pra ele ir vender doces. Um dia bateu porque ele não levou dinheiro pra casa. A mãe bateu com um galho de goiaba grosso. Ele foi pra rua e roubou e acha que Deus não gostou do que ele fez. Começou a cheirar cola, thiner, fumar maconha. Ele já aprontou na boca de fumo e diz que não quer mais isso pra ele. O amigo que foi para o*

*tráfico já morreu e antes de morrer disse pra ele sair dessa que essa não é legal. Tem que estar fugindo sempre. (Relato 1892)*

## Abandono

*Ela é mentirosa e eu não a quero”. Em conversa com a mãe percebeu-se um profundo desentendimento e repúdio da mãe para com a filha. [Notificação institucional de abandono perpetrado pela mãe – adolescente de 12 anos]. (Relato 22)*

*“Acho que bater é educar e não espancamento. Não aceito que minha filha me responda e o que faço não tem nada a haver com agressão, ela tem que se virar”. [Queixa de abuso físico e abandono perpetrado pela mãe – adolescente de 16 anos]. (Relato 335)*

O abandono é uma prática abusiva que sempre esteve presente no decorrer da história. Pode ser caracterizado por ausência parcial ou total, temporária ou permanente dos pais ou responsáveis expondo a criança ou o adolescente a situações de risco.

*A prima da criança de 26 anos e relata que a mãe da criança [2 anos] a abandonou desde pequenininha. A criança nasceu prematura com problemas de saúde por conta de uso de drogas da mãe. Há um mês o pai da criança morreu assassinado - era segurança e a mãe pegou a criança e não a devolveu pra avó. Relata que a mãe da criança tem percorrido os locais onde o marido trabalhava pra dar entrada na pensão que a filha tem direito. Diz que só entrega a criança se a avó entregar toda documentação do pai da criança. No sábado a tia paterna foi visitar a criança e percebeu que ela está muito maltratada, suja, despenteada, magra, com a boquinha machucada os braços e os joelhos arranhados e a mãe diz que foi tombo. Relata que o outro filho dela sempre viveu com a avó materna e ia ver de vez em quando o pai. (Relato 1911)*

A manifestação de extremas negligências desemboca no abandono. Mas algumas histórias de vida levam a situações de abandono, que deve ser contextualizado para a não discriminação dos agentes envolvidos – muitas vezes, os próprios relatos não dão conta da complexidade dos fatos em sua narrativa.

*O pai solicita abrigo para o filho [1 ano]. Diz que sua mulher desapareceu de casa e ele procurou a polícia. Foi encontrada por ele na Cinelândia vendendo drogas. Diz que ela não se interessa pelo menino e mesmo que se interessasse ela não tem condições de tê-lo. A casa em que moravam é da família dela e os pais dela têm problemas mentais, ela é alcoólatra e tem um irmão envolvido com o tráfico e ele quer sair de lá. Ele trabalha em ônibus vendendo cachorro quente e não tem parentes, só um irmão que mora sozinho no Rio. (Relato 518)*

O abandono pode ser temporário, isto é, interligar-se, em geral, a questões situacionais que podem ser revertidas. O permanente apresenta diferentes aspectos situacionais que não foram revertidos de forma que possibilitasse que a criança ou o adolescente retornasse. Este tipo de abandono exige, portanto, outra conduta e uma intervenção mais particularizada de proteção social.

*A adolescente [16 anos] é filha única e vive com o pai. A mãe a abandonou quando tinha apenas 10 dias. O pai adoeceu e pediu ajuda da mãe, mas esta não se manifestou. Diz que foi abandonada pela mãe e algumas vezes que procurou ajuda dela ela sempre negou. A mãe já tem outra família. (Relato 1915)*

Em geral, o abandono aparece nos relatos associado a todos os tipos de abusos que foram estudados, mas também aparece de forma isolada, isto é, como uma demanda única. Também em processo semelhante ao da categorização da negligência, mantém-se nesta classificação o caráter sexista de inclusão do gênero feminino como o principal suposto perpetrador do abandono, seja por quem efetuou a denúncia, a notificação, ou mesmo por quem fez o atendimento. Este fato nos chama atenção, pois em muitos dos relatos não são citadas as figuras paternas ou do responsável do sexo masculino como co-partícipe deste processo. Além de que, na maioria das famílias, os homens adultos, pais e ou responsáveis, de fato as abandonou, como comprovam os dados censitários<sup>194</sup> que revelam que em áreas metropolitanas como Niterói a grande parcela das famílias tem a mulher como responsável e provedora.

*A mãe das crianças [1 e 3 anos] é usuária de drogas e faz parte do movimento. Teve 3 crianças que não estão registradas e ninguém sabe o nome dos pais. A mãe abandonou as crianças com a avó. A avó quer a guarda das crianças. (Relato 2392 e 2393)*

A “situação de rua” decorrente do abandono é fato dos de maior amplitude e complexidade nas diversas formas de negligência. A negligência acontece de modo mais pontual e o abandono representa uma forma crescente e contínua de negligência. “A violência como um fenômeno é multicausal e multifacetada, onde se incluem aspectos econômicos, sociais, culturais, educacionais, enfim funciona como um espelho da sociedade, um caleidoscópio onde tudo está refletido” (Tavares, 2000: 63).

---

<sup>194</sup> Ver: Censo IBGE – 2000.

*A adolescente [15 anos] dorme na rua com o namorado. Residia com o pai e com a madrasta. A mãe morreu em 2000. Foi criada desde os 3 anos pelo pai. Em uma discussão há 1 ano, a madrasta mandou o pai escolher a filha ou ela. Ele escolheu a madrasta. A adolescente foi pra rua. Durante o dia tomam conta de carros e dormem lá mesmo no local em que cuidam dos carros. (Relato 1706)*

Algumas formas de práticas estratégicas são constantes e comuns enquanto ações que gravitam em torno do abandono, como a transferência irregular de guarda, crianças "dadas" ou "vendidas" irregularmente, guarda e/ou criação por terceiros, com os quais se perde o contato. As solicitações de abrigo podem ser uma forma de abandono, mas também, em muitos casos, uma estratégia pontual para a resolução de questões situacionais.

“A solicitação de internamento apresentava-se como uma atitude, não propriamente de abandono, mas de uma colocação para a criança sob a proteção do Estado. A difusão de críticas quanto às formas errôneas de educação dadas pelos pais e de defesa da competência dos órgãos governamentais, além da idéia de um juizado que se configura como o bom chefe de família, são alguns elementos que contribuíram para essa situação.” (MORELLI, 1999)

*Situação de negligência por parte da mãe. A mãe esclareceu: "O registro está com o casal que ia adotar minha filha... eles não querem entregar a certidão enquanto eu não pagar a laqueadura de trompas". Há suspeita de que estariam dando a filha em troca de benefícios recebidos. "O casal ajudou na minha operação e dava dinheiro pra ajudar meu marido... eu cheguei a ir ao juiz para dar a criança pra eles, mas como sou menor o juiz mandou minha mãe assinar e ela não quis... meu esposo queria que eu deixasse a menina com o casal sem o papel até eu ficar de maior e poder assinar... mas a 'juizada' mandou o casal me entregar à menina de volta porque achava que eu não estava muito certa de querer dar a menina, meu esposo que ficava falando que a gente queria dar porque não tinha condições". (Relato 1958)*

Fato também representativo é o abandono de criança e adolescente portadores de deficiência. “Acredita-se que o baixo peso ao nascer, a prematuridade, as doenças ou as deficiências físicas ou mentais no bebê interferem na ligação e no vínculo, e podem tornar a criança mais vulnerável ao abuso” (OMS, 2002: 66). A não-criação de vínculos afetivos, a rejeição, além das próprias condições da criança que exige maior cuidado são relatados como principais causas para seu abandono.

*A mãe estivera no hospital pleiteando atendimento neurológico para o filho, antes de ser atendida foi embora deixando a criança [5 anos]. A mãe diz que estava muito nervosa porque estava correndo atrás do tratamento para o filho em outras instituições e não conseguiu e então foi a este hospital e lá também não tinha e ela foi embora muito nervosa e esqueceu o filho. As avós paterna e*

*materna e as tias relatam que uma das tias esteve na casa da mãe da criança e perguntou pelo menino e a mãe falou que ele estava internado. Elas acharam isso estranho e suspeitaram que algo pudesse ter acontecido ao menino e chamaram a polícia. Elas relatam que a mãe da criança tem mais de 3 filhos que foram abandonados e são criados pelos tios. (Relato 2322)*

O abandono muitas vezes pode gerar rebeldia, revolta, uso de drogas, entre outros tipos de comportamentos causadores de situações de riscos sociais e rua. As crianças e adolescentes abandonados, muitas vezes, encontram nas ruas uma rede de relações que preenchem lacunas deixadas por suas próprias redes familiares. A adesão a grupos infanto-juvenis que também perambulam nas ruas permite a construção de um vínculo próprio e específico que não fora encontrado em outros espaços sociais. A troca de experiência das vivências institucionalizadas nos abrigos, as estratégias encontradas para lidar com a realidade das ruas, os vínculos afetivos gerados por atitudes de companheirismo, entre outras situações vivenciadas entre crianças nas ruas; e as mágoas em relação às famílias que, abandonando-as, forçaram-nas a ficar nas ruas, dificulta a convivência, acaba por vezes produzindo um distanciamento ainda maior das famílias. Se por um lado estas articulações garantem a própria sobrevivência das crianças nas ruas, por outro dificulta a reintegração familiar. Muitos familiares ressentem-se, quando do retorno desta criança e ou adolescente, por não demonstrarem mais os vínculos afetivos, reclamam que os filhos não são mais reconhecidos nem reconhecem as figuras de autoridade.

*A mãe se queixa que a filha [13 anos] está rebelde, não quer obedecer ninguém e nem ir pra escola. A adolescente se queixa que a mãe a abandonou desde que ela nasceu e ela foi criada pela avó. Ela fala da mãe com muito desprezo, mágoa e raiva. Diz que a mãe não tem moral pra falar dela. Ela tem uma irmã mais velha que mora com o tio e uma irmã mais nova que mora com a mãe. Diz que a mãe so vai vê-la pra bater e maltratar. (Relato 1.733)*

### 3.3.2.3

#### Caracterização do suposto perpetrador do abuso

A utilização da terminologia “suposto perpetrador” foi uma opção encontrada para que se diferenciasse de terminologias como *abusador*, *agressor*, *violentador*, que pelo uso em distintos contextos carrega suas representações de estigmas e preconceitos. As queixas, denúncias e notificações relativas aos abusos devem ser consideradas e averiguadas para a contextualização dos fatos. Muitas

queixas, por não apresentarem inicialmente dados que justifiquem a imputação desta classificação aos agentes envolvidos, não fornecem subsídios para a confirmação dos fatos, sendo prematura a imputação de *abusadores* aos familiares de acordo com as queixas relatadas.

“A violência doméstica é uma das várias modalidades de expressão de violência que a humanidade pratica contra suas crianças e adolescentes, sendo que as raízes desse fenômeno também estão associadas ao contexto histórico, social, cultural e político em que se insere e não pode ser compreendido somente como uma questão decorrente de conflitos interpessoais entre pais e filhos. Mesmo este relacionamento interpessoal, a qual configura um padrão abusivo de interação pai-mãe-filho, foi construído historicamente por pessoas que, ao fazê-lo, revelam as marcas de sua história pessoal no contexto da história socioeconômica, política e cultural da sociedade.” (ROQUE & FERRIANI, 2002)

*[Denúncia de maus-tratos e espancamento da criança de 10 meses efetuados pela mãe. Sem mais dados]. (Relato 181)*

*Conflito familiar. A mãe acusa o pai de maltratar a filha [10 anos]. O pai diz que tudo é intriga da mãe, pois estão se separando. (Relato 236)*

A categorização de quem pratica os atos de abusos é apresentada de forma indireta ou até mesmo diluída nos relatos, e exige uma pesquisa mais aprimorada dos fatos. Entretanto, mesmo quando a queixa, a notificação ou a denúncia é precisa e direta, também exige uma averiguação para sua confirmação, pois muitos relatos são feitos por “terceiros” e podem refletir situações de conflitos e narrativas distorcidas. A terminologia “suposto perpetrador”, ainda que não seja a “ideal”, procura situar a figura do agente sem, contudo rotulá-lo *a priori*:

*Segundo a mãe o pai maltrata os filhos [14 anos] "joga pedra nos filhos, constantemente diz que vai trancar a geladeira... ele compra pão, biscoitos e guarda tudo... eu estou cozinhando a lenha". (Relato 159)*

Em muitos relatos, o suposto perpetrador dos abusos pode ser definido somente como um membro identificado da família, mas também pode referir-se a mais de um agente. Muitas queixas são imprecisas e não definem com especificidades os supostos autores dos abusos; outras explicitam de formas mais diretas e categóricas quem são as personagens envolvidas e a quem se referem as queixas, as notificações e as denúncias.

*A vizinha denuncia o pai e a madrasta que cometem maus-tratos contra a criança [9 anos]. Ele leva muitas surras, teve um período que fugiu de casa e ficou 5 dias sumido. O pai não o procurou, não quis saber onde ele estava.*

*Agora quando quer surrar o menino o leva pro mato pra os vizinhos não verem eu ouvirem. Eles acorrentarem o menino na casa do cachorro e só solta na hora de ir pra escola, se o menino é abordado sobre os fatos ele nega tudo. A professora diz que no ano anterior o menino era agressivo e agitado, além de mexer na mochila das crianças, mas este ano ele tem faltado menos. O tio diz que ele é muito espancado pela madrasta e que o pai não faz nada pra ajudá-lo. Diz que a mãe dele se separou do marido e casou-se novamente e tem outros filhos. O menino ficou com o pai pra dividir as despesas. O pai diz que o atual companheiro da ex-esposa fez ela escolher entre ele e o menino e ela escolheu ele, por isso, o menino está com ele [pai]. Diz que o menino é malicioso, mentiroso e maldoso, que ele pega coisas alheias e vende e é trambiqueiro, diz que tentou tudo pra melhorá-lo. (Relato 812)*

Nos relatos também se observa mais de um tipo de abuso em um mesmo caso. Uma família abusiva apresenta uma complexidade de aspectos relativos aos abusos perpetrados que dificilmente ficam restritos a práticas únicas. As dimensões intersubjetivas de determinados fatos extrapolam as questões aparentes; muitos dos abusos físicos, sexuais e de negligência geram sofrimento psicológico/emocional e podem ser caracterizados como abuso psicológico, pois configuram constructos efetuados pelos familiares que praticam os abusos e que são tratados por Azevedo (2004) como expressão de: “rejeição, humilhação, isolamento, indiferença e terror”.

*A tia quer a guarda do sobrinho [12 anos] que é vítima de maus tratos perpetrados pelo padrasto e pelo avô. "O menino é nervoso, tem problemas de surdez, ele está sofrendo de problema de estômago... O pessoal fala que o menino é malcriado, mas ele não é... Os maus-tratos que o padrasto comete que o faz ficar nervoso... Bate na mãe dele e ele vê tudo... Ele não quer morar mais com a mãe ele quer ficar comigo... A mãe dele quer que ele fique comigo... Ela não tem condições de cuidar, de dar atenção ao menino, o padrasto não o quer, avança nele". O adolescente diz que está na 1º série porque faltava muito porque ficava doente. Tem dor no ouvido e na cabeça porque o avô materno batia na cabeça dele porque ele não dava comida pros bichos [cachorro, gatos e mico]. Quer morar com a tia. Não quer ficar com a mãe porque o padrasto o maltrata. (Relato 612)*

Em grande parte dos relatos fica evidenciada a relação entre a vulnerabilidade da criança e do adolescente e a vulnerabilidade social de suas famílias e dos perpetradores dos abusos. As situações de abusos podem ocorrer em qualquer classe social, mas o Conselho Tutelar atende prioritariamente a famílias pobres e miseráveis. Os segmentos da população que dispõem de maiores recursos econômicos, sociais e culturais também dispõem de acesso a serviços diferenciados das camadas mais pobres. Os serviços da área de saúde e educação, cujos órgãos mais fazem notificações, raramente os fazem quando as instituições são da rede privada, tornando ainda mais difícil a configuração da violência

intrafamiliar nestes segmentos. Além da dificuldade de constatação dos fatos nos segmentos mais ricos da população, “visto que vários estudos<sup>195</sup> demonstram a precariedade dos serviços públicos e das condições de vida, a falta de oportunidades de emprego e lazer e as restritas perspectivas de mobilidade social, como potenciais motivadores de ações violentas” (Abramovay & Pinheiro, 2003: 1). Ainda que estas situações de vulnerabilidade não justifiquem a violência, caracterizam o contexto de sua perpetração. Neste sentido é importante a consideração de Abramovay (2003) de que a violência intrafamiliar, embora, em muitos casos, esteja associada à vulnerabilidade social, à pobreza e à miséria, não é sua consequência direta, mas sim expressão das desigualdades sociais, da negação dos direitos e do não acesso a bens e equipamentos como os de lazer, esporte e cultura, que operam nas especificidades da cada grupo social desencadeando comportamentos violentos.

*A irmã de criação da mãe das crianças gêmeas [3 anos], diz que a irmã tentou interná-las temporariamente para poder trabalhar em 1992, mas o juiz negou considerando não ser caso para institucionalização arquivando o processo. Ela perdeu o emprego e ficou sem poder sustentar as crianças. Hoje ela mora com um rapaz e não cuida adequadamente das crianças [higiene e cuidados pessoais]. A gêmea [filha] vive com resfriados e alergia. Agora foi embora e deixou a filha com ela e só vai visitá-la esporadicamente. (Relato 188)*

Em nossos estudos observamos que nos relatos são constantes as queixas sobre os abusos em que as situações eram caracterizadas pela presença de problemas psíquicos, mentais e psiquiátricos dos agentes perpetradores dos abusos. Mesmo que estas vinculações estejam presentes nas queixas, estudos como o de Heise (1994) demonstram que, em sua maioria, os homens violentos não são doentes mentais; isto não quer dizer que não possam ocorrer casos de abuso em que os supostos perpetradores – homens e mulheres – também manifestem comprometimentos mentais e psíquicos, mas aponta que tais questões não são determinantes para a ocorrência dos abusos. A partir de diversos estudos, a OMS (2002) destaca algumas características do comportamento e personalidade dos perpetradores como: baixa

---

<sup>195</sup> Desde 1997, a Unesco-Brasil iniciou uma série de pesquisas centradas nos temas de juventude, violência e cidadania. Alguns dos livros que resultaram dessas pesquisas são os seguintes: Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília (1998); Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília (1999); Cultivando Vidas, Desarmando Violências – Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza (2001), Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas (2002) e Escolas Inovadoras: Experiências Bem-Sucedidas em Escolas Públicas (2003). Nota da autora.

auto-estima, controle deficiente de seus impulsos, problemas mentais, comportamentos anti-sociais, dificuldade de lidar com estresse, dificuldade de planejamento de fatos significativos – casamento, gravidez, partos etc. –, atitude de isolamento, controle e dominação, uso abusivo de bebidas e drogas, histórico anterior de abuso por seus próprios familiares, entre outros. No caso dos diversos problemas psiquiátricos e mentais dos familiares, o Estado tem que garantir, através do sistema de proteção social, a existência de serviços eficientes e de qualidade para o atendimento e acompanhamento destes cidadãos sem penalizar o próprio sujeito em questão e os demais membros da família envolvidos.

*Escola encaminha relato que a mãe apresenta problemas mentais, tendo sido internada por várias vezes no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba. Quando se encontra em crise torna-se uma pessoa agressiva, tendo o filho como seu maior alvo, pois ela o tranca dentro de casa, sem ir a escola e sem alimentação. Quando ela não está em crise seu comportamento é outro, mostrando-se ser uma mãe zelosa, mas infelizmente as crises são constantes. (Relato 547)*

Aspectos freqüentes nos relatos que caracterizam o suposto perpetrador dos abusos e são considerados agravantes, mas não causais para a violência, dizem respeito à situação de depressão dos pais, ocasionada principalmente por crises familiares, conjugais e separações.

*A irmã [16 anos] vem ao CT pedir ajuda para a irmã porque a mãe está tendo um comportamento diferente do normal. A mãe assiste a programas evangélicos na TV e faz igual a eles. Vai dormir às 8 horas da noite e coloca o relógio pra despertar às 4 horas da madrugada pra orar bem alto e ninguém mais consegue dormir. "Nos não conseguimos dormir e temos que levantar cedo pra irmos estudar, não estamos mais conseguindo estudar direito, nem na escola, baixamos nossa notas. Não deixa mais a gente sair e receber ninguém, diz que o demo está rondando. Minha mãe não sai mais de casa, diz que pode prejudicar as pessoas e nem quer que as pessoas vão lá em casa, pois levam o demônio... estamos proibidas de ir a Igreja Católica porque os padres estão endemoniados. Ela diz que não vai ao médico porque não precisa da ajuda de ninguém. Não se relaciona com ninguém, não trabalha, sua mãe [avó] faleceu há 1 ano e antes morava com ela, ela tem pensão de 10 salários mínimos pra ela e pra nós do nosso pai". (Relato 2053)*

A complexidade inerente a fatores situacionais e às condições de vida de alguns agentes perpetradores dos abusos implicam em um processo de maior dificuldade para a contextualização e configuração de muitos casos. Estas dificuldades são aumentadas representações de privilégios as questões consideradas como “de maior objetividade”, e secundarizam as questões “subjetivas” e “menos perceptíveis”, considerando-as menos “relevantes”. Este

sistema classificatório do que seja importante ou menos relevante pode gerar outro tipo de abuso, que é a não consideração do sofrimento psíquico e emocional.

*A mãe da adolescente [15 anos] diz que o marido é esquizofrênico e alcoólatra [deverá trazer o laudo médico ao CT] e agride a ela e sua filha, especialmente à noite, já que durante o dia fica a maior parte do tempo na rua ou na casa da mãe dele. Já esteve internado no hospital psiquiátrico. Elas não conseguem dormir, pois ele não deixa. A adolescente não consegue mais estudar, são tantas as ameaças que elas vivem na expectativa de que algo aconteça. Ela foi ao hospital, mas eles dizem que não podem fazer nada só se ele for com seus próprios pés e ele não vai e se recusa a tomar as medicações e fazer o tratamento. (Relato 438)*

Uma das dificuldades em se reconhecer os casos de abuso contra crianças e adolescentes é que muitos abusadores têm uma atitude muito diferente no contexto familiar e no “mundo público”, o que faz com muitas pessoas próximas do círculo familiar, como parentes e vizinhos, não venham a acreditar nas queixas.

*[Notificação de abuso sexual, abuso físico e psicológico perpetrado pelo pai contra os filhos de 13 anos, 10 anos e gêmeos de 11 anos – caso notificados nos jornais]. A Associação de Moradores solicita ao CT que faça uma avaliação das condições em que se encontram, atualmente, os gêmeos cujo pai esta preso sob acusações de que os teria violentado. A solicitação tem como justificativa o fato de que a comunidade convive ele há mais de 20 anos e não acreditam na referida acusação. Levantam a possibilidade das crianças estarem sendo forçadas a tomar tal atitude, pois ele sempre foi muito calmo e solícito. (Relato 2113, 2114, 2115 e 2117)*

Segundo Da Matta (1978) e Salem (1981), enquanto o trabalho caracteriza o *locus* da identidade masculina, a família é representada como sendo a identidade feminina. A mulher, em seu cotidiano, tem sido obrigada a lidar com o sustento de casa, e vários estudos<sup>196</sup> destacam a chamada “feminização da pobreza” que compõe o atual quadro social. A chamadas famílias incompletas são arranjos familiares compostos por mães solteiras, ou sem companheiro, e seus filhos – formando as “díades maternas<sup>197</sup>”; de mulheres sem companheiro, ainda que acompanhadas, muitas vezes, pela mãe ou por outros parentes; de mulheres sozinhas que vivem em arranjos familiares de outros parentes; de mulheres separadas, divorciadas e “abandonadas”. Daí vêm muitas das situações abusivas perpetradas pela mãe e são configuradas a partir de determinados contextos como a exigência de que muitas dessas mulheres permaneçam por muito tempo fora de

<sup>196</sup> Ver: Barroso, 1978; Neupert, 1988; Castro, 1990; Oliveira, 1992; Jelin, 1994; Goldani, 1994, Zaluar, 1985.

<sup>197</sup> Segundo a conceituação de Woortmann.

casa; que convivam permanentemente com o estresse de ter que resolver as questões domésticas e as inerentes ao mercado de trabalho; que mantenham um tipo de autoridade com os filhos, mesmo que fragilizada pela ausência da figura paterna; que consigam sustentar a própria família lidando com extremas dificuldades econômicas, entre outras.

*A avó relata que a filha, mãe das crianças saiu levando os 5 filhos [1, 3, 6, 6 e 9 anos]. Diz que ela é psicopata e estava agressiva querendo fugir de casa. Ela teve depressão pós-parto quando teve os gêmeos. As crianças são de pais diferentes. Os pais os abandonaram. A avó acha que ela [mãe] pode se suicidar [enforcamento, remédios]. Já tentou se matar e ameaça matar os filhos. Ela já esteve internada, mas quando passa a crise ela até cuida das crianças. As crianças foram abrigadas provisoriamente. (Relatos 1843, 1844, 1845, 1846 e 1847)*

A OMS (2002) inclui como fatores situacionais<sup>198</sup> a presença de álcool e de outras drogas, mas não trata estes fatores como causas diretas e objetivas para a violência intrafamiliar. Alguns autores<sup>199</sup> percebem a violência e o alcoolismo como co-fatores. “Apesar do álcool e a pobreza poderem favorecer a violência, não são considerados causas diretas do problema” (Schraiber & D’Oliveira, 2003: 5). A percepção do uso do álcool e das drogas como co-fatores da violência intrafamiliar não pressupõe que esta correlação seja determinante e nexocausal para determinados fatos.

*O hospital encaminha o relato que o recém-nascido foi internado na UTI prematuro e com síndrome a esclarecer. O Serviço social do hospital abordou a avó materna e ela diz que a filha é alcoólatra há muitos anos e no momento esta separada do pai da criança. A avó da criança relata que sua filha bebe muito [mãe do bebê], não tem responsabilidade nenhuma pra ficar com o filho e nem condição de assumi-lo. Esta separada do marido que também bebe e briga muito. A mãe do bebê não tem lugar fixo pra ficar. A avó diz: "Eu não tenho condição de ficar com essa criança, tenho artrose e não ando bem de saúde". Diz que a filha já teve um filho que foi criado por uma tia, mas morreu assassinado por andar muito largado. A criança foi abrigada. (Relato 252)*

O uso de bebidas e de outros tipos de drogas também é muito frequente nos abusos perpetrado pelo pai. Em pesquisa desenvolvida por Soares (1996), em

<sup>198</sup> “Uma análise situacional – explicando as interações entre o suposto perpetrador e a vítima em uma determinada situação – descreve como o potencial para a violência pode se tornar violência real. Os fatores situacionais incluem: – os motivos para comportamentos violentos; – o local onde ocorre o comportamento; – o fato de álcool ou armas estarem presentes; – o fato de outras pessoas, além da vítima e do agressor estarem presentes; o fato de estarem envolvidos outras ações, que possam conduzir a violência”. (OMS, 2002: 31)

<sup>199</sup> Ver: Soares, Bárbara Musumeci, (1999: 239).

termos de violência conjugal foi constatado que em 84,5% dos casos de denúncia de abusos repetitivos encontrava-se implicado o alcoolismo. Em nossa pesquisa também foi muito comum a associação entre os supostos perpetradores e o uso de bebida. “A embriaguez é um fator situacional imediato importante que pode precipitar a violência” (OMS, 2002: 32). As associações entre o uso de bebidas, drogas, remédios para emagrecer, e os abusos físicos encontram-se presentes nos relatos, porém não as consideramos enquanto fatores únicos causais, mas fatores expressivos e significativos.

*A mãe diz que o pai de seus filhos [12, 18 e 22 anos] é muito agressivo. Já amarrou com corrente seu filho de 18 anos para bater nele. Ela acha que o marido tem problemas psiquiátricos. Há 3 anos seu filho mais velho morreu de acidente de trânsito e ele piorou. Fica no quarto vendo TV e ela tem que levar tudo na mão dele refresco etc. Leva ela ao banheiro pega ela pelos cabelos e a obriga a chupá-lo. Ontem colocou tudo da casa no quintal e desligou o gás. Ela com medo foi pra casa da prima com a filha [12 anos] que está com muito medo dele, a menina está desequilibrada e com pavor dele. Ela não quer dar queixa com medo do chefe do tráfico que já avisou que não quer polícia por lá. Tem medo de ficar marcada pelos traficantes. (Relato 84)*

Os casos de abusos e a sua associação com o uso de bebidas e drogas pode um fator que caracteriza como se processa a dinâmica familiar.

“Definir o agressor como alcoólatra ou embriagado envolve, sem dúvida, uma acusação. Mas a bebida funcionará como agravante em alguns casos e como atenuante em outros, dependendo dos rumos que tomará o diálogo (...) a presença do álcool não fará mais do que acentuar ou minimizar o teor da violência. [Sem, contudo afirmar que o alcoolismo seja a causa única da violência, pode-se] imaginar a possibilidade de que abuso de álcool e agressão estejam respondendo sob determinado ângulo, a condicionantes comuns.” (SOARES, 1996: 89).

Nesta direção, as pesquisas feitas por Heise (1994) também apontam o uso do álcool como um fator que acentua os abusos, porém não os determina, da mesma forma que o uso de drogas.

*A tia da adolescente [12 anos] diz que ela foi criada pela avó que faleceu há 2 anos. A mãe nunca se responsabilizou por ela. A tia a assumiu, mas ela sumiu por 2 meses por envolvimento com o tráfico local. Agora voltou e pediu ajuda, dizendo que quer mudar de vida. Esta muito ligada ao tráfico. A tia informa que não há local pra ela ficar porque esta ameaçada pelo tráfico de drogas. A adolescente foi encaminhada pra um abrigo. (Relato 1184)*

Os abusos ocorridos dentro da família requerem uma ação preventiva e apurada, principalmente por se saber que o número de casos é muito maior do que os que são notificados e denunciados.

### 3.3.2.4 Justificativa do suposto perpetrador

*"Eu posso fazer o que quiser e posso matar fui eu que pari"  
[Queixa de abuso físico perpetrado pela mãe - criança de 3 anos].  
(Relato 180)*

Muitas das justificativas referem-se à própria condição de paternidade/maternidade que “outorga” o direito de utilizar qualquer tipo de abuso para com as crianças e adolescente, sem que os perpetradores se julguem abusadores, mas agentes que dispõem de direitos e os usam da forma que consideram apropriada à ocasião. Sente-se autorizados e com o poder que seria inerente a sua própria condição paterna e materna.

*"Eu não espanco, só dou umas chineladas, pois estou no meu direito de educar já que sustento". [Notificação efetuada pela psicóloga da creche da criança – 2 anos percebe em várias ocasiões sinais de espancamentos]. (Relato 147)*

*"Até os 18 anos ela tem que obedecer. Se passar por cima da ordem mato quem não quiser que eu cumpra meus direitos". [Queixa de abuso psicológico perpetrado pelo pai – adolescente de 17 anos]. (Relato 1154)*

*"Não fiz nada que tivesse contra meus direitos de pai, minha ex-mulher está me deixando próximo da loucura, mas foi ela quem me passou a guarda de minha filha". [Queixa de abuso físico perpetrado pelo pai – adolescente 15 anos]. (Relato 1814)*

A representação da família como única responsável pelo processo de integração de crianças e adolescentes, e detentora do poder local privado onde é possível a intimidade, o afeto e a integração dos seus membros, contribui para que haja uma “autonomia” em suas ações em relação ao contexto social de forma mais geral. As práticas de caráter educativo são vistas culturalmente como formas próprias e peculiares de construção da dinâmica familiar. Tal processo, muitas vezes, é percebido como forma “natural” de convivência. Em torno das práticas familiares é constituída uma “ética pedagógica”, que serviu ao longo dos anos como forma de proteção social. É importante destacar, em contraposição à “ética educativa e punitiva”, que a “ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do sujeito e se este respeitar racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética acaba por se tornar uma intersubjetividade socialmente determinada” (Chauí, 1984: 35). Muitos pais ou

responsáveis pela criança e pelo adolescente consideram-se disciplinadores. A família, enquanto uma esfera contraditória, de extrema importância para o desenvolvimento das relações sociais, torna-se um espaço privilegiado para relações “adultocêntricas” e para que pais, responsáveis, outros adultos, sintam-se à vontade, protegidos e autorizados ao exercício de diversos abusos.

*O pai diz que as atitudes que toma tem efeito positivo, pois o menino tem mudado seu comportamento. [Notificação do Juízo da Infância e da Juventude de abuso físico e espancamento perpetrado pelo pai – criança de 8 anos]. (Relato 69)*

*“Tenho que disciplinar, porque senão quando ela crescer vai bater na cara da mãe”. Recorrentemente bate na menina dizendo que é pra corrigir. [Queixa de abuso físico e psicológico perpetrado pelo pai - criança de 3 anos.]. (Relato 329)*

*"Bati nele por que ele gosta de jogar e subir o morro e lá tem sempre tiroteios". [Notificação do hospital de abuso físico e espancamento perpetrado pela mãe - criança de 9 anos]. (Relato 951)*

*"O que faço com ele é só educar. Só faço ele cheirar o vômito. Ele é muito mimado pelas tias e avó". [Queixa de abuso físico e psicológico perpetrado pela mãe – criança de 6 anos].(Relato 1061)*

Algumas das justificativas gravitam em torno das questões situacionais, sócio-econômicas, que geram falta de tempo e provocam estresses como fator explicativo para os abusos.

*“Tenho dificuldades em estar mais presente junto aos meus filhos, não tenho residência fixa e moro de favor na casa dos outros, não tenho tempo para nada, nem nos finais de semana”. [Queixa de negligência e abuso psicológico perpetrado pelo pai - criança de 11 anos]. (Relato 30)*

*“São as dificuldades financeiras que me deixa nervoso”. [Denúncia de abuso físico – adolescente de 13 anos]. (Relato 212)*

*“Não costumo bater, mas às vezes ele merece porque não obedece aos pais. Não tenho tempo pra ficar me controlando o dia todo sem bater”. [Queixa de abuso físico perpetrado pelos pais – criança de 10 anos]. (Relato 333)*

*"Ando muito nervoso com problemas familiares e profissionais". [Queixa de abuso físico perpetrado pelo pai – criança de 4 anos]. (Relato 1790)*

As crises conjugais, as disputas entre o casal e demais familiares e conflitos – em fase de e decorrentes de separações – são períodos bastante complexos não só para os pais e demais adultos em questão, mas também para as crianças e adolescentes que convivem com estas situações. Mas as crianças e adolescentes,

além de sofrer com os próprios fatos, sofrem ainda com o “descarrego” das raivas e frustrações, que se tornam justificativas das questões situacionais em que se encontram os adultos perpetradores dos abusos.

*“Quando me separei do pai do menino, ele [pai] disse que ia ficar com o filho e não ficou, então eu também não tenho que ficar com ele. Tenho outras duas meninas que estão em casa de pessoas que as estão acolhendo”. [Notificação do Juízo da Infância e da Adolescência de negligência perpetrado pelos pais – criança de 9 anos]. (Relato 29)*

*“A obrigação de cuidar da menina é do pai”. [Queixa de abandono perpetrado pela mãe - criança de 3 anos]. (Relato 966)*

Ainda que diversos estudos<sup>200</sup> apontem como fator de maior risco nos casos de violência contra criança e adolescente que os pais ou responsáveis também tenham sido abusados, estes fatos não são determinantes. Em alguns relatos, porém, as “justificativas” para os abusos perpetrados encontram-se pautadas no histórico anterior de abuso e na reprodução de comportamentos intergeracionais.

*“Fui estupro aos 12 anos também pelo meu padrasto, assim como minha irmã. O que fiz não é normal, estou doente e vou buscar tratamento”. [Queixa de abuso sexual perpetrado pelo padrasto - criança de 9 anos]. (Relato 182)*

*“Fui educado através de bater e que faço isto com meus filhos”. [Queixa de abusos físicos – adolescente de 13 anos]. (Relato 212)*

*“Já criei 6 filhos dando a educação que meus pais me deram” [Queixa de abuso físico perpetrado pela avó - criança de 8 anos]. (Relato 259)*

*“Quando bato é de cinto e chinelo... Quando meu pai me batia era assim. O povo é muito exagerado, quando a gente tem que bater de cinto, de vara, o povo se assusta ...”. [Queixa de abuso físico perpetrado pelos pais – criança de 10 anos]. (Relato 333)*

*A mãe diz que ela só foi alfabetizada aos 10 anos e o filho vai seguir o mesmo caminho. [Queixa de negligência perpetrado pela mãe – adolescente de 10 anos]. (Relato 923)*

Uma justificativa para os abusos relaciona-se ao distúrbio psicológico usado como desculpa para os atos – abusadores passam a ser considerados vítimas.

*“Uma voz dizia ‘mata a criança’ e por isso agi assim com o bebê”. [Notificação do hospital sobre abuso físico e negligência perpetrado pela mãe contra o bebê]. (Relato 847)*

---

<sup>200</sup> Ver: OMS, 2002: 67 e 73.

*"Eu não consigo me controlar, preciso de um tratamento... sei que não estou bem". [Queixa de abuso físico perpetrado pela mãe - criança de 4 anos]. (Relato 1259)*

*"Não me lembro do fato, se aconteceu não me lembro. Vou procurar um psiquiatra pra saber se é possível ter acontecido e não me lembrar. Eu já faço tratamento psiquiátrico na Santa Casa.". [Queixa de abuso sexual perpetrado pelo padrinho - criança de 11 anos]. (Relato 1298)*

*"Tentei estrangular a menina, não sei o que me deu... me deu vontade de matá-la." [Notificação do hospital de abuso físico e espancamento perpetrado pelo vizinho da menina de 9 anos]. (Relato 1839)*

Muitas famílias “acusam” a própria criança ou adolescente pelas situações de abuso. Em alguns relatos, ficam evidenciadas situações de rejeição aos filhos; os fatos narrados são considerados como de sua responsabilidade, como também é imputada a eles uma série de dificuldades enfrentadas pela família. Justificam os abusos dizendo que são provocados pelos próprios filhos.

*"Ele atrapalha a minha vida. Ele é filho do pecado, não pode dar nada de bom". [Queixa de abuso psicológico perpetrado pela mãe – adolescente de 15 anos]. (Relato 78)*

*A minha preocupação é com minha filha ele [o filho] é responsabilidade da mãe dele. [Queixa de abuso psicológico perpetrado pelo pai – criança de 9 anos]. (Relato 331)*

*"Eu não vou ficar em casa com um filho desses em casa. Ele tem um bicho ruim dentro dele". [Queixa de abuso físico, espancamento e psicológico perpetrado pela mãe – adolescente de 15 anos]. (Relato 332)*

*"Não quero saber de assuntos sobre aquela desgraçada". [Notificação do Juízo da Infância e Adolescente sobre abuso físico perpetrado pelo pai e abandono perpetrado pela mãe – adolescente de 13 anos]. (Relato 571)*

*O pai diz: "Em animal se bate é com pau". A madrasta diz; "Não o quero mais aqui". [Notificação institucional sobre abuso físico e espancamento perpetrado pelos pais – adolescente de 14 anos]. (Relato 1334)*

*"Na bíblia fala: Correção com a vara... e o que se faz quando necessário". [Queixa de abuso físico, espancamento e negligência perpetrados pelos pais – criança de 10 anos]. (Relato 453)*

Supostos perpetradores dos abusados consideram que o fato de serem responsáveis ou manterem a família lhes confere o direito de cometer diversos tipos de abusos. Tal fato pode encontrar respaldo em outros membros da família, que temem pela perda desta forma de sobrevivência ou concordam que a responsabilidade pela família lhes permite tal conduta. Assim, foge-se da

denúncia diante da “dificuldade das famílias em sustentar uma acusação contra abusadores que na família exercem o papel de ‘protetores’ na figura de pai, padrasto, avô, tio o que afeta o sentido de honra da família e, muitas vezes, sua sustentação econômica” (Cecria, 1997: 5).

*"Sou muito grata por ele sustentar minhas filhas. Ele é muito bom, só quando chega do trabalho nervoso e que briga com todo mundo. Ele é quem sustenta a família". [Queixa de abuso sexual perpetrado pelo padrasto desde que adolescente de 17 tinha 10 anos]. (Relato 410)*

*"Quem dá o pão dá o ensino". [Queixa de abuso físico perpetrado pelo padrasto – criança de 9 anos]. (Relato 1477)*

Outro fator relevante, mesmo quando há evidência e constatação dos fatos relatados, é a constância de sua negativa – não confirmação dos fatos – mesmo que sejam comprovados.

*"Não sou alcoólatra, só bebo socialmente". [Queixa de abuso físico perpetrado pelos pais – adolescente de 17 anos]. (Relato 11)*

*"Acho que ela quer me separar de minha esposa, já que fiz o papel de pai dela, pois os pais dela são separados e a mãe da menina tem uma vida muito desregrada, se separou do pai da menina, teve outra filha de um homem casado e hoje é amante do pai da menina. A menina é muito triste. [Queixa de abuso sexual perpetrado pelo padrinho - criança de 11 anos]. (Relato 1298)*